

**Revista do corpo discente do curso
de Ciências Sociais da UFRPE**



Volume 1 - número 6
2023.1
Recife 2023



Revista do Corpo Discente de Ciências Sociais da UFRPE
Volume 1, nº 6, 2023.1 Saberes II. ISSN: 2764-0744

Editoração e Diagramação:
Adailton Laporte e J.C Marçal

Editor Gerente:
Dr. José Carlos Marçal

Comitê Editorial:
Dr. Adailton Laporte - UFPE
Dr. Fábio Bezerra - UFRPE
Dr. Josias de Paula - UFRPE
Dra. Laeticia Jalil - UFRPE

Comissão de Pesquisa - DECISO - UFRPE:
Dr. J.C. Marçal (Presidente)
Dra. Maria do Rosário
Dr. Josias de Paula
Dr. Marcos André
Dr. Maurício Sardá
Dr. Sérgio Farias

Recife, 2023.

SUMÁRIO

**COMO ESTAMOS ESCRREVENDO A HISTÓRIA:
UM RESUMO CRÍTICO CONTRIBUTIVO À
SEMÂNTICA DE PAUL VEYNE**

Raul Duarte Ferraz

04

**UM OLHAR SOCIOLÓGICO ACERCA DA VIOLÊNCIA
CRIMINAL COM BASE NO BAIRRO DE NOVA
DESCOBERTA NA CIDADE DO RECIFE NO ANO DE 2021**

Hédlla Maria de Santana Vasconcelos

20

**PERPETUAÇÃO DA GUERRA ÀS DROGAS. A QUEM
ISSO INTERESSA?**

Rubens Gabriel Assis Barbosa

35

RECIFE: DE QUEM É A CIDADE?

José Victor de Oliveira Lima

47

**DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE
DURANTE O ANO 2019: UM REFLEXO DO IMPACTO
SOCIAL E ECONÔMICO**

Camila Gildo de Sousa José Victor de Oliveira Lima

57

A AUTOAFIRMAÇÃO NOS AMBIENTES SOCIAIS

Lucy Kelly Rocha dos Santos

65

**NEOLIBERALISMO: REFLEXOS E CONTRADIÇÕES NO
MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA
DE COVID-19 NO BRASIL (2020-2022)**

Marcondes Filho

77

**O RECONHECIMENTO DO BREGA FUNK COMO
MOVIMENTO CULTURAL DO RECIFE**

João Andrade

87



COMO ESTAMOS ESCRREVENDO A HISTÓRIA: UM RESUMO CRÍTICO CONTRIBUTIVO À SEMÂNTICA DE PAUL VEYNE.

RAUL DUARTE FERRAZ¹

RESUMO: Este artigo se propõe a construir uma síntese conceitual acerca das diretrizes historiográficas teorizadas por Paul Veyne em seu livro “Como se escreve a história”, que em edição posterior recebe à adição do texto “Foucault revoluciona a História”. Além disso, comentar as críticas que este conteúdo engendrou nas discussões do meio acadêmico, pontuando seus méritos metodológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, metodologia, Paul Veyne, Foucault.

ABSTRACT: *This article proposes to build a conceptual synthesis about the historiographical guidelines theorized by Paul Veyne in his book “Writing History: Essay on Epistemology”. Additionally, comment on the criticism that was engendered by this content in the academic world, highlighting his methodological merits.*

KEYWORDS: *historiography, methodology, Paul Veyne, Foucault.*

¹ Licenciado em História pela UFPE.



No esteio do pós-estruturalismo, movimento intimamente relacionado ao pós-modernismo, Paul Veyne propôs diretrizes para o futuro do trabalho historiográfico. Como é inerente ao gênero, sempre que alguém postula uma ruptura com o que está estabelecido, é plausível que seja alvo de críticas, que podem ser construtivas e apontarem para possíveis revisões. Este foi o trajeto que esta obra que analisaremos percorreu, originalmente escrita em 1970 e, posteriormente, após o balanço das críticas, editada e relançada em 1978 - sendo esta última a que faremos menção - à obra original, foi adicionado o ensaio “Foucault revoluciona a História”. A edição de 1970 foi um marco contributivo para a virada linguística aplicada a História, uma vez que postulou o fato narrativo como forma de exterioridade por excelência do trabalho histórico, antes do historiador Hayden White vir a popularizar (e consequentemente realimentar a polêmica) a ideia e elaborar sua análise em 1973.²

Neste espírito, o autor polemiza logo na introdução de sua obra: “Não, a história não tem método: tentem pedir que lhes demonstrem seu método. Não, ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido; quanto ao que chama suas teorias, será preciso examiná-las de perto.”³ Nas orelhas erradas, isso soaria chocante. No entanto, para serem compreendidas e incorporadas ao trabalho do historiador, suas premissas teóricas requerem uma capacidade interpretativa refinada além de uma leitura atenta. Por exemplo, quando retirado do contexto livresco em sua totalidade, uma afirmação como essa pode facilmente ser contestada, porém, supondo um trabalho interpretativo que se espera que um historiador faça (visto que este é o público alvo do livro), logo será observado que o método a que Veyne se refere seria uma fórmula unívoca para a construção historiográfica, o que pode ser constatado por proposições posteriores em que o autor aponta o fato de que cada historiador acaba por desenvolver seu próprio método, por exemplo:

Até tecer na cabeça de cada historiador uma pequena filosofia da história pessoal, uma experiência profissional, em virtude da qual ele atribui um certo peso às causas econômicas ou à exigência religiosa, lembra ou não com tal ou tal hipótese retroditiva. É essa experiência (no sentido que se dá a de um clínico ou à de um confessor) que se toma pelo famoso ‘método’ da história.⁴

Nota-se a distância entre a construção total do sentido das proposições que se relacionam, uma na introdução e outra que poderia, em discurso, ser complementar apenas 114 páginas depois. O livro é cheio dessas colocações, que requerem atenção e uma boa memória. Este artigo não se engana de esgotá-las.

No intuito de facilitar a compreensão das ideias de Veyne, este trabalho se caracteriza como uma contribuição à apreensão semântica de suas diretrizes que tentaremos sintetizar

² Cf. WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.

³ VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. 1998, p. 11.

⁴ Idem, p. 125.



em formas conceituais, por meio de um exercício hermenêutico, desenvolvido por uma revisão bibliográfica aonde se considera, também, algumas críticas relacionadas a seus múltiplos possíveis sentidos. Começando por delimitar o campo de atuação da disciplina histórica, o autor afirma que neste espectro se encontra todo o passado (ressaltando suas indeterminações), desde que tenha realmente acontecido⁵. Porém, o objeto da pesquisa histórica seria, até então, o sentido conceituado por “evento”⁶, que, repetidamente, ao longo do texto, o autor trará também como “acontecimento”. Eventos esses que tiveram o homem como ator, mas não porque assim a história transcendentemente demanda, mas por desígnio da ótica escolhida⁷. O autor aponta que os próprios documentos são acontecimentos e, como acontecimentos, são inesgotáveis.⁸

Porém, o campo histórico, o passado, é cheio de acontecimentos que foram ou não analisados pela atividade historiográfica, que deixaram ou não registros, e neste sentido, o autor aponta que o evento pelo qual a História se interessa é aquele que “destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença”⁹. Se referindo ao trabalho historiográfico já realizado (utilizando exemplos que vão de Bloch até Tucídides), ele utiliza o termo “história factual” para este conjunto, enquanto o objetivo do futuro da prática seria desbravar, cada vez mais o restante, que seria a “história não-factual”, que resume-se: “Denominar-se-á, portanto, não-factual a historicidade da qual não temos consciência como tal”¹⁰. Internamente a cada evento, existem inúmeros “fatos” que podem ser de diferentes naturezas (política, social, econômica, etc)¹¹ e que

[...] não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Filipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. [...] os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível¹²

Dito isso, as relações entre os diferentes fatos de um evento formam um “campo factual” cuja descrição parcial (esse campo, em sua totalidade, é inesgotável) é, também, o trabalho

5 Idem, p. 25.

6 Idem, p. 18. Cf. citação “A história é uma narrativa de eventos: [...]”.

7 Idem, p. 17.

8 Idem, p. 54, somada a elucidação contida na nota 5 do capítulo que remete a esta página, e que se localiza na p. 63.

9 Idem, p. 19.

10 Idem, p. 29.

11 Idem, p. 29-31. Cf. tópico “Os fatos não têm dimensões absolutas”.

12 Idem, p. 42.



do historiador e qualquer itinerário que o historiador escolher como foco de abordagem é válido, embora talvez não tão interessante “[...] neste espírito, a configuração do terreno factual é real, e dois historiadores, tomando o mesmo caminho, verão o terreno da mesma maneira ou discutirão, muito objetivamente, qualquer incompatibilidade.”¹³

É neste jogo de objetividade (campo factual) e subjetividade (trama) que se situa a perspectiva de Veyne, por isso a negação de um “método” generalizado para o *métier* historiográfico. O conceito de “trama”, da forma como é construído pelo autor, representa o recorte do evento (logo, um evento é susceptível de ser disperso por várias tramas, e seus dados podem ser enquadrados em categorias heterogêneas [político, social, etc]) que é abstraído pela subjetividade do historiador, e que por meio de sua narrativa (e lógica argumentativa), se torna compreensível e possivelmente justificável; em cada trama, dependendo do foco de abordagem, se destaca os aspectos de determinado(s) âmbito(s) fatídico(s) do evento (conforme dito previamente, político, social, etc)¹⁴. Neste contexto, surgem algumas das afirmações que podem facilmente serem contestadas se isoladas como “tudo é histórico, mas existem somente histórias parciais” e “já que tudo é histórico, a história será o que nós escolhermos”, porém, subjetivo não significa arbitrário¹⁵.

Procurando responder a “que espécie de interesse visa a satisfazer por natureza o gênero histórico?”, o autor nega que a História tenha um caráter inerentemente humanista (não confundamos humanismo com antropológico [embora ele não negue que ela possa ter, só não o é necessariamente])¹⁶ ao mesmo tempo em que nega a tese “weberiana” da História como julgamento de valor - também negada em outros autores como em Ginzburg resgatando Marc Bloch: “Acossado pelo dilema ‘julgar ou entender’, Bloch não hesitou em preferir o último”¹⁷ - face ao argumento de que o historiador se interessaria por tudo, desde que aquilo fosse pertinente a trama que ele pretende desenvolver¹⁸. Sendo assim, a História se interessa por “acontecimentos individualizados, [...] mas não é sua própria individualidade que a interessa, ela procura compreendê-los, isto é, encontrar neles uma espécie de generalidade ou, mais precisamente, de especificidade”¹⁹. Destarte, o conceito de “especificidade” não deve ser confundido com a singularidade individual, que embora factualmente exista, não serve de suporte a uma análise histórica. A especificidade seria o que determinado indivíduo, objeto, acontecimento teria como diferencial e representativo que poderia ser abstraído para representação de uma parte da trama, a

13 Idem, p. 45.

14 Idem, p.44.

15 Idem, p. 49.

16 Idem, p. 51.

17 GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. p. 345.

18 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 53-56. Cf. tópico “Weber: a história seria relação de valores”. Destaco aqui a argumentação da atenção ao personagem Rei Luis XIV em detrimento a atenção dada a seu alfaiate, que ele aponta que se a trama for sobre a história da moda, e não política, talvez os papéis se invertissem.

19 Idem, p. 56.



síntese que o historiador viria a fazer (classe social, classe política, conjunto de alfaiates), uma característica que seria passível de se construir uma análise histórica:

[...] longe de ser relação de valores, a história começa por uma desvalorização geral: Brigitte Bardot e Pompidou não são mais individualidades notórias, admiradas ou desejadas, mas representantes de sua categoria; a primeira é uma estrela, o segundo divide-se entre o tipo dos professores que se voltam para a política e o dos chefes de Estado. Passou-se da singularidade individual à especificidade, isto é, como ser inteligente (é por isto que “específico” quer dizer ao mesmo tempo “geral” e “particular”).²⁰

Este conceito é uma chave para as modificações das articulações e abordagens historiográficas, uma vez que posto em prática, abre o leque para a aceitação dos estudos de diversas culturas que ainda hoje (porém antes o eram muito mais) são ignorados nos maiores centros acadêmicos nacionais²¹ e internacionais.

Essa busca das especificidades, metodologicamente profícua, é acompanhado por uma argumentação que sustenta uma justificativa da disciplina histórica como um “saber por saber”²², que pode ser erroneamente tomado como uma forma de amortecimento das capacidades modificativas da realidade, da *práxis*, que as ciências humanas propõem comumente em suas críticas. No entanto, é necessário ressaltar que ele aponta esta inerente curiosidade como o motor da historiografia no sentido generalizado e amplo, e não nega que haja práticas (e correntes) específicas dentro da disciplina (como o próprio Heródoto em suas “Histórias” escrita com o intuito de que o passado não se repetisse) cujo objetivo vá além da mera curiosidade, além de um saber por saber.

Para determinar o conceito de “consciência” enquanto relacionada a historiografia, Veyne irá propor que a escrita da história é uma atividade intelectual em detrimento da perspectiva de que o homem, estando ele próprio imerso na História, estaria sempre “se pintando” ao “pintar” a História - perspectiva essa que apontaria para um estado aonde o “conhecimento histórico só seria intelectual pela metade; ele teria alguma coisa de radicalmente subjetivo, que faz parte da consciência ou da existência”²³. Embora atribua um lugar pontual para a subjetividade na historiografia, a consciência histórica

²⁰ Idem, p. 56-58. Cf. tópico “A história ligada ao específico”.

²¹ Podemos ressaltar o fato de que as primeiras cadeiras de História da África no Brasil datam da década de 1950. Porém, naturalmente a História da África é ululantemente conectada as nossas origens, e não podemos dizer que há uma “desvalorização geral” no avanço configurado pelo seu aparecimento. O mérito da modificação da prática historiográfica, se consciente deste conceito, seria a quebra de um preconceito valorativo, uma “abertura de mente” para possibilidades historiográficas, para a busca do não-factual.

²² Idem, p. 59-60. Cf. citação “Vê-se o que é a imparcialidade do historiador; ela vai mais adiante do que a boa-fé, que pode ser partidária e geralmente é difundida; ela consiste menos na firme intenção de dizer a verdade que no fim a que se propõe, ou melhor, no fato de não se propor nenhum objetivo em particular, exceto o de saber por saber; ela se confunde com a simples curiosidade, curiosidade esta que provoca num Tucídides o conhecido desdobramento entre o patriota e o teórico, de onde vem a impressão de superioridade que dá seu livro. O vírus do saber pelo saber vai até provocar em seus portadores uma espécie de gozo quando vêm desmentidas convicções que lhes são caras; [...]”

²³ VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 67-68.



como algo espontâneo, inerente a existência, é algo que o autor irá negar. Argumenta que esta consciência nada mais é do que a construção cultural individual, uma vez que a priori, “tudo o que a consciência conhece da história é uma estreita franja de passado, cuja lembrança é ainda viva na memória coletiva da geração atual”²⁴ e que a consciência espontânea, que seria a consciência que de fato existe, não possuiria a noção de história.

Em consonância com as tendências de pensamento historiográfico do seu período, como em Certeau:

*A história não é uma crítica epistemológica. Ela permanece um relato. Conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. Não o compreende, no entanto, a não ser elucidando sua própria atividade produtiva e, reciprocamente, compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito*²⁵

O autor virá, finalmente, elucidar o motivo da negação do caráter “explicativo” do discurso historiográfico, argumentando que quando a historiografia vem a noticiar uma descoberta como a existência de determinado império geograficamente distante, ela não precisa necessariamente explicar, embora pudesse, pois “para a história o difícil seria não explicar, pois o menor fato histórico tem um sentido [...]”²⁶; porém, se é possível afirmar essa incapacidade da história em explicar, seria em virtude do preconceito bipolar epistemológico moderno que sujeitava as ciências a divisão entre “nomológicas” e “idiográficas”, aonde a primeira categoria seria referente as ciências hipotético-dedutivas (capazes de previsão e generalizantes, logo, capazes de “explicar”) enquanto à segunda pertencem as ciências do singular, dedicadas ao único, logo, incapazes de aferir recorrências. Respectivamente, o autor apresenta duas definições sincrônicas de explicar: “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral” relativas ao primeiro caso e um “sentido fraco e familiar, como ao dizer: ‘Deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá’”²⁷. Consequentemente, a explicação histórica estaria no segundo caso que não configuraria uma explicação científica neste sentido moderno²⁸ e ultrapassado de divisão das ciências.

Da utilização conceitual destes ultrapassados conjuntos “nomológico” e “idiográfico”, surgirão críticas²⁹ plausíveis ao autor, porém, é possível indicar que ele as utiliza para resguardar a perspectiva científica na qual de fato a História nunca seria uma ciência, porém, se esta perspectiva está defasada, assim também está a opinião de que a História não poderia ser uma ciência - que o autor virá a demonstrar, se por ciência, entendermos seu sentido contemporâneo, cujas discussões seriam pautadas em filósofos como Karl

Popper³⁰.

24 Idem, p. 68.

25 DE CERTEAU, Michel. A Escrita da História. 1982. p. 48.

26 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 81.

27 Idem, p. 82

28 Por “moderno” aqui nos referimos à Idade Moderna e início da Idade Contemporânea pós-revolução francesa.

29 Cf. SIQUEIRA, Jorge. Paul Veyne em contra-ponto, Ou como não se escreve a História. 2001. p. 207-220.

30 Embora ele não use essas palavras, na página 233, o autor virá a indicar que se a ciência é apenas isso a que se referia



Ao nome da explicação que a história pode nos oferecer, chamaremos de “compreensão” - então, o historiador “faz compreender as tramas”³¹, que Veyne resume como uma ilusão construída pelo conceito de “retrodição”³², que é o preenchimento do conteúdo eminentemente lacunar das fontes para construção (os pós-modernos diriam “suavização”) da narrativa: “Esse preenchimento se faz de modo consciente por uma parte muito fraca, que é a das teorias e hipóteses; por uma parte muito maior isso é feito inconscientemente por ser suficientemente claro”³³. Por suficientemente claro, ele se refere ao nível de explicação referente ao que o senso comum já subentende, que se explicitado, acabaria por alongar a síntese. Logo, “em história, explicar é explicitar”³⁴ - porém, até qual nível? Dependeria, sempre, da subjetividade do historiador. Sobre a forma como essas teorias e hipóteses inerentes ao método que cada historiador pratica são desenvolvidas, o historiador Ivan Jablonka desenvolve uma argumentação em que as conceitua como “ficções de método”, que seriam a única ficção inerente à prática historiográfica e situa estas ficções sem desconstituir o realismo epistêmico historiográfico, como uma forma de responder as questões levantadas pela virada linguística; justificando-as em relação a plausibilidade e aprofundando a forma como se preenchem essas lacunas da documentação³⁵.

Agora, alcançamos a parte em que somos apresentados a uma das chaves para o pensamento historiográfico contemporâneo, e uma das principais contribuições de Veyne: a questão da causalidade. Dividindo as causas da história em três categorias, o autor acredita esgotar esta tipologia possível: “acaso” (sorte), “matéria” e a “liberdade” (deliberação). O “menor ‘fato’ histórico, se for humano, contém esses três elementos [...]”³⁶. As formas de abordagens da historiografia em suas múltiplas escolas sempre focaram em um destes aspectos, a concepção clássica via a história como um “teatro onde a Sorte se diverte”, se insistimos na liberdade humana, em suas opções, teremos a concepção idealista (Hegel, por exemplo ou uma história exclusivamente das mentalidades) e finalmente, se insistimos na matéria, uma vez que nossas liberdades empregam dados do meio, teremos a concepção marxista. É neste ponto que o autor apresenta uma das principais críticas pós-modernas a concepção marxista vulgar³⁷, “É inútil esperar que, [...] chegaríamos enfim, documentados, a estabelecer cientificamente que, em última instância, a matéria

essas excludentes terminologias, deixemos o termo para economia e enfim, para uma “praxiologia matemática”, pois o que fazemos os historiadores, sociólogos e etnólogos seria de fato, história. Logo, meu posicionamento se refere a forma como Karl Popper trabalha com graduações dentro das ciências, e não com o bipolarismo absoluto entre idiográfico e nomológico, e nesta perspectiva, certamente as ciências humanas permanecem ciências, e mesmo a ciência mais exata não postula verdades absolutas e atemporais.

31 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 82

32 Idem, p. 146.

33 Idem, p. 117.

34 Idem, p. 86.

35 Cf. JABLONKA, Ivan. A história é uma literatura contemporânea. 2020, cap. 8.

36 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 86.

37 Como bem enfatiza que tais críticas já houveram de ter sido discutidas internamente ao movimento marxista o autor José Jorge Siqueira. Cf. SIQUEIRA, Jorge. Op. Cit. p. 214.



comanda tudo ou que, ao contrário, são as mentalidades que o fazem: por mais profunda que seja a explicação histórica, ela jamais encontrará fronteiras”³⁸.

Desta forma, critica a concepção marxista de superestrutura e infraestrutura e sua generalidade em prol, novamente, da especificidade do caso concreto, do vivido, do “sublunar”. Essa crítica não se limita a escola marxista, mas se expande as

*três concepções da história que correspondem a esses três aspectos: a teoria materialista da história, a história das mentalidades, a distinção das causas superficiais e das profundas; não pretendemos refutá-las, mas mostrar seu caráter relativo quanto à ação humana, que é um todo, e seu caráter provisório quanto à explicação histórica, que é uma devolução ao infinito*³⁹

Sobre as causas, comenta sobre a tipificação entre profundas ou superficiais e por meio de vários exemplos acaba por apontar para um caráter subjetivo, algo que vai depender das especificidades e da construção da trama. Porém, destaca-se que as causas não são equivalentes e que no campo factual não seria possível, sem objeções, hierarquizá-las livremente. Algumas de suas diretrizes podem ser sintetizadas pela citação:

*[,,] alguns acontecimentos, a revolução de 1789 e a de 1917, têm causas profundas; não é verdadeiro que a história, em última instância, seja guiada exclusivamente por causas profundas, subida da burguesia ou missão histórica do proletariado: seria bom demais. Compreender a história não consiste, pois, em saber discernir grandes correntes submarinas por baixo da agitação superficial: a história não tem profundezas.*⁴⁰

Fica nítida a denegação de qualquer forma metafísica reticente ainda presente na explicação histórica.

Se não existem “grandes correntes submarinas” que movem a história, nada transcendente além do humanamente praticado, do superficial, enfim, nada que não possamos entender, e se na história o que buscamos são as especificidades dos eventos, qual o lugar para os conceitos? Ou melhor, o que são os “conceitos” em História, como “revolução”, “guerra”, “conflitos cidade-campo”? Veyne contesta a autoridade conceitual enquanto forma de explicação histórica uma vez que eles homogeneízam os eventos, os generalizando. Os conceitos, para o autor, começariam por “teorias”, que implicariam por si em “tipologias”, cuja cristalização resultariam em “conceitos”; estes conceitos dão a ilusão de explicarem a história enquanto são apenas resumos de tramas construídas pelos historiadores - assim como os tipos e as teorias⁴¹. Embora tenham seu valor didático, Veyne aponta para o risco sempre eminente de anacronismo no uso conceitual por parte do historiador, uma vez que,

38 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 87.

39 Idem, p. 88.

40 Idem, p. 93.

41 Idem, p. 100.



como dito previamente, esses conceitos ignoram as especificidades do vivido. Existem críticas ferrenhas a esta perspectiva, uma vez que somada a possível interpretação de que a História apenas seria capaz de descrever, e não explicar, tomada fora do contexto hipotético-dedutivo e de um modelo epistemológico científico ultrapassado, poderia imputar uma limitação crítica ao trabalho histórico que não poderia sequer relacionar sinteticamente situações com condições similares entre si, como o exemplo do escravismo no Brasil Colonial apresentado por José Siqueira⁴². Porém, há de se ressaltar que o autor aponta os perigos do uso dos conceitos e não os rechaça completamente, como se eles sequer tivessem razão de existir, uma vez que eles devem/podem surgir no final da análise, no final da construção do trabalho, e servem como síntese daquilo que foi concluído.

Se não é possível definir um núcleo essencial para essas categorias teóricas, já que no vivido o discernimento acerca delas é modificado ao longo das eras, não podemos invariavelmente aplicá-las na trama; por isso, a “História da Loucura”⁴³ de Michel Foucault teve e ainda tem tanto destaque e nas ciências humanas, uma vez que a análise desnaturalizou o objeto “loucura” para mostrar os diferentes discursos que o “objetivaram” ao longo dos períodos analisados. O ato de objetivar vem, então, a ser outra chave para várias fechaduras no pensamento pós-moderno, se entende por sua definição o ato de construir objetos a partir de uma determinada prática humana, que pode ou não ser científica, logo, os conceitos que conhecemos na História são objetos objetivados por determinada prática - guerra, cidades, burgos, burguesia, revolução, etc. pela prática historiográfica. Todas essas generalizações são objetos, que por vezes, soam tão naturais que sequer é perceptível superficialmente que eles também são datados e sua representação se modifica com o tempo. Com isso dito, um historiador sério, ao utilizar um conceito generalizante como “religião”, teria que especificar como era entendido esse conjunto heterogêneo no recorte que ele deseja construir, pois “empregar um conceito pensando que é suficientemente claro é arriscar um anacronismo implícito”.⁴⁴

Neste sentido, após o alerta sobre a ausência de um método para a história e o perigo das teorias e conceitos dentro deste campo de conhecimento, o que resta? Buscar novos caminhos, novas alternativas, o que retoma o sentido geral do texto, a resposta para a pergunta que não cala: como explorar o “não-factual”? Para construir uma alternativa e justificar o trajeto percorrido pela disciplina, o autor nos apresenta o conceito clássico de “*topoi*”, cujo desenvolvimento seria o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer⁴⁵. Os *topoi* nada mais são do que “tópicos”, logo, o único progresso da História seria esta espécie de jurisprudência metodológica, o desenvolvimento e criação de novos *topoi*.

42 SIQUEIRA, Jorge. Op. Cit. p. 219.

43 Cf. FOUCAULT, Michel. História da loucura na idade clássica. 1978.

44 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 112.

45 Idem, p. 181.

Esse histórico indica diretrizes para a construção de novas pesquisas, novos objetos e até de outras formas de abordagem, que por virem a existir, automaticamente o renovam. Neste conjunto de tópicos, para uma elucidação mais completa, é passível incluir os preceitos metodológicos das várias gerações da Escola de Annales, dos positivistas, dos marxistas, etc. - É aqui que se situa todo o trabalho “metodológico” de tantos livros, de tantos historiadores, que certamente são apreciados; ressalta-se que não havendo um método para História, único, não possa haver métodos para a História, vários.

Como uma busca do não-factual, uma visão teórica de como a História poderá progredir, o autor teoriza: para nos aproximarmos de uma “História total”⁴⁶, que seria uma “ciência formal do homem”⁴⁷, a História teria que anexar a si a área de atuação da sociologia e da etnologia, que para o autor, nunca deveriam sequer existir como ciências independentes⁴⁸. Dito isso, essa ciência virtual estaria imersa na vocação original da História e para chegar lá, pontua:

Em suma, a história, para tomar-se completa, deve livrar-se de três limitações: a oposição do contemporâneo e do histórico, a convenção do continuum, a ótica factual; a salvação está, pois, do lado da ‘sociologia’ e da ‘etnografia’ das sociedades contemporâneas, da história ‘comparada’, enfim, da história não-factual com sua decomposição das ‘temporalidades em profundidade’⁴⁹

Assim, o autor desenvolve sua crítica à unidade científica da Sociologia que não pretendemos exaurir, porém, em suma, comentando a análise dos *habitat* urbanos realizada por Weber em “*La Cité*”, demonstra que quando a sociologia trabalha com séries e dados, nada mais faz do que uma História comparada:

Uma história que se tornou, desse modo, completa é a verdade da sociologia. A mais exemplar obra histórica do nosso século é a de Max Weber, que suprime as fronteiras entre a história tradicional, de que tem o realismo, a sociologia, de que tem as ambições, e a história comparada, de que tem a envergadura. Weber [...] foi [...] quem levou a evolução do gênero a seu termo lógico: uma história que se subtraiu completamente à singularidade espaço-temporal e que, já que tudo é histórico, se atribui, livremente, seus objetos. A obra de Weber - que, sociologia ‘de compreensão’, não procura estabelecer leis - é, verdadeiramente, história [...] Da comparação, Weber não tira regras; no máximo, constata que, por razões compreensíveis (e, por conseguinte, inseparáveis de uma situação histórica concreta com a qual a regra formal mantém intercâmbios sub-reptícios), determinado tipo de acontecimento “favorece” um outro. Tudo se apresenta em nuances,

46 Idem, p. 214-231, temática do cap. 12.

47 Idem, p. 216-217.

48 O autor não intenta, com essas críticas, menosprezar o trabalho construído por profissionais dessas disciplinas, mas demonstrar que, de fato, os trabalhos dessas disciplinas não são mais partes de outras disciplinas já existentes como a História e a Filosofia. Cf. cap. 12 do livro para uma compreensão mais profunda da argumentação.

49 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 231.



*mais ou menos, como sempre em história [...]*⁵⁰

São com essas reflexões que o autor finaliza seu escrito original, antes da adição de “Foucault revoluciona a história”. Aonde aponta a necessidade de rever certas explicações que, comumente, caíem em algum conceito teórico, que ele chamaria “objeto naturalizado”. Estes conceitos, que já vimos sua crítica prévia, acabariam por simplificar a explicação: por meio de uma longa argumentação usando como exemplo a mudança política no Império Romano, sobre a proibição das gladiaturas no séc. III, o autor aponta como a ideia de influência cristã e do humanismo eram, *a priori*, a explicação mais aceita, porém, atualmente, é conclusivo que a decadência do Senado seria uma ou senão a principal causa⁵¹. Logo,

*Dito de outra maneira, é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, de ‘parte oculta do iceberg’: porque esquecemos a prática para não mais ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos.*⁵²

Neste sentido, uma das propostas para renovação da prática historiográfica seria a mudança de abordagem de uma perspectiva espaço-temporal para a análise das “práticas” humanas. O autor atribui este novo paradigma à contribuição “foucaultiana”, por isso o título do texto. Por meio dessa nova ênfase, conseguiríamos nos libertar dos “eternos fantasmas que a linguagem suscita em nós” pois “a prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz)”⁵³. Tal proposta nos impele a metodologicamente tentar praticar a história comparada como uma forma de fugir do *continuum* espaço-temporal e se justificaria uma vez que “julgar as pessoas por seus atos não é julgá-las por suas ideologias; é, também, não as julgar a partir de grandes noções eternas - os governados, o Estado, a liberdade, a essência da política - que banalizam e tornam anacrônica a originalidade das práticas sucessivas”⁵⁴.

Porém, é válido a reflexão: o que seriam as práticas, senão o que de fato a historiografia já era construída em torno? Se não eram os historiadores marxistas analistas das práticas econômicas, os idealistas das práticas humanas, sociais e psicológicas, cujo cálculo formal causal implicaria em práticas políticas? Logo, essa redefinição de foco viria a suscitar uma igualdade em nível preconceitual, ou melhor, o descarte deste nível em prol de um trabalho analítico construído caso a caso; seu paradoxo seria a concepção, *a priori*, de

50 Idem, p. 231-232.

51 Idem, p. 239-243.

52 Idem, p. 243.

53 Idem, p. 248. Destaco que, na minha interpretação, o autor por “fantasmas” se refere a “reificação” dos objetos naturalizados que representam esses grandes conceitos teóricos que permeiam a descrição histórica.

54 Idem, ibidem.



uma ausência dogmática que viria a constituir seu principal dogma. Dito isso, vemos que é necessário ser precavido com os objetos naturalizados para que eles não determinem a prática historiográfica, ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar a criação de novos objetos que podem ser naturalizados já que eles detêm valor sintético e didático, e que por sua vez, não devem ser usados como *partis pris* explicativos.

Este método não seria válido apenas para o historiador analisar o que foi feito pelas pessoas, mas também o que foi dito. Para tanto, só mudaria a análise das práticas para a análise do “discurso”. Para o autor, Foucault seria o maior materialista da historiografia, uma vez que ele não nos revela um “nível misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido”, mas apenas nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito⁵⁵ - ou feito. Tanto as práticas quanto os discursos só existem e só são passíveis de fazerem sentido com relação à outras práticas e outros discursos, aonde estes tomam forma e também reformam os respectivos vizinhos⁵⁶. Esta mudança de eixo do isolamento de um aspecto para pensar-lhe conforme suas relações é consonante as mudanças ocorridas também no paradigma da Física, com a Física Moderna, após a teoria quântica aonde

*Os físicos não lidam com ‘coisas’, mas com relações. Ou ainda, como escreveu o físico Niels Bohr, ‘as partículas materiais isoladas são abstrações, e suas propriedades são definíveis e observáveis somente através de sua interação com outros sistemas’. Dessa forma, o foco da análise da física não seria mais o objeto, mas as relações, porque isoladamente a natureza, no nível subatômico, não revelaria qualquer objeto. Assim, se não temos objetos, nem um mundo a ser descoberto, mas relações ou interconexões, as palavras também, ao serem enunciadas, não oferecem por si a verdade do mundo. Por extensão, não é possível mais estabelecer definições em que as palavras ou os conceitos conteriam o próprio sentido e significado do mundo.*⁵⁷

Neste espírito,

Desconhecíamos que cada prática, tal como o conjunto da história a faz ser, engendra o objeto que lhe corresponde, do mesmo modo que a pereira produz peras e a macieira maçãs; não há objetos naturais, não há coisas. As coisas, os objetos

⁵⁵ Idem, p. 252.

⁵⁶ A argumentação que impele a uma perspectiva filosófica da relação como substituição de uma “filosofia do objeto tomado como fim” vai da página 255 até a 262, e é demasiado densa para ser trazida em sua totalidade a este artigo sem o alongar desnecessariamente. Porém, é necessário entender que para que exista uma prática, é necessária uma relação com outras práticas do mesmo período e anteriores, sendo a análise destas práticas grande parte do método “foucaultiano”. O mesmo vale para o discurso, que para fazer sentido e se constituir, é necessário estar, também, relacionado. “Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Essa prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, atualiza as virtualidades que estão prefiguradas no molde; [...]” p. 259. Se é desejado um aprofundamento, Cf. FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

⁵⁷ MONTENEGRO, Antonio T. Rachar as palavras, ou uma história a contrapelo. 2006, p. 46.



não são senão os correlatos das práticas. A ilusão do objeto natural ('os governados através da história') dissimula o caráter heterogêneo das práticas ('governado sobre regime x, sobre regime y'); daí todas as confusões dualistas, daí, também, a ilusão de 'escolha racional'⁵⁸

Portanto, “[...] esse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: o que é *feito*, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história; enganamos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito”⁵⁹. O erro estaria em, por exemplo, focar o estudo no objeto naturalizado “Estado” em detrimento das práticas que projetam esta objetivação em determinado contexto. A análise nunca deve se submeter a ilusão construída pela “reificação” das objetivações.

A partir das relações, entendemos a forma como filosoficamente o autor propõe que a existência e o devir funcionam, resgatando São Tomás de Aquino e o relacionando a Deleuze e Nietzsche⁶⁰, aonde o humano seria um “animal atualizador”⁶¹ por meio de sua vontade de poder, raramente consciente do seu papel, o qual ele apenas desempenha⁶²; a “atualização” não deve ser confundida com as causas, ela é inerente a própria existência humana, ela é a característica humana que faz com que as “engrenagens girem”. A

[...] prática, reforçada, eventualmente, pela consciência que dela têm, enche o vazio deixado pelas práticas vizinhas e se explica, conseqüentemente, a partir destas; não é sua consciência que explica sua prática e que se explicaria ela própria a partir das condições vizinhas ou como ideologia ou como caso de crença, superstição.⁶³

Portanto, a consciência da prática não determina a prática, ela é apenas uma variante na relação do sujeito com a prática, podendo sequer vir a existir. No entanto, não seria viável que a tomada de consciência da realidade concreta refletida e alterada por determinada prática não viria, possivelmente, ser o motor construção de uma nova prática outra? Esta possibilidade apontaria para um reducionismo na visão de Veyne, cujo fluxograma

58 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 256. A parte em negrito foi adaptada uma vez que o recorte original trazia uma sentença que, se retirada do contexto, não faria sentido, a original era: “amimar crianças não é administrar fluxos”.

59 Idem, p. 257.

60 Idem, p. 260. O autor aponta que a ideia de amor seria o motor da atualização em S. T. de Aquino, enquanto Deleuze traria, no seu lugar, o desejo nesta função. Passando por uma citação de Dante Allighieri na divina comédia (não referenciada na obra), “L’amor che muove il sole e l’altre stelle”, equipara os dois, destacando a função teleológica que S. T. de Aquino imbuiria neste virtual devir na sua perspectiva escolástica; Nietzsche segue a esta comparação quando Veyne traz o conceito de vontade de poder: “O homem tem, então, tamanha necessidade de ser rei? Pergunta vã: o homem tem uma ‘vontade de poder’, de atualização, que é indeterminada [...]”.

61 Idem, ibidem.

62 “Que, por um acaso de nascimento, um certo bebê nasça no quarto do rei, como herdeiro do trono, e que, automaticamente, passe a interessar-se pelo ofício de rei, que ele não abandonaria por um império, ou melhor, que ele sequer se coloque a questão de saber se quer ser rei; ele o é, eis tudo; é isso o desejo. O homem tem, então, tamanha necessidade de ser rei? Pergunta vã: o homem tem uma “vontade de poder”, de atualização, que é indeterminada: não é a felicidade que busca; ele não tem uma lista de necessidades determinadas para serem satisfeitas, depois do que se abandonaria ao repouso numa poltrona, em seu quarto; ele é um animal atualizador e realiza as virtualidades de todo tipo que se lhe apresentam.” Argumentação presente na p. 260.

63 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 261.



acabaria por simplificar e reduzir a responsabilidade da consciência na existência. Se a busca é pelas especificidades do concreto, não se deve generalizar o mecanismo do devir por meio de uma fórmula estrutural análoga ao pensamento marxista vulgar, em que a superestrutura seria o conjunto das práticas. Porém, como só se entende as práticas em suas relações, ressalta-se que a tomada de consciência do reflexo de determinada prática parte da prática e por isso viria a ser possível construir novas práticas. Logo, é conclusivo que é necessário a total abstração de qualquer noção estruturalista para enxergar a consciência como uma possibilidade individual diante das práticas, e é nesta teia de relações que acontece esta renovação.

O autor, assim, critica o conceito de ideologia que nasceria da soma da banalização ao corte efetuado, em nome do materialismo, da prática com a consciência⁶⁴; e a partir da aceitação deste conceito, se reduz a buscar a partir da ideologia toda a peculiaridade da prática, e o objeto natural (categoria teórica) tem sua diversidade reduzida as ideologias sucessivas. O mesmo que vale para a ideologia, vale para a noção de crença, que por sua vez cairia numa perspectiva idealista inexplicável⁶⁵. O autor ressalta:

Em uma palavra ou em cem, ideologia é coisa que não existe, [...]. Ele designa, algumas vezes, uma abstração, isto é, a significação de uma prática [...] outras vezes, realidades mais ou menos livrescas, doutrinas políticas, filosofias, até religiões, quer dizer, práticas discursivas.

Por isso, “Foucault não diz: ‘De minha parte, prefiro o descontínuo, os cortes’, mas: ‘Desconfiem das falsas continuidades’”⁶⁶, para que sejam desnaturalizados os objetos naturais ao longo dos diferentes períodos em prol da busca do discernimento acerca das práticas que os objetivaram.

À guisa de conclusão, Veyne oferece uma perspectiva questionadora, que valoriza o caráter indeterminado e específico da história em seus variados períodos, que questiona o senso comum e a aceitabilidade genérica dos conceitos e objetos naturais que permeiam nosso *cogito* e que nos impelem ao anacronismo. Ao mesmo tempo, não propõe uma análise que transcenda o material para algo que não está ali, para um “não-dito” metafísico ou para uma consciência inexplicável. Naturalmente, é difícil “abrir-se ao diferente, autoquestionar-se, perder as certezas, sair do pedestal da crença na verdade é um

64 Idem, *ibidem*.

65 Para evitar confusões, não é que não existam crenças, mas que não se pode atribuir apenas a ela as causas dos eventos, senão, estaríamos presos em um curto-circuito explicativo. Cf. “A gênese da noção de crença é sensivelmente a mesma: atribui-se a alguma superstição o comportamento das pessoas, e, quando se afasta do caminho banal, essa superstição torna-se, ela própria, incompreensível. [...]. Mas, se a mentalidade e a crença explicam a prática, fica por explicar o inexplicável, isto é, a própria crença. Ficaremos reduzidos a constatar, lamentavelmente, que, por vezes, as pessoas crêem e, por vezes, não crêem, que não as fazemos acreditar em qualquer ideologia simplesmente pedindo-lhes isso e que, por outro lado, são bem capazes de acreditar em coisas que, no plano da crença, são contraditórias entre elas, ainda que na prática se acomodem muito bem”. p. 262.

66 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 269.



movimento que demanda mais do que inteligência”⁶⁷. Porém, nem as limitações do real justificam a construção de fantasmas para legitimar esta ou aquela perspectiva explicativa. O que é mais historicamente antropológico do que buscar o que os homens fizeram em detrimentos das coisas isoladas? “Justamente, não há coisas: só existem práticas. É essa a palavra-chave dessa nova metodologia da História”⁶⁸.

67 RAGO, Margareth. Foucault, história e anarquismo. 2015, p. 5.

68 VEYNE, Paul. Op. Cit. p. 264.



REFERÊNCIAS

- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. (Orgs). **Nova história em perspectiva (vol. 1)**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**. Brasília: Ed. UnB, 2020.
- MONTENEGRO, Antonio T. **Rachar as palavras, ou uma história a contrapelo**. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 37-62, junho 2006.
- RAGO, Margareth. **Foucault, história e anarquismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- SIQUEIRA, Jorge. **Paul Veyne em contra-ponto, Ou como não se escreve a História**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 19, p. 207-220, 2001.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4a ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. 1973.



UM OLHAR SOCIOLÓGICO ACERCA DA VIOLÊNCIA CRIMINAL COM BASE NO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA NA CIDADE DO RECIFE NO ANO DE 2021.

HÉDIIA MARIA DE SANTANA VASCONCELOS⁶⁹

RESUMO: Ao longo dos anos temos observado o espantoso crescimento da violência relacionada ao crime em todo o território brasileiro, causando medos e incertezas na população, gerando cada vez mais atrito com o Estado que tenta constantemente forçar a diminuição da sua expansão. De acordo com Émile Durkheim (1858-1917) “*o crime é normal porque uma sociedade que dele estivesse isenta seria inteiramente impossível*” (1990, p. 58), através do olhar do sociólogo sob o crime e fazendo um recorte no território, o presente artigo busca entender e explicar esse fenômeno social no bairro de nova descoberta localizado na cidade do Recife, apresentando as possíveis causas para que fosse percebida uma presença tão forte da criminalidade. Apesar de estar dentro da normalidade, o crime precisa ser delimitado para que haja não apenas uma boa convivência entre os indivíduos inseridos na sociedade, mas também com o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Crime, violência, Durkheim.

ABSTRACT: *Over the years we have observed the astonishing growth of crime-related violence throughout Brazilian territory, causing fears and uncertainties in the population, generating more and more friction with the State that constantly tries to force the reduction of its expansion. According to Émile Durkheim (1858-1917) “crime is normal because a society that were exempt from it would be entirely impossible” (1990, p. 58), through the sociologist’s view of crime and making a cut in the territory, the This article seeks to understand and explain this social phenomenon in the new discovery neighborhood located in the city of Recife, presenting the possible causes for such a strong presence of crime to be perceived. Despite being within the normal range, crime needs to be delimited so that there is not only a good coexistence between individuals inserted in society, but also with the State.*

KEYWORDS: Crime, Violence, Durkheim



Uma das definições de violência de acordo com o dicionário brasileiro é: ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra algo ou alguém, a organização mundial da saúde define a violência como algo que se associa a intencionalidade. A violência pode ainda ser entendida como um conjunto de eventos individuais, sociais, econômicos e culturais. A violência criminal pode ser definida de acordo com Eliane Melara (2012) como *“todo e qualquer tipo de crime que é ponderado pela lei e que seja fruto das ocorrências criminais, são eles: homicídios, lesão corporal, roubo, furto e tráfico e consumo de drogas”*.

De acordo com Émile Durkheim (1858-1917) o crime é um fenômeno social normal, pois é um traço generalizado de todas as sociedades e está ligado às condições gerais da vida coletiva, portanto é considerado um fenômeno social normal por estar presente em todas as sociedades e em todas as classes sociais atuando como elemento necessário para a construção da sociedade. A normalidade deste fato social está atrelada a ideia de Durkheim *“o crime é normal porque uma sociedade que dele estivesse isenta seria inteiramente impossível. (1990, p.58)”*⁷⁰. Assim a presença da criminalidade seria necessária pois afeta diretamente os sentimentos coletivos muito importantes para a sociedade (Tenente Wolkester, sociologia do crime e da violência, 2012), e se o crime não existisse o homem o inventaria ou o transformaria fazendo com que atos considerados simples se transformassem em atos ilícitos. Mas por que isso aconteceria? Justamente porque os crimes possibilitam a realização dos rituais punitivos, que é o meio utilizado pelo Estado para demonstrar força e severidade, e assim assegurar a sua autoridade sobre os indivíduos.

Apesar do crime ser considerado um fato social normal, não significa que ele não esteja livre de limites, inclusive esses se fazem necessários para que o excesso não prejudique o coletivo. É aí onde ocorre a intervenção do Estado com o objetivo de assegurar esse limite necessário para que seja possível a capacidade de exercer a punição. Mas ao demonstrar a sua força através da punição o Estado entra em conflito com o crime, acarretando assim uma espécie de disputa de poderes, e esse dentre outros motivos que serão citados ao longo do texto, se tornou um caminho percorrido para que houvesse ao longo da década 2011-2021 um aumento da violência criminal em toda região metropolitana da cidade do Recife.

Em dados oficiais temos a informação de que esse aumento foi acarretado pelo aumento do tráfico de drogas na região e da disputa por territórios, mas sabe-se também que o nível socioeconômico e socioeducacional dos indivíduos contribuem diretamente para a sua inserção no crime e para que consequentemente se tornem estatística do Estado, que

⁷⁰ Presente na obra as regras do método sociológico



tendo a função de vigiar e punir a cumprir sem exitar.

As mortes violentas por causas indeterminadas no estado de Pernambuco tiveram uma taxa de variação de 52,5% entre os anos de 2009 a 2019 e entre os anos de 2014 a 2019 essa taxa foi de 72.0%, segundo o atlas da violência do ano de 2021⁷¹, ainda de acordo com o documento, Pernambuco acumulou no ano de 2019, 3.412 mortes violentas intencionais, dentre as quais 23,44% foram registrados na região metropolitana do Recife⁷². Já no ano de 2021, Pernambuco acumulou apenas no primeiro semestre 1.680 casos de crime violento letal e intencional e a região metropolitana do Recife foi responsável por 45,95% deles. Dito isso, o presente artigo visa entender essa onda de aumento da violência criminal, e fazendo um recorte territorial, trazer o enfoque para o bairro de nova descoberta na cidade do Recife-PE, onde segundo o jornal do comércio, em 2021 foi o bairro com maior incidência de homicídios na cidade.

Buscar as causas por trás do extremo foi o motivo da escolha desse tema para o artigo, é inegável que houve ao longo da década 2011-2021 um aumento da violência criminal acarretado por vários motivos, mas então qual seria a solução para esse problema de segurança pública e que também se torna uma causa social que vai além de questões judiciais e psiquiátricas? Ao decorrer deste artigo buscarei entender a sociologia do crime e da violência, e como esse fenômeno social vem atraindo cada vez mais indivíduos para si.

Do crime como fato social

O crime e a violência sempre estiveram inseridos na sociedade sendo um elemento necessário para a sua existência como citado anteriormente no texto, a criminalidade exerce uma função social tão importante que se não existisse a sociedade a transformaria, desse modo o crime faz com que a sociedade compartilhe sentimentos e crenças comuns, trazendo a coesão para si. Para entender o crime como fato social, é necessário entender primeiro o que são fatos sociais e essa explicação está contida no livro *Regras do método sociológico* (p.39), do sociólogo Émile Durkheim: *“Aqui está, portanto, uma ordem de factos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem”*.

Sendo assim, percebe-se que um fato social acontece independente do indivíduo, ou seja, já existia antes do indivíduo e vai continuar existindo depois, além do que exerce também

⁷¹ Informação contida na página 23 do presente documento

⁷² De acordo com o boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco, 2º trimestre de 2019 do programa pacto pela vida



um papel coercitivo na sociedade. E com isso a ideologia defendida por muitos de que só se envolve com o crime “quem quer” acaba não sendo tão sustentável, pois além da vontade individual existem fenômenos externos que guiam o indivíduo, existe o meio em que se está inserido, doutrinação, coerção e uma série de outras coisas que fazem uma pessoa aceitar e se inserir em situações mesmo contra a sua vontade. Sobre a coerção Durkheim (1895, p.39) fala:

Como professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, parece-lhes que se está a diminuí-lo sempre que lhe fazem sentir que não depende unicamente de si próprio. Mas, uma vez que é hoje incontestável que a maior parte das nossas ideias e tendências não é elaborada por nós, mas antes nos vem do exterior, ela só pode penetrar em nós impondo-se.

Os fatos sociais exercem uma espécie de pressão social naqueles que estão às margens, para que possam se inserir em seu meio. Sobre essa pressão social, Durkheim (1895, p.41) escreve:

(...) Toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente...Esta pressão permanente exercida sobre a criança é a própria pressão do meio social que tende a moldá-la à sua imagem, e do qual os pais e os professores são meros representantes e intermediários.

Por isso a inserção na criminalidade vai muito além do caráter individual de cada pessoa, é necessário olhar esse fato sociologicamente para entender os motivos além do que enxergamos moral e judicialmente, quando paramos para olhar uma pessoa como um todo, isso inclui o seu meio social, ideias, costumes, tradições e etc, percebemos que o que o cerca influencia diretamente nas suas escolhas pessoais, profissionais, sociais e dentre outras. Por isso há a necessidade de entendermos os reais motivos por trás da violência e da criminalidade, pois há a presença de uma conexão com a sociedade que acaba passando despercebido.

De acordo com o livro as regras do método sociológico (p.39), de Durkheim: “Qualquer fenômeno sociológico, como, aliás, qualquer fenômeno biológico é susceptível de revestir formas diferentes segundo os casos apesar de permanecer essencialmente o mesmo”.

Assim existem fenômenos sociais normais e patológicos que são diferentes entre si, pois um é tudo o que deve ser e o outro deveria ser diferente do que é. Para entendermos melhor, vamos tratar a sociedade como um organismo onde cada organização social possui uma função que serve para alimentar o todo.



Do crime como fenômeno social normal ou patológico

Antes de começar a discorrer sobre esse tópico, é importante lembrar como já foi dito antes no texto, que o crime é um fato social normal pois é um fenômeno social observado em quase todas as sociedades e que gira em torno do coletivo, já para se tornar um fenômeno patológico é necessário que ele assuma uma proporção exagerada, fazendo com que o Estado não consiga formas efetivas para efetuar o seu controle. No livro “*as regras do método sociológico* (p.83)” há uma passagem explicando como funciona a patologia em um organismo e que tomaremos como analogia para o crime na sociedade:

Raciocina-se neste campo como se, num organismo são, cada pormenor tivesse, por assim dizer, um papel útil a desempenhar, como se cada estado interno correspondesse exactamente a qualquer condição externa e, por conseguinte, contribuisse, pela sua parte, para assegurar o equilíbrio vital e diminuir os riscos de morte.

E sobre as patologias nos organismos:

(...) a doença é, primeiro que tudo, algo de evitável que não está implicado na constituição regular do ser vivo. Ora pode acontecer que, em vez de fortalecer o organismo, elas diminuam a sua capacidade de resistência e, por conseguinte, aumentem os riscos de morte.⁷³

Fazendo uma comparação dessa passagem com uma realidade onde o crime passe de um fenômeno social normal e se torne um fenômeno social patológico, que acontece quando ele deixa de ser necessário para a constituição da sociedade e passa a se tornar além de um problema social, também um problema de segurança pública afetando diretamente os indivíduos os obrigando a mudar de hábitos (como o de andar na rua a noite sozinho), costumes (como o de ficar conversando com vizinhos na frente da residência) e em alguns casos fazendo-os até mudar de localização (como mudar de rua, bairro ou cidade), ou seja, fazendo com que o medo exacerbado seja o regente da vida do coletivo. Um exemplo de crime como fenômeno social patológico seria o tráfico de drogas, um tipo de violência criminal que vem tomando grandes proporções ao longo dos anos, recrutando cada vez mais indivíduos e alcançando níveis incontroláveis.

Um fenômeno social é considerado normal através da sua generalidade, ou seja, precisa acontecer de uma maneira geral e abranger toda a sociedade. Quanto à normalidade na sociedade de um fenômeno social Durkheim escreve:

(...) A normalidade do fenômeno será explicada pelo simples facto de estar relacionado com as condições de existência da espécie considerada, seja como um efeito mecanicamente necessário destas condições, seja como um meio que per-

⁷³ Página 83 do livro *As regras do método sociológico*



mite aos organismos adaptarem-se a estas”

Para determinar a normalidade do crime enquanto fato social é necessário entender quais as condições que no passado o gerou e se essas condições ainda estão colocadas na sociedade atualmente. Partindo desse pressuposto, a criminalidade teve início com as pessoas que estavam às margens da sociedade e sem oportunidades de se inserir nela, de fato como uma alternativa de facilidade, ou de obter rendimentos e capital sem muito esforço e até hoje é vista por muitos como um meio de ascensão financeira rápida, e é justamente essa ideia que atrai tantas pessoas para esse caminho.

Além da normalidade desse fato social se dar através da sua generalidade, também se mostra na historicidade de sua existência, de modo que os motivos pelo qual ele ocorre na sociedade continua o mesmo de quando ocorreu pela primeira vez. Obviamente como antes citado, há motivos sociais, econômicos e diversos outros que levam uma pessoa a cometer atos criminosos, mas em síntese uma motivação bastante percebida é a promessa de “dinheiro fácil”. Outro fato que coloca o crime dentro da normalidade é a sua utilidade e necessidade de existência pois *“tudo o que é normal é útil, pelo menos por ser necessário”* (Durkheim, 1990, p. 93). Sendo assim, a utilidade do crime está relacionada não apenas a sociedade mas também ao Estado, pois para exercer a função de vigiar e punir a fim de demonstrar poder e força, ele precisa que os indivíduos cometam atos ilícitos.

Da conjuntura criminal em Pernambuco

Na década de 2009-2019 notou-se uma queda na taxa de homicídios no Brasil, de acordo com o atlas da violência 2021 (p.13), essa queda se deu com a ajuda de três fatores:

a mudança do regime demográfico rumo ao envelhecimento da população e à diminuição do número de jovens ; a implementação de ações e programas qualificados de segurança pública em alguns estados e municípios brasileiros; e o Estatuto do Desarmamento.

A introdução de políticas e ações de cunho inovador em alguns municípios brasileiros a partir dos anos 2000 ajudaram a frear a crescente violência que vinha sendo percebida no país, em Pernambuco o programa pacto pela vida criado em 2007 foi uma aposta certa para a diminuição na taxa de homicídios no estado. Embora os dados oficiais demonstrem uma desaceleração da criminalidade e violência, os números em Pernambuco ainda causam preocupação, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2019 foi de 36,4 no estado, em comparação ao ano de 2018 houve uma variação de -17,6%. Apesar desses números nos deixarem esperançosos, é importante apresentar o número de homicídios em Pernambuco no ano de 2019, ao todo foram 3.474 o equivalente a 7,63% das



mortes nacionais, um índice assustador.

Outro dado importante que quero trazer para o tópico é o de morte violenta por causa indeterminada (MVCI) que é o índice de homicídios não classificados como tais, no ano de 2019 esse número ficou em 958 em Pernambuco, correspondendo a 5,75% do total de MVCI's registrados em todo o Brasil no mesmo período. A taxa de variação de MVCI's entre 2014 a 2019 no estado de Pernambuco foi de 72,0% o que fez o estado registrar em 2019 uma taxa de 10,0 mortes violentas por causa indeterminada por 100 mil habitantes, enquanto que a taxa nacional foi de 7,9 no mesmo ano. Com esses dados é possível perceber que, ainda que seja registrada uma queda nos homicídios e MVCI's no estado de Pernambuco, ele parece está andando na contramão do país, pois apesar da aparente diminuição da violência e criminalidade, o estado permanece com índices acima dos nacionais.

Trazendo agora o enfoque para a região metropolitana da cidade do Recife, capital pernambucana, de acordo com o boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco do programa pacto pela vida (2º trimestre de 2019), o número de vítimas de crime violento letal e intencional (CVLI), foi de 407 no primeiro trimestre de 2019 e 393 no segundo trimestre do mesmo ano, esse número equivale segundo o documento a 45,75% do total de CVLI's no estado.

A taxa de criminalidade violenta letal e intencional na região metropolitana do Recife fechou o segundo trimestre de 2019 em 9,91 e o segundo trimestre em 9,54. Já no ano de 2021 essas taxas foram de 9,50 e 9,24 respectivamente para o primeiro e segundo trimestre, enquanto Pernambuco registrou uma taxa de 8,37 e 8,56 respectivamente no mesmo período.⁷⁴

A cidade do Recife registrou no primeiro e segundo trimestre de 2019 a somatória de 268 vítimas de CVLI, no ano de 2021 essa somatória foi de 300 vítimas no mesmo período e a taxa de CVLI no primeiro trimestre de 2021 foi de 8,94 e no segundo trimestre de 8,44 enquanto que em Pernambuco essa taxa ficou em 8,37 e 8,56 no mesmo período.

Esses dados demonstram que nem com a pandemia de COVID-19 que o mundo inteiro enfrenta desde março de 2020, os números da violência diminuíram, pelo contrário, eles aumentaram. E isso traz à tona que a violência e criminalidade que antes eram vistas e praticadas na rua, passaram a ser praticadas dentro das casas, como quando pessoas são assassinadas em sua própria residência. De acordo com uma reportagem publicada em 24 de janeiro de 2022 no site "*isto é dinheiro*", em média a cada três dias, duas pessoas foram baleadas dentro de casa.

⁷⁴ De acordo com o boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco, 2º trimestre de 2021 do programa pacto pela vida



Apresentando a violência criminal no bairro de nova descoberta na cidade do Recife

Agora que já foi contextualizada a questão da violência e apresentado os dados oficiais no estado de Pernambuco e em sua capital, tratarei neste tópico da violência criminal relacionada ao bairro de nova descoberta na cidade do Recife. Começarei então com uma breve apresentação da localidade, de acordo com os dados mais recentes presentes no portal da prefeitura do Recife. O bairro possui 34.212 moradores divididos em habitantes do sexo masculino equivalente a 47,48% e habitantes do sexo feminino 52,52% em relação ao total populacional. A maioria da sua população está entre a faixa-etária dos 25-29 anos, somando 47,87% do total populacional, também possui uma população de maioria branca o que equivale a 30,72% de sua totalidade. A renda média mensal dos domicílios é de R\$898,39, a proporção de domicílios que são chefiados por mulheres é de 53,25% e a média de moradores por domicílio é de 3,4 o que faz com que a renda per capita seja de R\$264,17. O bairro possui o total de 18 escolas, dentre as quais nove são particulares e o restante distribuídas entre municipais e estaduais.

De acordo com dados do instituto fogo cruzado que mapeia a violência armada no grande Recife, o bairro de nova descoberta foi responsável pelo maior número de assassinatos (somando 11 homicídios), entre o período de 01/01/2021 e 30/04/2021, tornando-se assim o bairro mais violento e perigoso da cidade do Recife durante esse período. A secretaria de defesa social (SDS) atribui esses números “às disputas de territórios entre grupos com atuação no narcotráfico” (Gestor do departamento de homicídios e proteção à pessoa, Bruno Magalhães), isso inclui cobranças de dívidas e disputas de poder entre os traficantes, essa disputa entre o domínio do tráfico acaba transformando o bairro em um lugar onde predomina o medo e a insegurança, onde a cultura do medo do outro impera e as relações sociais acabam sendo prejudicadas, enquanto os indivíduos se veem cercados pela violência tanto dos traficantes quanto do Estado que tenta diminuir os índices da criminalidade revidando. É importante lembrar que esse período de violência intensa observada neste bairro, ocorreu no ano de 2021, onde o Brasil passava pelo pico da pandemia de COVID-19, e em todo mundo havia restrições, incluindo o distanciamento social. A socióloga Edna Jatobá coordenadora do GAJOP, opina sobre o aumento da violência durante a pandemia não só no Bairro de Nova Descoberta mas em toda grande Recife:

A pandemia aumentou a desigualdade e a pobreza, que historicamente atingem primeiro as cidades com mais de 100 mil habitantes. A pobreza acaba elevando a violência, porque muita gente acaba entrando para o mundo das drogas para sobreviver. Por isso a necessidade de os municípios agirem, junto ao Estado, para diminuir a desigualdade. É preciso uma articulação com todas as políticas públicas. Não é só caso de polícia.



Assim voltamos à questão dos motivos que estão por trás do aumento da violência criminal não só no bairro de nova descoberta, mas em todo o estado de Pernambuco. As condições socioeconômicas e socioeducacionais são grandes formadores de criminosos, aliadas a outros problemas como os psicológicos. Como dito na citação a inserção nesse universo tem como um dos motivos a pobreza que nesse caso foi agravada pela pandemia. No próximo tópico tratarei de forma mais detalhada das causas ligadas ao aumento da criminalidade.

Das possíveis causas que acarretaram um aumento na criminalidade

Quando tratamos a criminalidade como um problema sociológico, e passamos a tratá-la como um fenômeno social que vai muito além do âmbito judicial e psiquiátrico, nos deparamos com causalidades que não são percebidas fora do meio sociológico e com questões que vão além da moralidade, dito isso a primeira questão que apresentarei é a relação entre crime e pobreza. Como apresentado anteriormente, o crime está presente em todas as classes sociais, *“a criminalidade se espalha igualmente por todas as classes, sendo apenas mais perseguida nas classes subalternas que nas dominantes”* Michel Misse (2006, p.7).

O que acontece é uma objetificação da pessoa pobre, isso pelo seu estilo pessoal, local de moradia, linguagem e etc. Em primeiro lugar gostaria de frisar que não considero o crime como a única ou a principal estratégia de sobrevivência dos pobres, essa posição jamais foi defendida por alguém e também não será por mim. O que quero trazer aqui é que a pobreza e a revolta de estar a margem de uma sociedade extremamente desigual onde impera a cultura do medo e aversão a aquilo que é diferente, são fornecedores de indivíduos para essa grande realidade que é o crime, sobre a relação revolta e crime *“(…) não é exatamente a pobreza que leva ao crime, mas pode ser a “revolta”. Uma revolta que pode ter semelhança com aquela que o crime produz em todos nós.”* Michel Misse em seu livro *Crime e violência no Brasil contemporâneo* (2006, p.9).

A mesma revolta que sentimos ao sermos vítimas de uma ação criminosa, ou ao vermos através da mídia notícias sobre o assunto, é parecida com a que os indivíduos sentem ao olhar ao seu redor e enxergar um mundo totalmente diferente do seu, onde as pessoas desfilam com seus carros de luxo, exibem suas mansões e frequentam lugares caros, enquanto ele não tem nem o necessário para fazer a sua próxima refeição, ou em uma situação bem pior, mas não rara, garantir a refeição da família, fazendo com que o crime vire estratégia de sobrevivência. Em uma situação hipotética, suponhamos que um indivíduo sem perspectiva alguma de melhora de vida, sem ter como se sustentar e/ou sustentar a sua família, cometa um furto de alimentos em um supermercado, o final já estamos cansados de saber, mas o que quero levantar aqui é a questão: esse indivíduo



deve ser tratado como os outros criminosos? Se ele tivesse uma segurança alimentar e como prover a sua família provavelmente não teria cometido o ato criminoso, contudo a fome é outra causa atrelada ao crime.

Do mesmo modo acontece com o indivíduo que passa a se envolver no narcotráfico, sem generalizar pois cada indivíduo tem a sua particularidade, mas alguns enxergam na oportunidade do tráfico um “trabalho” que será tido como um meio de subsistência. Atrelada a essa relação pobreza/criminalidade está também o direito ou a falta dele à educação, pois apesar de ser garantido pela constituição, não é tão abrangente quanto deveria ser. Há diversos motivos para um indivíduo não conseguir o acesso à educação, desde a distância do seu local de moradia da escola, até o abandono escolar por questões econômicas. O que acontece é que a educação liberta e salva as pessoas de fazerem escolhas ruins como se envolver com o crime. A realidade é que aquela frase clichê muito usada pelo mundo inteiro: “conhecimento é poder” faz total sentido e no caso tratado aqui nesse artigo, o conhecimento apresenta novas perspectivas e visões ao indivíduo, ensinando que apesar das condições não serem favoráveis, ele tem o poder de escolher seguir um caminho diferente do que lhe é mostrado e muitas vezes até imposto.

Um estudo da FIOCRUZ em maio de 2021 intitulado “a pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil” traz um dado importante que demonstra um aumento de indivíduos que voltaram a pobreza entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, somando em fevereiro 12,8% da população enquanto que antes desse período era de 4,5%. Esses dados só demonstram a realidade da população brasileira pós pandemia, sequelada, sem renda e sem perspectiva de emprego, pois o índice de desemprego também aumentou na pandemia.

Outra causa que quero apresentar como diretamente ligada ao aumento da violência urbana e criminal é a flexibilização do acesso às armas de fogo. Nos últimos anos após a posse do atual governo, vimos várias ações para a flexibilização da posse de arma, partindo do pressuposto de que a população armada está protegida. Na verdade essa ideia não é tão válida quanto parece, de acordo com o Atlas da violência 2021 (p.91).

Conforme inúmeras evidências já apontadas no “Atlas da Violência 2020” (CERQUEIRA et al., 2020), a compra da arma de fogo por um indivíduo faz aumentar os riscos de vitimização de familiares, vizinhos e da própria coletividade.

O estatuto do desarmamento evitou durante muito tempo que os números da violência aumentassem de forma exacerbada, sendo assim um método eficaz de controle da mesma. Mas o estatuto vem sendo atacado e deslegitimado, sofrendo várias reformas e assim facilitando o acesso perigoso a armas de fogo a pessoas comuns. O aumento da circulação



de armas de fogo no país tem consequências drásticas para a própria população como apontado no Atlas da violência 2021 (p.91):

A segunda tese, de que o Estatuto do Desarmamento diminui a proteção da população ao desarmar os “cidadãos de bem”, reduz o problema da vitimização violenta a uma “guerra” entre os “cidadãos de bem” e os criminosos. Apesar da ausência de dados sobre as motivações dos homicídios, alguns estudos apontam que uma parcela considerável dessas mortes ocorre por motivação interpessoal e passional (MORAES; ARAÚJO; TOMAZ; OTTONI; SOARES, 2017; LIMA, 2020), em que o cidadão que não era criminoso contumaz, em um momento de fúria ou desequilíbrio, termina por acabar com a vida do semelhante, apenas porque naquela situação possuía uma arma de fogo em mãos.

Para basear a ideia de que a facilidade no acesso a armas de fogo aumenta a violência, vou apresentar os dados coletados do documento Atlas da violência 2021. Em Pernambuco o ano de 2019 acumulou 2.713 homicídios por arma de fogo, só para contextualizar, o ano de 2019 foi o primeiro ano do atual governo brasileiro que teve como principal objetivo de campanha armar a população. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi 28,4 e a proporção de homicídios por armas de fogo no estado de Pernambuco foi de 78,1 no ano de 2019. Os dados apresentam a relação direta entre a flexibilização das políticas anti armamentistas e o aumento da violência criminal.

Os impactos do acesso às armas devem receber atenção da população e dos governantes, pois ao flexibilizar leis e armar a população para que essa possa “se defender e defender o seu patrimônio” o Estado acaba promovendo um espécie de “guerra” entre a população e os criminosos, terceirizando assim a sua responsabilidade quanto a segurança pública. Na realidade essa ideia se mostra bastante contraditória pois, as armas quando colocadas nas mãos dos civis ao invés de diminuir a criminalidade aumentam o número de mortes, seja por homicídios, suicídios ou acidentes domésticos, de acordo com o Atlas da violência 2021 (p.92):

Há consenso na literatura especializada do campo da segurança pública de que quanto mais armas disponíveis e em circulação, maior a probabilidade de crimes. Com base em evidências empíricas e métodos científicos, ainda em 2016, pesquisadores brasileiros relacionam em manifesto vários estudos que trazem fortes evidências de que relacionam a maior circulação de armas de fogo a mais violência letal causada por tais armas (MANIFESTO..., 2016).

Um estudo produzido pelo IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada) indicou que cada vez que o número de armas de fogo em circulação no país aumenta em 1%, a taxa de homicídios se eleva em 2%. Não há nenhuma pesquisa científica que aponte o acesso a arma de fogo como garantia de defesa pessoal, mas existem várias apontando que quanto



mais armas estiverem em circulação na sociedade, mais violenta ela será.

Como comentado, os desdobramentos da política armamentista que está em curso no Brasil produzem riscos de elevar os números de homicídios a médio e longo prazos. À luz das evidências científicas, essa política deve ser reavaliada o quanto antes, não apenas para que assim sejam reduzidos os danos trazidos na atualidade a toda a sociedade, bem como os riscos futuros contra a vida e a segurança dos brasileiros. Atlas da Violência 2021 (p.92)

Na verdade uma parte desse armamento adquirido pelo “cidadão de bem” que em sua maioria não possui o mínimo preparo tático e psicológico para agir em situações onde se encontre frente a frente a um criminoso, acaba indo parar nas mãos dos criminosos, para fazer parte do arsenal de facções e de traficantes. Portanto a maior circulação de um objeto de ataque e que possui altos níveis de precisão está diretamente ligada aos altos índices da violência criminal percebida nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no início do artigo a criminalidade é necessária em uma sociedade e que se ela não existisse seria inventada, após todos os dados e ideias apresentadas surge uma questão bastante vista no meio sociológico que seria impossível entendê-la sem um olhar detalhado sobre a sociedade e o Estado. Na verdade não trataria como questão mas como uma espécie de conclusão, que seria o Estado e a sociedade produzem seus próprios criminosos, isso através da exclusão, da falta de assistência pública, falta de incentivos a educação, sucateamento dos programas sociais, através das desigualdades, da falta de oportunidade e empatia. Uma sociedade onde cada vez mais impera o individualismo e não o coletivo, afastando para as margens aqueles que se encontram minimamente deslocados dos ideais predominantes no meio em que estão inseridos.

A questão da coerção e pressão social já apresentadas neste artigo são reais, não apenas teoria, essas questões são sentidas em todas as classes sociais, mas é bastante incompreendida quando se trata da sociedade periférica, em relação a esse assunto a banda musical brasileira racionais mc's traz em uma das letras de suas músicas:

São chamados de indigentes pela sociedade

A maioria negros, já não é segredo, nem novidade

Vivem como ratos jogados,



homens, mulheres, crianças,

Vítimas de uma ingrata herança

A esperança é a primeira que morre

E sobrevive a cada dia a certeza da eterna miséria

O que se espera de um país decadente

onde o sistema é duro, cruel, intransigente Beco sem saída, Racionais Mc's

Como explicar a uma criança que vive em uma comunidade pobre que ganha um presente dos traficantes que dominam o território que isso não é bom e que ela não deve aceitar porque essas pessoas são más? Como explicar a um adolescente que presencia a violência dos confrontos entre o Estado e os criminosos frequentemente onde mora, que a violência não resolve os problemas e que o Estado não é mau por assassinar pessoas de dentro do seu convívio social? Como fazê-los entender que a inserção no mundo do crime não é uma boa escolha, mesmo que lhe dê retorno rápido e inimagináveis? São questões complexas que a sociedade não consegue enxergar além do seu olhar moralista. Por isso há a necessidade urgente de entender as reais causas por trás da criminalidade, há a necessidade de políticas públicas de qualidade e abrangente que cheguem realmente as pessoas mais pobres, que entrem de forma pacífica e respeitosa em territórios dominados pelo tráfico, pela milícia e pelo crime organizado lembrando que ali também vivem civis inocentes e que trate a criminalidade não apenas como um problema de segurança pública e de responsabilidade das forças policiais, mas como a questão social que ela é e que está passando despercebido pelas pessoas que detêm o poder.

Gostaria de frisar que o objetivo deste artigo não é defender o crime, pois conheço muito bem as suas consequências devastadoras, mas mostrar que é necessário enxergá-lo no âmbito social para poder combatê-lo de forma efetiva e duradoura. Já está comprovado que combater a violência com mais violência não é uma solução inteligente, não estou aqui tirando a necessidade da existência das forças policiais e muito menos desmerecendo os seus esforços, pois acho que são de suma importância para que a ordem seja mantida na sociedade, o que quero trazer nessas linhas finais é que se essa força física que o Estado detém fosse combinada com ações políticas e sociais voltadas para a população mais carente e pobre já que são os mais marginalizados e perseguidos, o combate e a prevenção da criminalidade seriam feitas de forma mais efetiva e menos violenta. Um maior investimento em educação, cultura, lazer e principalmente maior condições de subsistência, ajudaria a diminuir os índices criminais em todo o país.



REFERÊNCIAS

Eliane Melara, « A espacialização da violência criminal na cidade de Santa Maria, RS », *Confins* [En ligne], 14 | 2012, mis en ligne le 19 mars 2012, consulté le 09 septembre 2022. URL : <http://journals.openedition.org/confins/7477> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.7477>.

DURKHEIM, E. (1990) *As regras do método sociológico*. São Paulo, Cia Ed. Nacional.

Atlas da Violência 2021 in:<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> acesso em 19/08/2022.

<https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios> acesso em 19/08/2022.

Sociologia do crime e da violência in:<https://pradosonline.com.br/caminho/dicas-de-seguranca/sociologia-do-crime-e-da-violencia/> acesso em 19/08/2022.

Nova descoberta, o medo de quem vive no bairro com mais homicídios no Recife in:<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/ronda-jc/2021/05/12126640-nova-descoberta-o-medo-de-quem-vive-.no-bairro-com-mais-homicidios-no-recife.html> acesso em 19/08/2022.

Boletim da conjuntura criminal em Pernambuco, 2º trimestre 2019 in:https://www.sds.pe.gov.br/images/media/1574865443_BOLETIM%20%20TRIMESTRE%202019.pdf acesso em 19/08/2022.

Boletim da conjuntura criminal em Pernambuco, 2º trimestre 2021 in:https://www.sds.pe.gov.br/images/media/1631893705_BOLETIM%20%20TRIMESTRE%202021.pdf acesso em 19/08/2022.

Com mês mais sangrento em 41 meses, veja ranking dos bairros mais violentos do Recife in:<https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/05/12125464-com-mes-mais-sangrento-em-41-meses-veja-ranking-dos-bairros-mais-violentos-do-recife.html> acesso em 09/09/2022.

MISSE, Michel (2006) *Crime e violência no Brasil contemporâneo*, Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Editora Lúmen Juris.

A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil

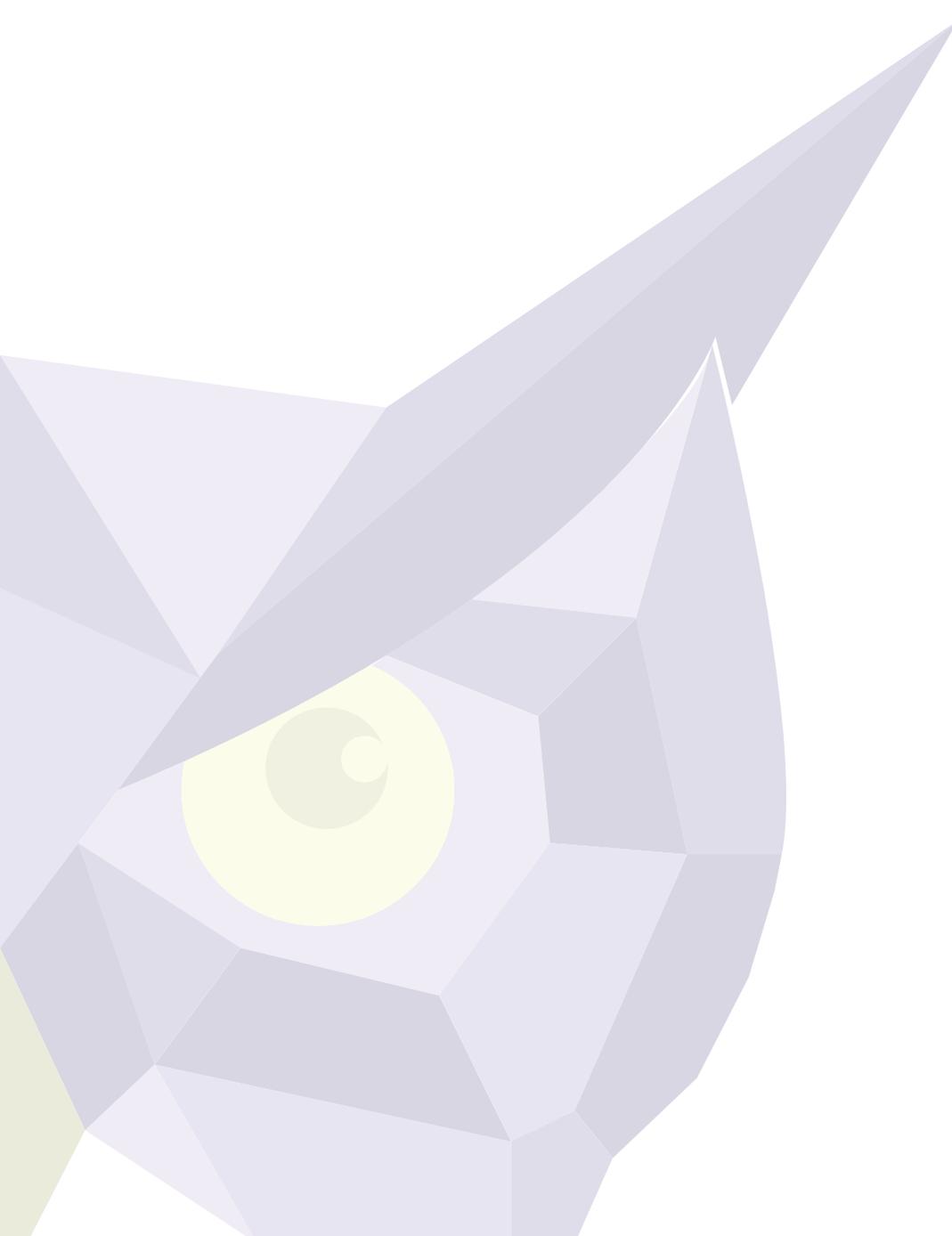
in:<https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil> acesso em 26/09/2022.

Especialistas veem perigo em armar cidadãos. Atiradores esperam mais incentivos do governo in:<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/especialistas-veem-perigo-em-armar-cidadaos-e-atiradores-esperam-mais-incentivos-do-governo>



acesso em 26/09/2022.

Beco sem saída, Racionais Mc's in: <https://m.lettras.mus.br/racionais-mcs/88494/> acesso em 25/09/2022.





PERPETUAÇÃO DA GUERRA ÀS DROGAS. A QUEM ISSO INTERESSA?

RUBENS GABRIEL ASSIS BARBOSA

RESUMO: Este artigo busca apresentar as possíveis causas da perpetuação no processo de guerra às drogas que ocorre no Brasil contemporâneo. Partindo de uma investigação acerca da maneira como as políticas públicas militarizadas são usadas pelo Estado no combate às drogas, esta pesquisa tem como base a ideia da Necropolítica abordada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Tal ideia a respeito da necropolítica se constitui na negligência de determinados corpos, os quais se encontram marginalizados, portanto, havendo essa permissão em “deixar morrer”, ou seja, havendo o decretamento, o qual é dado pelo aparato estatal que determina a morte de certos grupos. Com isso, o vigente artigo tem como foco estabelecer a relação da necropolítica com as políticas das drogas, e como as ações das instituições ainda perpetuam no aumento significativo do extermínio da população negra, pobre e periférica do país. Além disso, será também analisada a necessidade de um novo tratamento para a temática das drogas, tendo seu direcionamento voltado para a via da saúde pública e não da forma que vem sendo, com ações altamente punitivistas a determinados grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra às drogas, Necropolítica, Saúde Pública, Repressão

ABSTRACT: *This article presents as possible causes of perpetuation of the war on drugs that it seeks in contemporary Brazil. Starting from an investigation of the way militarized public policies are used by the state in the fight against drugs, this research is based on the idea of Necrosis by the Cameroonian philosopher Achille Mbembe. This idea about necropolitics is constituted in the practice of “letting die”, that is, in the decrement given by the state apparatus that determines the death of certain groups. With this, the current article focuses on establishing the relationship between necropolitics and drug policies and as actions of institutions that are still perpetual in the significant increase in the extermination of the black, poor and peripheral population of the country. In addition, specific treatment will also be needed for a public health, punitive and non-drug treatment, having its direct, punitive health targeting will also be a need for specific treatment for a public health.*

KEYWORDS: *War on drugs, Necropolitics, Public Health, Repression*



Introdução

Encarceramento e perseguição

Segundo o professor Rubens Adorno, docente da Faculdade de Saúde Pública (FSP), da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), “essa guerra exige todo um investimento do Estado em um aparato bélico e repressivo que poderia ser canalizado para a educação ou para a saúde”. (Fonte: Jornal da USP, 2016). O que se percebe acerca do que foi pontuado por Rubens Adorno a respeito da guerra às drogas, é que apesar de todo crescimento econômico e desenvolvimento social, essa problemática ainda é vista sob uma ótica violenta e muito distante de ser resolvida.

O Brasil, hoje, tem sua maior porcentagem de detentos presos por questões que envolvem drogas, levando em consideração os presos já condenados e provisórios. (Fonte: R7, 2020). Além disso, a proibição não alcançou seus objetivos de conter o uso das drogas, e sim impulsionou o encarceramento. Dados levantados pelo G1 em 2015 alertam para o aumento de presos ligados à questão das drogas, sendo quase 340% de 2005 até 2013, resultado da alteração da lei de drogas de 2006. (Fonte: G1, 2017).

Com isso, esses dados e muitos outros apontam para uma questão, de certa maneira, simplória. A guerra às drogas e a sua relação com os indivíduos, no que diz respeito ao comércio e uso de consumo pessoal, precisa ser revisitada e modificada. Para tanto, antes de adentrar, de fato, na problemática posta em voga, é preciso se situar a fim de compreender como tal questão chegou ao ponto em que se encontra.

Questão histórica

A problemática das drogas, em termos de tempo, é relativamente nova. Nos tempos passados, os questionamentos e métodos proibitivos sobre o uso das drogas não estavam em pauta e apenas do meio para o final do século XX que veio à tona. Diversos fatores foram importantes para que se tivesse alcançado o modelo proibitivo que vemos atualmente. Um exemplo, dentre os fatores, foi quando, nos anos de 1971, o presidente americano Richard Nixon declarou guerra às drogas e as colocou como uma ameaça à segurança nacional da sociedade americana e como o inimigo público número um, como aponta Edward MacRae em “A questão das drogas”:

Em 1971, visando golpear movimentos populares de oposição a seu governo, formados por jovens ativistas contrários à Guerra no Vietnã e ao racismo endêmico na sociedade estadunidense, o presidente Nixon declarou uma suposta “guerra contra as drogas”. Devido ao poderio econômico e bélico de seu país, conseguiu impor



seus termos sobre a quase totalidade do mundo, até mesmo quando iam contra práticas culturais ancestrais de diversas nações. (Edward MacRae, 2021, p. 10)

Além disso, três entre tantos outros exemplos foram causas da expansão e a ocorrência da securitização do discurso antidrogas em toda a América. O primeiro deles tem a ver com o fim da Guerra Fria, visto que houve a necessidade de encontrar novas formas de intervenções em outros países e a construção de um novo inimigo. Como comenta Paulo Fraga:

Após o fim da Guerra Fria, a guerra contra as drogas assumiu o papel de prioridade na agenda geopolítica norte-americana. Para a manutenção de uma geopolítica alicerçada em princípios intervencionistas, principalmente na América Latina, era necessário construir um discurso consistente em que novas ameaças à ordem global fossem identificadas. Com o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu, era fundamental compreender quais outras ameaças à democracia e à estabilidade econômica poderiam estar em curso. A guerra contra o narcotráfico ocupou bem este papel. A militarização da questão das drogas tem um de seus capítulos mais importantes, quando em 1990 o Senado dos EUA autorizo a incursão das forças armadas contra o narcotráfico na América Latina. (FRAGA, P.70, 2007)

Trazendo o exemplo do fim da Guerra Fria como uma das causas da procura de um novo inimigo, e, conseqüentemente, intensificando e colocando a droga na “mira”, André Guzzi contribui para esta discussão quando argumenta que:

As mesmas instituições que antes eram usadas para combater internacionalmente a expansão do comunismo, passaram a ser destinadas à eliminação do tráfico de drogas. Dessa forma, é possível dizer que, apesar do discurso sobre defesa ter se alterado após a Guerra Fria, ou seja, do combate ao comunismo para o combate ao tráfico de drogas; as políticas de defesa dos EUA continuaram sendo as mesmas, pois continuou sendo utilizada a mesma lógica de intervencionismo e militarização em países estrangeiros para buscar eliminar uma determinada ameaça. (GUZZI; 2008, p. 32).

O segundo exemplo aborda uma situação que aconteceu em uma Convenção da ONU: “A Convenção Única de 1961, cuja ratificação foi ampliada em 1971 e 1988, tornou-se o arcabouço jurídico mundial para a guerra contra as drogas” (NEVES, 2015). Já o terceiro, advém do documento assinado por Reagan, outro presidente americano, que além de reafirmar o novo conceito destinado às drogas e pôr de vez o narcotráfico como uma ameaça à segurança nacional dos EUA, acabou por expandir essa forma de ação e combate para todo o hemisfério: “A chamada guerra às drogas veio a ter seu início efetivo quando os Estados Unidos, a partir de próprios interesses internos e externos, a serem discutidos mais enfaticamente adiante, passaram a fazer e exportar uma análise das drogas como



sendo uma ameaça ao Estado, imputando-as assim, através de um efeito de interpretação, como sendo uma ameaça real.” (CAMPBELL, 1992).

Tal influência norte-americana na interferência e tentativa de levar essa política anti-drogas a outros países é confirmada por André Cavaller Guzzi:

No primeiro ano de sua administração, Bush promulgou a Nova Lei Contra o Abuso de Drogas, e buscou promover cooperação com outros governos e com organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Organizações das Nações Unidas (ONU), apoiando a eventual constituição de uma força multilateral para combater o tráfico de drogas ilícitas no Hemisfério Ocidental. Em âmbito doméstico, a nova lei introduziu penas severas contra distribuidores, consumidores e traficantes de ilícitos.” (GUZZI; 2008, p. 37)

O que foi apresentado até então, nos mostra claramente que as causas impostas pelos Estados Unidos aos demais países e suas narrativas sobre as drogas não foram de maneira nenhuma pensadas em interesses de bem comum, mas de cunho individual e próprio. Essa nova perspectiva de observar as drogas e afirmar elas como sendo um perigo para as instituições e a população é analisado e reafirmando por Campbell (1992):

A chamada guerra às drogas veio a ter seu início efetivo quando os Estados Unidos, a partir de próprios interesses internos e externos, a serem discutidos mais enfaticamente adiante, passaram a fazer e exportar uma análise das drogas como sendo uma ameaça ao Estado, imputando-as assim, através de um efeito de interpretação, como sendo uma ameaça real.” (CAMPBELL, 1992).

Os discursos norte-americanos contrários às drogas, passaram, assim, a ganhar força em países vizinhos e se desenvolverem de acordo com suas especificidades regionais. No Brasil, isso não foi diferente. Segundo Vera Malaguti Batista, “a “guerra às drogas” reforçou políticas de segurança pública voltadas à repressão seletiva aos grupos sociais empobrecidos.” (BATISTA, 2003). Aliado a essa visão, os usos de instrumentos do aparelho estatal, a fim de estabelecer e despertar esse enfoque na repressão das drogas, é comentado por Vaz Procópio nas ações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no sistema de controle estatal:

Observa-se que o governo de Fernando Henrique Cardoso tende a demonstrar disposição de atuar com vigor na repressão às drogas. Prova disso é a destinação de fundos para o reaparelhamento da Polícia Federal, a reestruturação e o revigoreamento do Conselho Federal de Entorpecentes e a intensificação da cooperação internacional em âmbito bilateral, regional e multilateral. Igualmente BRASIL E O NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL 80 relevantes é o maior engajamento das Forças Armadas, não apenas no que concerne ao apoio logístico em matéria de inteligência, mas igualmente em operações de repressão direta nas circunstâncias em que seu emprego venha a ser requerido (PROCÓPIO; VAZ, 1997, P.79)



O uso do estado para combater a questão das drogas não ficou apenas na questão de leis de enfrentamento físico ou de investigações. Há a necessidade de criar no imaginário popular argumentos que toquem sentimentos de revoltas, medos e afins para legitimar as ações de força. O conteúdo desses argumentos era de cunho moral e racista, e visavam estabelecer uma visão negativa das drogas, além de justificar a necessidade da imposição pela via armada de fazer “guerra às drogas”, estimulando a sua perseguição e estabelecendo o apoio de parte da população (importante salientar que esse apoio advém das classes mais altas, que acabam sendo favoráveis a essas ações higienizadoras) pela criminalização do consumo das drogas.

Esse comentário é explicado no artigo “Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra”: “Já em 1910 a heroína, por exemplo, tornou-se um problema de saúde pública quando, nos anos 1910, passou a ser tida como droga de cafetões e prostitutas, enquanto a maconha, vista como substância de negros capoeiras, era associada a um problema de ordem pública já no século XIX” (RODRIGUES, 2004; PASSETTI, 1991).

Falha ou interesse?

Tudo que já foi apresentado até aqui esclarece algumas das causas de como a guerra à droga se transformou no que conhecemos hoje. A falha, ou melhor dizendo, as ações impostas pelas instituições estatais, no que tange a questão do modo de ver a droga e suas nuances, é notada e não pode ser analisada de maneira superficial. Diariamente, as leis que englobam o uso das drogas levam ao aumento do encarceramento no país. A relação das leis com sua população tem cor, tem classe e tem características habitacionais. Dados do site “O Exame” informam que, “os negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas”.

Ainda por dentro dessa matéria, é pontuado que: “os dados revelam que os magistrados condenaram proporcionalmente mais negros do que brancos na cidade de São Paulo. Setenta e um por cento dos negros julgados foram condenados por todas as acusações feitas pelo Ministério Público no processo - um total de 2.043 réus. Entre os brancos, a frequência é menor: 67%, ou 1.097 condenados”. Esses dados, dentre tantos outros, escancaram o teor político que a guerra às drogas é aplicada no nosso país e expõe seus interesses e intenções, denotando e reafirmando como o proibicionismo tem sua proibição pautada na relação casada entre moralismo e seletividade de intervenções a certos indivíduos. _



Biopolítica, necropolítica e drogas

O autor que primeiro dará contribuição para a discussão deste tópico e a relação do estado com os seus indivíduos, será Michel Foucault com sua ideia de Biopolítica. Com seu conceito de Controle da Biopolítica, o autor pontua que os novos modos de ação das instituições modernas não poderiam ser iguais a de um soberano com os seus súditos, com imposições ditatoriais, como acontecia na idade média. Nesse sentido, tendo em vista que essas relações não se encaixariam mais, o autor argumenta que o domínio das massas passa a ser o foco e isso ocorrerá com as práticas que as instituições fariam e farão de forma intervencionistas sobre a população, a fim de obter uma determinada ação dos corpos, torná-los dóceis, coordenar a vida das pessoas e por conseguinte, controlá-los, contá-los e manter as relações. (FOUCAULT, 2008).

Essa teoria de Foucault serviu de base e inspiração para o filósofo e teórico político Mbembe. A diferença dos autores se dá em seus direcionamentos e na aplicação desse conceito. O camaronês comenta que a biopolítica não consegue explicar e elaborar uma análise para com os povos e as sociedades que sofreram processos de colonização ou que estão hoje na “3ª força” do mundo, isto é, na periferia do sistema capitalista. O olhar europeu de Foucault acabou por impedir que sua análise alcançasse horizontes de diferentes territórios e as peculiaridades territoriais.

Mbembe deixa claro em sua análise que as medidas do Estado com a sua população não são apenas um delimitador de ações pela via do controle corporal, a questão se aprofunda mais e o que ocorre é que o Estado passa a gerir e coordenar suas ações como instituição a partir de uma das suas características primordiais, a qual compreende que “a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5). A instituição teria, assim, o poder de ditar e controlar a morte de seus “súditos”, a fim de alcançar seus objetivos, ou como comenta o autor: “definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 5).

As ações estatais nessa relação de caça a seus componentes indesejáveis geram diversas mortes de inocentes, violações dos corpos a esses grupos, de grande maioria negros e pobres, e ao encarceramento em massa. Tal ação supracitada, demonstra que os dispositivos do Estado estão sempre à espreita de eliminar esses “oponentes”, a fim de estabelecer uma segregação e conquistar seus objetivos, visto que o modo de perceber e encarar a “população indesejada” é pela relação de inimizade, que é o que condiciona e determina alguns grupos como inimigos. Esta rivalidade que o Estado exerce é preferido quando se trata em estabelecer uma relação mortífera, Mbembe diz que “as relações de inimizade se tornaram a base normativa do direito de matar. em tais instâncias, o poder



(e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Ademais, é importante salientar que Mbembe aborda a questão do racismo, assim como Foucault. Mbembe deixa claro que o racismo é o agente que irá mediar essas escolhas da Necropolítica, e que passa a regular as sociedades que foram colonizadas, com o mecanismo de escolha que decidirá a vida, ou mais precisamente a morte de parte da sua população.

Estas relações de inimizades se enquadram na temática deste artigo. O estado brasileiro, utiliza o dispositivo da Necropolítica também na forma de lidar com as questões das drogas. Esse dispositivo de controle e aniquilamento de parte da população, faz-se possível pelo viés do racismo. Os dados demonstram que entre os anos de 2007 e 2017, o aumento do número de negros mortos foi bem maior que o número de mortes da população branca, 33,1% de negros mortos a 3,3% de não negros mortos, e 11 de 100 mortes vieram por ações da polícia. (IPEA, 2019). Um outro dado que evidencia a política de morte do Estado para com os negros vem do mesmo (IPEA) que nos pontua que os negros são o grupo racial mais atingido em detrimento dos outros, correspondendo a 76% das vítimas. Aliado a isso, como bem nos traz Juliana Borges, há uma política impositiva que sentencia a morte e a prisão de pobres e pretos no país. Em “Encarceramento em Massa Feminismos Plurais”, ela informa que:

A lei de nº 11.343 de 2006, chamada Lei de Drogas, é um dos principais argumentos no qual se baseia e se legitima o superencarceramento. Em 1990, a população prisional no Brasil tinha pouco mais de 90 mil pessoas. Na análise histórica, chegando aos mais de 726 mil, hoje, temos um aumento em 707% de pessoas encarceradas. O crescimento abrupto acontece, exatamente, após 2006 e a aprovação da Lei de Drogas. De 1990 a 2005, o crescimento da população prisional era de cerca de 270 mil em 15 anos. De 2006 até 2016, pela fonte de dados que tenho utilizado, ou seja, oito anos, o aumento foi de 300 mil pessoas.” (BORGES, J., 2019 P.22)

Esse aumento expressivo do número de negros presos, evidencia o foco do estado na política das drogas e suas intenções na manutenção desse sistema de controle.

Consequência final, mudanças ou aniquilamento total

Os instrumentos de controle de morte usado pelo Estado para com parte de sua população, aliado a diversos discursos que sustentam essas ações assassinas, dão liga e se firmam dentro de um emaranhado de escolhas que afogam em desespero e lamentação a tal população atingida. O modo de agir do “soberano” (O Estado), “matando a qualquer momento ou de qualquer maneira” (MBEMBE, 2018, P.36), evidencia que a política de drogas é apenas mais



um dos mecanismos que visa apenas controlar a população pobre do país.

Não há indícios de melhora em nenhum dos âmbitos de relacionamento da violência, tanto na diminuição do uso das drogas, ou quanto no encarceramento em massa. Sendo assim, se existe de fato a intenção do estado ou de algum dos seus associados em mudar essa ordem de extermínio e organizar o quadro democrático da vida, é necessário um novo arranjo político e social.

Uma nova forma de agenciamento das instituições se faz necessário para acabar com essa guerra racista, “dizimadora” e “encarceradora”. O combate às drogas deve se dar a partir de políticas que transformem todo o entorno dessa temática.

Mudanças como no sistema penitenciário e nas leis relacionadas ao tema são necessárias, visto que o número de presos condenados pelo tráfico vem aumentando cada vez mais (e a maior parte dos condenados são em grande maioria usuários que participam dessas ações a fim de permanecer em seu vício, em que 8 dos 10 presos tem passagem por tráfico. (Fonte: Folha de São Paulo, 2022)

Aliado a tal informação, como bem evidencia a socióloga Julita Lemgruber: “nós estamos entupindo as nossas prisões com pessoas que praticaram crime sem violência - é o caso da maioria desses meninos que são os varejistas do tráfico - e que, sem dúvida nenhuma, vão para unidades prisionais”. (Fonte: Agencia Brasil, 2018).

Partindo dos pontos demonstrados pelos autores e do que foi apresentado no decorrer deste artigo, o uso de drogas da população deve ser enfrentado pela via da saúde pública, ou seja, faz-se necessário o fim desse regime de exceção atual que usa e abusa dos seus instrumentos de poder como solução de problemas criados por si mesmo. É preciso parar o derramamento de sangue de inocentes como forma de controle social e finalizar esse interesse do Estado com seus equipamentos mortíferos em perpetuar essa guerra às drogas, ou em outras palavras, guerra aos corpos negros e periféricos. Sendo assim, uma nova ordem sistemática precisa ser reconstruída, ou como comenta Carlos Valois: “A guerra às drogas será superada, pode ser por intermédio da conscientização e reflexão, incluído o ser humano, sua liberdade, complexidade e desejos (Valois, Luís Carlos, 2016, p.653)”.



REFERÊNCIAS

A narrativa de Achille Mbembe e o conceito de necropolítica. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/a-narrativa-de-achille-mbembe-e-o-conceito-de-necropolitica/>; Acesso em: 12/09/2022.

ALVARENGA, R., Filla Rosaneli, C., Andrade Ferreira, A y Bueno de Lima, C. (2021). Violência, guerra às drogas e racismo de estado no Brasil. Polis Revista Latinoamericana, 20 (60), 130-148 doi: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2021-N60-1505>. Acesso em:

Atlas da Violência 2021 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>. Acesso em: 12/09/2022

BARROS, Matheus, 2021.(Necro)política de drogas:uma guerra abjeta contra pobres e negros no Brasil.Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/83518/79972>. Acesso em: 19/09/2022.

BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

BITTENCOURT, Claudia. 2014,Drogas: um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Disponível em:<https://www.unasus.gov.br/noticia/drogas-um-dos-principais-problemas-de-saude-publica-no-mundo>. Acesso em :07/09/2022

BASTOS, Bruno. 2018. A ECONOMIA DAS DROGAS ILEGAIS: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PROIBIÇÃO VERSUS DESCRIMINALIZAÇÃO - O CASO DE PORTUGAL. Disponível em:<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4639/3/BCBastos.pdf>, Acesso em: 02/09/2022

BORGES, Ítalo,2021, Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte | Achille Mbembe. Disponível em:

BORGES, Juliana Encarceramento em massa / Juliana Borges. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.144 p.

BUENO, Isabela. 2020, Fazer morrer, deixar viver: modos de operação do racismo da biopolítica à necropolítica

CASTRO, Arthur, 2018, Guerra às drogas: uma mentira. Disponível em:<https://medium.com/jornaldois/guerra-%C3%A0s-drogas-uma-mentira-b2a90fec2f7f>. Acesso em: 02/09/2022

CAMPELL, David. Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity, Rev. Ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992

CERQUEIRA, Daniel, COELHO, Danilo Santa Cruz, 2017. DEMOCRACIA RACIAL E HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS NA CIDADE PARTIDA. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/>



atlasviolencia/arquivos/artigos/1588-td2267.pdf Acesso em: 12/09/2022

DAOU, Jéssica Zouhair. 2021.A GUERRA ÀS DROGAS NA AMÉRICA LATINA. Disponível em:<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6501/A%20Guerra%20%C3%A0s%20Drogas%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%3A%20uma%20Pol%C3%ADtica%20Neocolonial?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10/09/2022

DOMENICI, Thiago. Barcelos, Iuri, 2019, Negros são os mais condenados por tráfico e com menos drogas apreendidas. Disponível em: <https://exame.com/brasil/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/> Acesso: 07/09/2022

FILHO, Argemiro, 1997, O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7785>. Acesso em: 20/09/2022.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FRAGA, Paulo César Pontes. 2007.A geopolítica das drogas

FUENTES, Leticia, 2016. Guerra às drogas: um problema de saúde pública. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/guerra-as-drogas-um-problema-de-saude-publica/>. Acesso em: 09/09/2022

FUENTES, Leticia, 2016. Guerra às drogas: um problema de saúde pública. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/guerra-as-drogas-um-problema-de-saude-publica/> acesso em: 09/09/2022

GARRIDO, M. C. DE M. A emergência das discussões de Achille Mbembe no Brasil. Faces da História, v. 7, n. 1, p. 498-500, 27 jun. 2020.

GOMES, Maria Clara Castro Vieira. 2021, Guerra às drogas: uma análise sob o viés da Necropolítica. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34648>. Acesso em:16/09/2022

GUZZI, André: AS RELAÇÕES EUA-AMERICA LATINA: MEDIDAS E CONSEQUENCIAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE#AMERICANA PARA COMBATER A PRODUÇÃO E O TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS. São Paulo, 2008, p.130. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96289/guzzi_ac_me_mar.pdf;sequence=1

IPEA, Homicídios Homens Negros.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/144>

JÚNIOR, Antônio. AS DROGAS, OS INIMIGOS E A NECROPOLÍTICA. 2016, Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/251/223>.



Acesso em: 14/09/2022

MacRae, Edward A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos / Edward MacRae. - Salvador: EdUFBA, CETAD/UFBA: 2021. 283 p

MARTINS, Helena, 2018. Lei de drogas tem impulsionado encarceramento no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/lei-de-drogas-tem-impulsionado-encarceramento-no-brasil>, Acesso em:03/09/2022

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

MEMDES, Gil. 2021, Guerra às drogas, guerra aos negros. Disponível em: <https://ponte.org/guerra-as-drogas-guerra-aos-negros/>. Acesso em: 14/09/2022

PASSETTI, Edson. Das “fumeries” ao narcotráfico. São Paulo, Educ, 1991

PAGNAN, Rogério, Zylberkan, Mariana,2022. 8 em cada 10 presos na cracolândia têm passagem por tráfico.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/8-em-cada-10-presos-na-cracolandia-tem-passagem-por-traffic.html>

Acesso em: 19/09/2022

PRADO, Florestan Rodrigo. 2012.SISTEMA PENITENCIÁRIO E EXCLUSÃO SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DAS PRISÕES BRASILEIRAS

PROCÓPIO Filho, Argemiro e Vaz, Alcides Costa O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 1997, v. 40, n. 1 [Acessado 15 setembro 2022], pp. 75-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100004>>. Epub 13 Out 2008. ISSN 1983-3121. <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100004>.

PEREIRA, Juliana. 2019.A teoria da necropolítica e a colonialidade no Brasil contemporâneo. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ha/a/CkxcntW87JwfkN8PbMJMNcH/?lang=pt>

PINHO, márcio,2020, Tráfico de drogas lidera ranking de crimes em ‘censo’ de presos. Disponível em

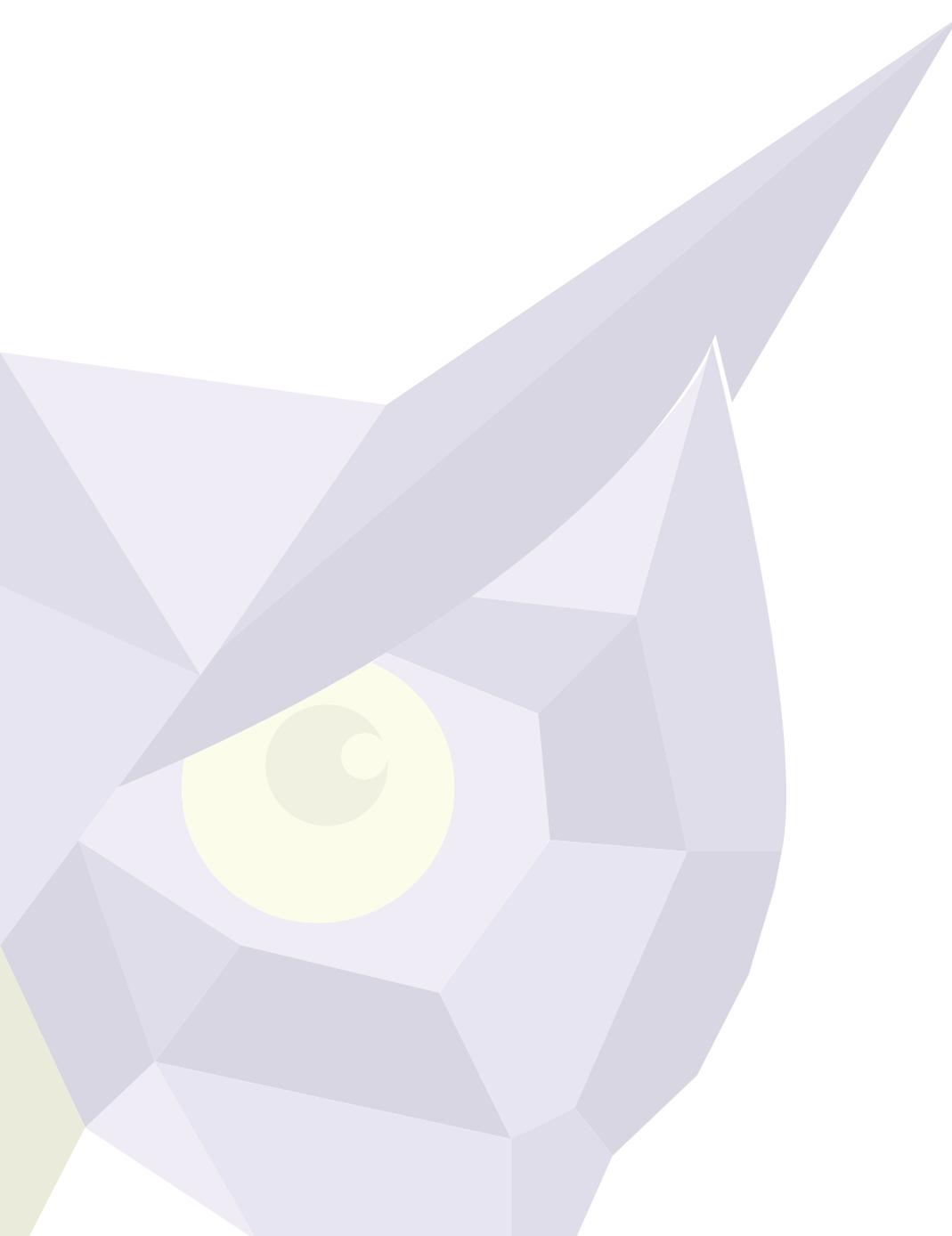
Rodrigues, Thiago Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. Contexto Internacional [online]. 2012, v. 34, n. 1 [Acessado 12 setembro 2022], pp. 9-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>>. Epub 07 Jan 2013. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>.



VALOIS, Luís Carlos. -. O direito penal da guerra às drogas - 2. ed. -- 1. reimp. -- Belo Horizonte: Editora. D'Plácido, 2017

VALOIS, Luís Carlos. 2016. A guerra às drogas também viola corpos. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-guerra-as-drogas-tambem-viola-corpos/6259>, acesso em: 13/09/2022

VELASCO, Clara, D'AGOSTINGO, Rossane, REIS, Thiago, 2017, YAROCHEWSKY, Leonardo. 2014, Consumo de drogas é uma questão de saúde pública. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jan-29/leonardo-yarochewsky-consumo-drogas-questao-saude-publica2> Acesso:07/09/2022.





RECIFE: DE QUEM É A CIDADE?

JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA LIMA⁷⁵

RESUMO: O centro do Recife tem passado por várias transformações ao longo da última década. Novos empreendimentos imobiliários de empresas privadas, sob concessão da prefeitura, alteram a paisagem do centro da cidade com o intuito de promover o turismo, a utilização dos espaços na região e o crescimento e desenvolvimento econômico da capital. O objetivo deste trabalho é, por meio do conceito do direito à cidade do geógrafo britânico David Harvey, presente em sua obra *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, como também, o movimento Ocupe Estelita e o projeto Novo Recife, mostrar como essa ocupação do centro expõe uma verdadeira privatização e limitação de parte da cidade, onde o capital financeiro é o único objetivo, além da exclusão de grande parte da população à esses novos espaços.

Palavras-Chave: Recife; Direito à cidade; Ocupe Estelita; Privatização.

ABSTRACT: *The center of Recife has undergone several transformations over the last decade. New real estate developments by private companies, under concession from the city hall, alter the landscape of the city center with the aim of promoting tourism, the use of spaces in the region and the economic growth and development of the capital. The objective of this work is, through the concept of the right to the city of the British geographer David Harvey, present in his work *Cidades Rebeldes: from the right to the city to the urban revolution*, as well as the Ocupe Estelita movement and the Novo Recife project, to show how this occupation of the center exposes a true privatization and limitation of part of the city, where financial capital is the only objective, in addition to the exclusion of a large part of the population from these new spaces.*

Keywords: Recife; Right to the city; Occupy Estelita; Privatization.

⁷⁵ Graduando do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE



INTRODUÇÃO

É notável a rápida transformação na paisagem do Recife, de edifícios a shopping center os espaços da cidade vem se alterando significativamente. Entretanto, essa transformação é questionável a partir do momento em que se analisa a quais interesses essas mudanças atendem e a quem elas estão destinadas. O caso de maior notabilidade na cidade, com certeza, é o do Cais José Estelita, pelo menos na última década. O Cais, abandonado pelo poder público, localizado no bairro de São José, centro da cidade, abrigava a segunda linha férrea mais antiga do país e estava comportado em um terreno de cerca de mais de 100 mil m². O terreno e o cais foram arrematados por um consórcio de empresas imobiliárias em um leilão coordenado pela Prefeitura do Recife no ano de 2008. Do ano em que ocorreu o leilão até o ano de 2012, quando o primeiro desenho do projeto Novo Recife foi apresentado, vários questionamentos foram levantados em relação às irregularidades do leilão e ao projeto em si, pois, o enorme plano urbanístico modificaria por completo o espaço arrematado com torres e edifícios empresariais e residenciais. O anúncio mobilizou movimentos sociais, urbanistas, arquitetos, sociólogos, artistas, parte da sociedade civil e trouxe à tona o debate sobre o direito à cidade e a ocupação dela no Recife. Manifestações contra o projeto surgiram e na linha de frente dessa contestação estava o movimento Ocupe Estelita que refutou o desenho inicial do projeto e foi o grande responsável pelas manifestações contrárias ao plano, ganhando notoriedade nacional e até internacional.

O debate sobre a ocupação e o direito à cidade tem sido um dos principais temas colocado em pauta atualmente e desde de o início do século quando se fala de urbanização. A pauta traz ao questionamento, e análise, o fato da privatização das cidades feita pelo capitalismo. Um dos principais intelectuais do assunto é o geógrafo britânico David Harvey, em seu livro *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, publicado em 2012, ele elabora o seu conceito sobre o direito à cidade através de uma análise crítica do mesmo conceito também elaborado pelo filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre. Este trabalho busca, através do conceito de Harvey em análise ao que ocorreu no Cais José Estelita, entender como essa privatização dos espaços urbanos ocorrem e quais as consequências dela para a cidade e para a população, assim como, a quem essas privatizações de espaço atendem.

DAVID HARVEY E O DIREITO À CIDADE

O conceito do *direito à cidade* é abordado pelo geógrafo marxista inglês David Harvey em sua obra, publicada em 2012, *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, onde dedica metade da obra ao assunto. Em seu livro, Harvey defende a tese de



que o ressurgimento da ideia do direito à cidade nas últimas décadas não se deve ao legado intelectual de Lefebvre, mas ao poder e a importância dos movimentos sociais urbanos no que diz respeito às contestações acerca das características da vida urbana cotidiana. Segundo ele, a ideia do direito à cidade na atualidade “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p.15). Entretanto, a importância do legado de Lefebvre é reivindicado por ele ao reconhecer a tarefa política do sociólogo de reconstituir e imaginar um novo tipo de cidade a partir da realidade capitalista globalizante e urbanizadora:

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha a fazer sentido (HARVEY, 2014, p.21).

Com o desígnio de explicitar sua definição do conceito, Harvey destaca que o tipo de cidade que queremos está relacionada a que tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. Para ele, o direito à cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28). Conforme o geógrafo o direito à cidade irá depender do exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (HARVEY, 2014, p.30).

Harvey defende a tese de que o capitalismo em sua busca por mais-valia sempre irá produzir excedentes de produção exigidos pela urbanização, ao mesmo tempo em que precisará da urbanização para absorção desse excedente produtivo que não deixa de ser produzido. No sistema capitalista o excedente deixa de ser consumido para satisfazer prazeres e é reinvestido em mais produção, sendo o resultado desse reinvestimento a expansão da produção de excedentes havendo uma eterna necessidade de se encontrar esferas rentáveis para a produção e absorção do excedente de Capital.



Citando como exemplo o papel da urbanização na crise de 1848 na França e a estabilização depois da segunda guerra nos Estados Unidos, ele irá destacar como desdobramento desse processo a criação de um novo estilo de vida urbana e de um novo tipo de persona urbana vinculada ao consumismo, além do surgimento de movimentos revolucionários ou contestatórios dessas novas ordens urbana, assim como, a crise global provocada pela explosão da bolha imobiliária em 1973 nos Estados Unidos que se repetiu em uma escala mais ampla em 2008.

Como em todas as fases anteriores, essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade da vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China. A tendência pósmoderna a estimular nichos de mercado, tanto nas escolhas de estilo de vida urbano quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio da florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias (cuja escalada é onipresente). É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana. Seu impacto vem aumentando o individualismo isolacionista, a ansiedade e a neurose em meio a uma das maiores realizações sociais (pelo menos a julgar por sua gigantesca escala e pelo fato de ser quase onipresente) já criadas na história humana para a concretização de nossos mais profundos desejos. (HARVEY 2014, p.46-47)

Segundo David Harvey, as falhas no sistema estão explícitas na vida em cidades cada vez mais divididas, fragmentadas e inclinadas ao conflito onde o resultado da divisão de riqueza e poder estão inscritas na formas espaciais da cidade, tendo a urbanização desempenhado papel crucial na absorção do excedente de Capital numa escala cada vez maior utilizando o processo de destruição criativa e formas predatórias que resultam no deslocamento e desproporção das massas urbanas do *direito à cidade*. Ele ressalta que, rebeliões na história tiveram origens nessas situações e que, na atualidade, as respostas políticas para essas situações são mais complexas, embora reconheça que “os sinais de revolta estão por toda parte” (HARVEY, 2014, p.60). Segundo ele, deveria haver uma união dos movimentos de oposição em torno da reivindicação do *direito à cidade*, tendo como exigência:



[...] maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente” pois “uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes da urbanização” (HARVEY, 2014, p.61).

Segundo Harvey, tornar-se-á o *direito à cidade* uma palavra de ordem mobilizadora da luta anticapitalista. Entretanto destaca que “Tudo depende de quem conferirá ao significante um significado imanente revolucionário, em oposição ao significado reformista” (HARVEY, 2014, p. 244). Em sua perspectiva aponta que “todos aqueles cujo trabalho está envolvido em produzir e reproduzir a cidade têm um direito coletivo não apenas àquilo que produzem, mas também o de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como” (HARVEY, 2014, p.245):

O direito à cidade não é um direito individual exclusivo, mas um direito coletivo concentrado. Inclui não apenas os trabalhadores, mas todos aqueles que facilitam a reprodução da vida cotidiana. Busca-se a unidade em uma diversidade de espaços e locais sociais fragmentados em uma divisão de trabalho inumerável. Por motivos óbvios, porém, trata-se de um direito complicado, devido às condições contemporâneas da urbanização capitalista, assim como à natureza das populações que poderiam lutar ativamente por esse direito. É por esse motivo que o direito à cidade dever ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (HARVEY, 2014, p.247).

Para uma revolução urbana propõe a articulação das lutas trabalhistas e populares, a redefinição do conceito de trabalho rumo à sua ampliação, onde o trabalho estará vinculado à produção e reprodução da vida cotidiana urbanizada e, por fim, o mesmo status entre as lutas dos trabalhadores pela recuperação da mais-valia nos espaços em que eles vivem e as lutas nos diferentes pontos de produção da cidade. Harvey defende a criação de um movimento anticapitalista cidadão onde este será resultado dos conflitos urbanos consolidados em um nível mais alto de generalidade para não retroceder a um reformismo ao nível de estado.



OCUPAR! RESISTIR!

O consórcio Novo Recife é formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos. O consórcio arrematou em leilão a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) que era a segunda linha férrea mais antiga do país e onde estava localizado o cais José Estelita, no bairro de São José, centro do Recife. O projeto inicial previa a construção de 12 torres residenciais e comerciais de alto padrão com até 40 andares onde o preço do metro quadrado valeria em torno de R\$ 5,5 mil a R\$ 7,5 mil, além de estacionamentos com capacidade para cerca de cinco mil veículos, fazendo da região uma das mais caras da cidade. Em Fevereiro de 2012 o consórcio anunciou o início das obras no Cais José Estelita.

No mesmo ano, quatro anos após o leilão do terreno, iniciaram-se as mobilizações do Movimento Ocupe Estelita. Contrários ao projeto imobiliário, o movimento entendia o plano apresentado como prejudicial a cidade, tendo em vista que não haviam apresentações de relatórios de impacto ambiental, além do projeto ser completamente desproporcional a maior parte das edificações já existentes na região. Professores, Arquitetos, Estudantes e Movimentos Sociais começaram a se organizar para protestar contra o Novo Recife.

O primeiro ato de ocupação da área ocorreu em 15 de Abril de 2012, ainda sob o mandato do então prefeito da Cidade do Recife, João da Costa (PT - PE). Faltando 3 dias para o fim de seu mandato, em uma sessão realizada a portas fechadas, no dia 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) aprovou o projeto imobiliário. No ano seguinte, a intensificação da batalha judicial aumentou em relação ao andamento do projeto, ao mesmo tempo, o movimento ocupava o local e realizava eventos aumentando sua resistência contrária ao Novo Recife. Um desses eventos se chamou Estelita +1, onde os manifestantes ocuparam o cais promovendo exposição de fotografias, apresentações teatrais e dança, shows, palestras e plantio de árvores.

“A luta do movimento Ocupe Estelita é para que a cidadania ocupe o cais por meio da observância da legislação vigente; da inclusão popular no desenho das oportunidades para a área do centro sul da capital pernambucana; do respeito ao meio ambiente e do investimento imobiliário responsável”, explicou o grupo na página Direitos Urbanos na internet”² (BUENO, 2014)

Depois da anulação da aprovação do projeto pelo CDU da prefeitura, a Câmara de Vereadores do Recife aprovou o projeto 23/2013 de autoria do então prefeito Geraldo Júlio (PSB - PE). O projeto de lei transferia o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Secretaria de Planejamento para a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, essa



decisão foi alvo de protestos por parte de entidades como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU - PE) a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB - PE), além do grupo de Direitos Humanos, contrários à mudança.

Em 28 de Dezembro de 2013, a Prefeitura da Cidade do Recife aprovou novas medidas em relação ao projeto, com exigências de ações que compensasse causados pela construção, com um valor de compensação que chegava a R \$62,7 milhões. Ao mesmo tempo, tramitava na justiça cinco ações questionadoras do projeto, sendo três ações populares, uma civil pública do Ministério Público Estadual e uma do Ministério Público Federal, chegando a 12 processos no ano de 2019, segundo o Movimento Ocupe Estelita. No ano de 2014, em 21 de Maio, o Consórcio deu início a demolição dos galpões que estavam no terreno; no dia seguinte os manifestantes ocuparam o terreno para impedir a demolição.

Ao longo dos anos houve embates na justiça e várias ocupações da área pelos manifestantes. O projeto novo Recife causou polêmica desde o primeiro momento pela pretensão e desproporcionalidade do projeto em relação ao espaço que ele ocuparia. O projeto passou por modificações, mas desde o seu anúncio do projeto um Movimento Ocupe Estelita se fez firme na contestação do plano imobiliário, um dos principais questionamentos do grupo era a quem aquela região iria passar a atender. O movimento foi persistente na ocupação em prol de uma área de extrema significância e importância para a história da cidade do Recife e, com isso, conseguiram chamar atenção não apenas nacionalmente, mas internacionalmente, trazendo e reacendendo novamente o debate em torno do direito à cidade. No dia 30 de Março de 2019, o movimento realizou atividades culturais no local antes de desmontar o acampamento encerrando mais uma ocupação. No dia seguinte, 31 de Março, o Consórcio Novo Recife finalizou a demolição dos dois armazéns no Cais José Estelita.

UMA OUTRA QUESTÃO...

Em 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o estudo da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) de 2019. Nele a cidade do Recife aparece como a capital mais desigual do país atingindo a marca de 0,612 no índice GINI, ficando acima da média nacional que foi de 0,543. Além disso, segundo o mesmo estudo, 7% da população da cidade, ou seja, 115 mil pessoas, se encontram abaixo da linha da pobreza.

O cenário descrito pelo estudo do IBGE é claro e visível na cidade, basta olhar para o Recife que você encontrará seus contrastes e disparidades em todas as suas formas. Prédios e edifícios de alto luxo ao lado de comunidades e favelas, pessoas em situação de rua,



verticalização da cidade sem planejamento urbano, de um lado você tem aqueles que possuem poder aquisitivo que lhes permitem e garantem uma vida confortável, do outro você aqueles que muitas vezes sequer possuem um local para viver.

Se a cidade pertence a todos os seus cidadãos, por que apenas uma determinada parcela dela é quem realmente tem direitos sobre ela? O cenário da cidade reflete a sua formação e estruturação histórica. Estrutura essa herdada do período colonial açucareiro escravocrata. Enquanto no passado se tinha senhores de engenho possuidores de terras, propriedades e direitos, do outro lado uma população escravizada e desprovida de qualquer direito imaginável. Essa forma de organização serviu de base para o sistema capitalista que transforma tudo em mercadoria, negociável e ferramenta de produção de lucro e capital, onde quem possui mais poder aquisitivo continua a possuir mais direitos, sob todas as coisas. Antes os senhores de engenho e escravos, agora, os donos de capital, a sociedade capitalizada e os trabalhadores e a população que está à margem da sociedade tendo todos os seus direitos violados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claramente o Projeto Novo Recife atende a uma ótica de produção de lucro e capital através da privatização do espaço geográfico. Com ajuda e apoio do poder público, o projeto vem se concretizando e descaracterizando a paisagem da cidade, criando mais um espaço segregatório dentro dela e dentre tantos outros que ela já possui. Com a construção de novos edifícios a prefeitura passa a receber mais taxas de IPTU de um único lugar, além de receber um valor significativo pela venda de terrenos. As construtoras e imobiliárias também lucram exponencialmente com a venda dos imóveis, o preço dos apartamentos em duas das 13 torres que serão construídas no local variam de preço entre R\$2,3 milhões e R\$3,1 milhões. Obviamente que com esses valores há uma classe específica que poderá fazer aquisição desses imóveis. Então, a quem o projeto beneficia? Quem poderá ter acesso e poderá usufruir desse novo espaço? Certamente a elite econômica.

O Cais José Estelita possuía uma área significativa do bairro de São José que poderia ter sido revitalizada já que fazia parte da história da cidade, ou, caso não fosse revitalizado, o espaço poderia ser utilizado para demandas públicas; a construção de um habitacional de moradia popular ou um parque público, por exemplo. Entretanto, nenhuma dessas alternativas são lucrativas, do ponto de vista econômico. Para David Harvey, o resultado da divisão de riquezas e poder está inscrito nas formas espaciais da cidade. Seguindo essa ideia do geógrafo, o Projeto Novo Recife é um excelente exemplo dessa disparidade



social. Não muito longe do projeto imobiliário, facilmente você encontrará pessoas em situação de miséria e vulnerabilidade, em situação de rua e passando fome, enquanto um empreendimento onipotente é construído ao lado de toda essa violação, num terreno que pertencia ao poder público e que foi leiloadado pela prefeitura da cidade. Outros empreendimentos também estão sendo construídas em regiões próximas ao Novo Recife como o Hotel Marina que fica próximo ao Cais de Santa Rita; as próprias “Torres Gêmeas” como são conhecidos os dois edifícios já construídos próximo ao Cais também são outros exemplos.

Projetos e construções como essas reforçam uma segregação social dos espaços e explicitam ainda mais o descaso e a falta de interesse público em realmente garantir qualidade de vida para todas as pessoas. O único e real interesse por trás dessas relações público-privado, no que diz respeito ao espaço geográfico das cidades, é o econômico, que sempre irá favorecer a quem tiver poder em detrimento das demais camadas sociais menos abastadas.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

“Ocupar, Resistir: O movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife | Revista Três Pontos” <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12071>. Acessado em: 16/07/2022

Cais José Estelita: confira linha do tempo das polêmicas envolvendo o Projeto Novo Recife <https://g1.globo.com/pe/paranaguaba/noticia/2019/03/26/cais-jose-estelita-confiralinha-do-tempo-das-polemicas-envolvendo-o-projeto-novo-recife.ghtml>. Acessado em: 20/07/2022

BUENO, Chris. (2014), “Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico em Recife”.

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003>. Acessado em: 20/07/2022



Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12>

[/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-emconcentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml](https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12). Acessado em: 20/09/2022

Depois do Ocupe Estelita, primeiros apartamentos do Novo Recife, de até R\$ 3,1 milhões, ganham forma e vista. Veja imagens <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/05/amp/12125173-depois-do-ocupe-estelitaprimeiros-apartamentos-do-novo-recife-de-ate-rs-31-milhoes-ganham-forma-e-vistaveja-imagens.html>. Acessado em: 20/09/2022.



DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE DURANTE O ANO 2019: UM REFLEXO DO IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO

CAMILA GILDO DE SOUSA⁷⁶

RESUMO: Este artigo realiza uma breve análise sobre a educação no ensino superior, a situação econômica brasileira, o capitalismo e o conceito de subdesenvolvimento embasado pelos estudos realizados por Celso Furtado. Em seguida faz-se uma ligação entre a educação e a superação da condição de subdesenvolvimento e por fim, é realizada uma observação dos dados da PNAD contínua no ano de 2019, dando enfoque à educação e subseqüentemente a evasão no ensino superior no Nordeste brasileiro naquele ano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Evasão escolar; Celso Furtado; Nordeste; Ensino Superior; PNAD.

ABSTRACT: *This article makes a brief analysis of education in higher education, the Brazilian economic situation, capitalism and the concept of underdevelopment based on studies carried out by Celso Furtado. Then, a link is made between education and overcoming the condition of underdevelopment and finally, an observation of the data from the continuous PNAD in the year 2019 is carried out, focusing on education and subsequently the evasion in higher education in the Brazilian Northeast in that period. year.*

KEYWORDS: Education; School dropout; Celso Furtado; North East; University education; PNAD.

Celso Furtado e a questão do subdesenvolvimento em um mundo globalizado

Celso Furtado buscou compreender a forma na qual se estruturou a economia e a sociedade brasileira e ao lado de Raul Prebische ele forma o referencial teórico do desenvolvimentismo Latino Americano com enfoque em seu contexto histórico identificado durante sua participação na CEPA:.

Esta instituição teve grande destaque neste período, afinal tratava-se de um órgão internacional criado pelas Nações Unidas, após a II Guerra Mundial, exatamente no ano de 1948, com o objetivo de promover o desenvolvimento latino-americano ... A CEPAL começava a caracterizar as dificuldades que as estruturas econômicas e sociais da periferia teriam durante o seu desenvolvimento, e a definir o modo de superá-las. (HAFFNER, 2002, p. 19-20)

⁷⁶ Graduanda em Ciências Sociais na UFRPE.



A partir das análises econômicas realizadas, Furtado adentrou sua atuação dentro da teoria de subdesenvolvimento buscando um diagnóstico através da ligação econômica, política e cultura dos países centrais sob os países periféricos almejando formar um diagnóstico em prol da superação de desigualdades que acometem os países periféricos, portanto, não cabia admitir como hipótese de trabalho a possibilidade de reversão a uma situação em que as exportações de produtos primários desempenhavam um papel de principal centro propulsor do desenvolvimento regional, fazendo-se importante a necessidade mediante do diagnóstico para provocar uma profunda transformação na matriz produtiva das economias periféricas para assim romper com a condição preexistente de periferia.

Ao observar a maneira como se desenvolve a industrialização no Brasil pós 1964, Furtado identifica um desenvolvimento societário sem a economia acompanhar esse movimento evolutivo, segundo o autor, (1983, p. 181) “Desta forma, desenvolvimento (ou melhor, progresso, na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida.”

Essa modernização provoca no contexto da economia a concentração de recursos produtivos nas atividades levando a um agravamento da concentração de renda já observada nesse modelo econômico, assim, o subdesenvolvimento permanece mesmo com a modernização da estrutura trazendo a visão de subdesenvolvimento com industrialização.

Na elaboração teórica furtadiana, é determinante que o país supere sua condição de subdesenvolvimento como projeto econômico-político com vistas a proporcionar desenvolvimento à sociedade como um todo, combatendo suas desigualdades estruturais e proporcionando sua inserção no conjunto das economias desenvolvidas. Para tanto, o planejamento por parte do estado é fundamental neste citado projeto nacional, em que Furtado citava o caso da França pós-guerra como modelo:

Os franceses diziam que o planejamento era necessário para resolver os problemas causados pelas destruições da guerra. Eu acrescentava dizendo que o subdesenvolvimento era uma espécie de devastação. Portanto, para superá-lo necessita-se de planejamento. O mercado sozinho não pode resolver o problema. Não é capaz de mudar as estruturas, o que é fundamental. Mas qualquer planejamento deve ser aplicado em função do quadro político. Ou seja, os objetivos são definidos pela sociedade. (FURTADO, 1999, p. 78)

Assim, um quadro político engajado, assessorado por um corpo técnico competente, é capaz de formular projetos que melhor se alinhem às necessidades sociais estruturais tão determinantes para o desenvolvimento da nação e de suas regiões.

Como economista, Celso Furtado se vale de dados econômicos e sociais como importantes



fatores na condução das políticas públicas, mas como pensador das questões sociais e políticas, não se deixa levar por um tecnicismo que ignora fatores externos à racionalização. Boa parte de sua crítica a este último problema ele dirige à globalização, pois neste âmbito:

O conceito de produtividade social perdeu nitidez, assim como a ideia de sistema econômico nacional. A visão macroeconômica é substituída pelo enfoque nos mercados. E o alcance das políticas públicas se reduz a muito pouco. A ideia de solidariedade social perde seu fundamento econômico. (FURTADO, 1999, p. 86)

Nesta problemática em que a globalização assola o chamado “terceiro mundo” com a perpetuação de estruturas atrasadas lado a lado com uma alta concentração de renda, ele propõe diversas ideias para se refletir e, dentre elas, mesmo como um rápido apontamento, ele define a educação como prioridade na superação do subdesenvolvimento:

Um amplo programa social deve dar prioridade à habitação e à educação, antes do investimento reprodutivo. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. (FURTADO, 2002, p. 19)

A Educação Superior no Brasil.

A educação superior passou a ocupar um novo e destacado lugar na organização das forças produtivas no mundo contemporâneo. As mudanças iniciadas a partir dos anos 1970, intensificadas com a reestruturação produtiva, e estendidas até hoje transformaram as forças econômicas e sociais nos diferentes recantos do planeta e no nosso país não seria diferente.

O conhecimento, a ciência e a tecnologia passaram a desempenhar um papel ainda mais central na produção e na distribuição desigual de riquezas e bens produzidos social e simbolicamente nessas sociedades.

Nas políticas de expansão da educação superior implementadas desde a década de 1990, os incentivos à atuação de organizações privadas crescem tanto para as entidades confessionais e as comunitárias quanto para as organizações privadas propriamente ditas. O impacto dessas políticas na ampliação da oferta na educação superior latino-americana foi tão significativo que provocou uma mudança do panorama em toda a região.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, possibilitou a existência de IES com finalidades lucrativas e surgem, no Brasil, grupos educacionais de capital aberto.



O Ensino Superior no Brasil é oferecido por Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Superiores e Centros de Educação Tecnológica, podendo ser públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos. Em tais Instituições, é forçoso lembrar, são oferecidos três tipos de Graduação: Bacharelado, Licenciatura e Formação Tecnológica. Os Cursos de Pós-graduação são divididos em Lato sensu; Especializações e Master of Business Administrations - MBAs; e, Stricto sensu ; Mestrados e Doutorados.

Quanto ao acesso ao Ensino Superior, o cidadão interessado em estudar nas Instituições Brasileiras têm diversas formas de ingresso. O vestibular é um critério de entrada mais tradicional, sendo um exame que testa os conhecimentos do estudante nas disciplinas cursadas no Ensino Médio, podendo ser aplicado pela própria Instituição ou empresas especializadas por ela contratadas (PORTAL BRASIL, 2013). O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é outro modo de ingresso no Ensino Superior, criado pelo MEC para testar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o ensino médio, se caracterizando pela aplicação de questões objetivas e, ainda, uma redação. A Avaliação Seriada no Ensino Médio, outra modalidade de acesso universitário, proposta por diversas Instituições, acontece de forma gradual e progressiva, com provas aplicadas ao final de cada série do Ensino Médio. Diversas Instituições aplicam, ainda, testes, provas e avaliações de conhecimento, voltadas à área do Curso que o estudante pretende cursar. Algumas Faculdades, Centros Universitários e Universidades também optam por processos de seleção, baseados em entrevistas ou em informações pessoais e profissionais dos candidatos, como o grau de escolaridade, cursos, histórico escolar, experiência e desempenho profissional, dentre outros critérios que melhor respondam às propostas e objetivos das IES.

Evasão no ensino superior como fator decorrente da economia no ano de 2019 no Nordeste.

Celso Furtado utilizava a expressão fator humano para determinar o desenvolvimento social do país, englobando a isso a Educação. A educação como fenômeno social não foi o território explorado por Furtado, ele compõe uma geração de brasileiros que pensaram o país e projetaram caminhos para um projeto civilizatório de sociedade, identificando as razões que levavam o país, ainda no século XX a ser um lugar de singularidades e contradições, econômicas e sociais. Entretanto, em seu estudo Furtado sublinhou a função da Educação não só como elemento primordial para o desenvolvimento, mas principalmente como a construção de um processo histórico e civilizatório brasileiro.

Um amplo programa social deve dar prioridade à habitação e à educação antes do investimento reprodutivo. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a



qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Em criança eu já ouvia falar no Japão; já que tinha alfabetizado 100% da população no fim do século XIX. Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO, 2002, p. 11)

Em sua afirmativa nota-se que a Educação teria o compromisso de promover a qualidade do fator humano, além desta formação humana no contexto amplo de se entender as questões econômicas articuladas com a sociedade. Portanto, a educação não se estabelece como processo social, isolada de um amplo projeto nacional, onde os aspectos históricos e econômicos, alia-se ao crescimento e o desenvolvimento social como as bases para um país avançar em suas estruturas.

Quando descreveu situação econômica brasileira na transição do regime civil-militar ao período para a democracia, Celso Furtado (1999, p. 34) considerou que: “O Brasil acumulou historicamente um considerável atraso no investimento no fator humano, ou seja, na promoção do bem-estar da massa da população. A miséria é a contrapartida do hiper consumo praticado por uma pequena minoria em termos relativos.”

O fator econômico afeta os índices educacionais no Brasil, as disparidades entre as grandes regiões do país são expressivas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste quando comparadas às demais regiões. O Nordeste apresenta os índices mais altos de analfabetismo e evasão educacional, já os números da educação superior, tecnológica e profissional na região são os mais baixos do país. Na população de até 25 anos a questão socioeconômica é um dos fatores que contribuem para os números da região, a diferença nas taxas educacionais em relação a gênero e raça são significativas apesar de notar-se mudanças. O fator econômico impacta grande parte dessa população e contribui para os índices, questões como empregabilidade e falta de assistência são alguns dos motivos apontados pela população como sendo a razão pelo qual muitos desistem de seguir, ou concluir, uma formação. Todo esse contexto tem ligação direta com a estrutura econômica da região Nordeste que apresenta grande diferença em relação a outras grandes regiões do país.

Segundo pesquisa publicada pelo PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, no Brasil:

Em 2019, haviam 46,9 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade. Dentre essas pessoas, 14,2% estavam ocupadas e estudando; 22,1% não estavam ocupadas nem estudando; 28,1% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 35,6% estavam ocupadas e não estudando. Entre as mulheres, 27,5% não estavam ocupadas, nem



estudando ou se qualificando e, entre os homens, 16,6%. Por outro lado, 28,8% das mulheres e 42,3% dos homens apenas trabalhavam e 29,9% das mulheres e 26,4% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam. (IBGE, 2019, p. 15)

Essa foi a faixa etária que apresentou o maior percentual de pessoas nessa categoria, como aponta a pesquisa: “em 2019, 23,8 milhões de pessoas de 15 a 29 anos com nível de instrução até o superior incompleto não frequentavam escola, curso de educação profissional.

É importante ressaltar que elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do País. Além disso, especialmente em um contexto econômico desfavorável, elevar a escolaridade dos jovens e ampliá-la pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, reduzir empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade. (IBGE, 2019, p. 16)

De acordo com o Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica - ano base 2019 (2021, p. 43) “A região Nordeste tem o segundo maior percentual de matrículas, tendo apresentado um crescimento absoluto e relativo ao longo do tempo” porém, foi possível observar que a região ainda segue tendo um número inferior quando comparada a outras regiões. A partir das análises realizadas é possível afirmar que parte dessa diferença ocorre mediante as questões de desigualdade que acometem a região. O anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica - ano base 2019 (2021, p. 77), acrescenta que apesar de “O nordeste comportar 27% da população brasileira o número de vagas ofertadas para o acesso ao ensino superior corresponde apenas a 18%”. De acordo com o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019 (2021, p. 104) “em 2019 foram realizadas no total 1.451.242 matrículas em cursos de graduação presencial, contudo, já observa-se decair os números no período de ingresso, no qual o total é reduzido a 434.034 e por fim, a diferença é ainda maior no número de concluintes, sendo ele, o total de: 195.009.” entre as Grandes Regiões, o Sudeste concentrou o maior percentual de pessoas em condições que caracterizam possíveis abandonos futuros do acesso à educação superior, tendo 39,8% e seguido do Nordeste com 29,8%.

De acordo com a PNAD contínua, cada grupo possui suas devidas motivações e justificativas para embasar a dificuldade de se manter no cenário educacional. Levando-se em consideração a faixa etária de 15 a 29 seja com o ensino médio incompleto ou completo, podendo ter ingressado no ensino superior ou não, foi possível observar motivos como: a necessidade de trabalhar, a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas, a falta de interesse e estímulo em estudar e também a alegação da falta de escola, vaga, turno ou curso de interesse na localidade. Vale ressaltar que para o grupo de



15 a 29 anos com ensino médio completo ou curso superior incompleto, a necessidade de trabalhar e a falta de dinheiro para pagar as despesas foram os principais apontamentos para justificar a evasão ou “desinteresse” no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais pensadores brasileiros que trataram da matriz social, política, econômica, histórica e cultural do país, Celso Furtado (1920-2004), não sem razão, ocupa lugar de extrema importância para a compreensão de dilemas como o do subdesenvolvimento. Celso Furtado investiu bastante esforço pessoal para a criação de um conhecimento de cunho técnico e político orientado ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil, tomando como ponto de partida a crítica das estruturas arcaicas e antissociais que são a causa do nosso estado de subdesenvolvimento. A análise da realidade econômica dos países subdesenvolvidos permite a Celso Furtado concluir que o subdesenvolvimento é um fenômeno historicamente construído, assim como as relações de poder, de gênero etc.

Como Celso Furtado reforçou em sua análise, a condição de subdesenvolvimento não se caracteriza como um passo para alcançar o Desenvolvimento mas sim como um estado que acarreta em uma concentração de riqueza. Essa acumulação tem como principal consequência o aumento gradual da desigualdade entre classes sociais e diante da manifestação da questão social destaca-se a defasagem na educação.

A evasão estudantil é um fenômeno complexo, pois apresenta uma diversidade de definições, que gera prejuízos de ordem econômica, social e acadêmica para todos os envolvidos no processo de ensino: perde o aluno, o professor, a instituição, o sistema de ensino e toda sociedade. É também um fenômeno multifacetado cujas causas estão atreladas a fatores sociais, institucionais, econômicos e culturais referentes aos diferentes contextos em que acontecem. A situação econômica é um dos principais fatores que contribuem para a evasão estudantil, mas precisamente no ensino superior. Afinal, no Brasil, muitas pessoas passam por dificuldades financeiras. Muitas vezes, por causa dessas dificuldades, a fim de ajudar a custear as despesas da casa. A desigualdade social nos mantém estagnados, já que a educação é uma ferramenta importante para rompermos com essa condição precária.



REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 3ª edição, 2004.

Gomes, V., Machado-Taylor, M. de L., & Saraiva, E. V. (2018). O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO. *Ciência & Trópico*, 42(1).

Recuperado de <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647>

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Educação 2019**. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf >. Acesso em: 24 set. 2022.

INEP. **Anuário estatístico da educação profissional e tecnológica - ano base 2019**. Brasília -DF. 2021

Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.



A AUTOAFIRMAÇÃO NOS AMBIENTES SOCIAIS.

LUCY KELLY ROCHA DOS SANTOS

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a discussão sobre o comportamento de alguns indivíduos que se utilizam do distúrbio da autoafirmação como mecanismo de inserção social e alcance de diversos objetivos. Utilizando da metodologia de pesquisa bibliográfica e quantitativa. Este artigo tem como finalidade expor esses objetivos recortando o lado positivo e negativo da autoafirmação.

PALAVRAS-CHAVE: Autoafirmação destrutiva. Autoafirmação. Inserção social.

ABSTRACT: *The article has as its theme the discussion on the concept of self-affirmation goals that can be used for the mechanism of social insertion and achievement of different goals. Using the methodology of bibliographic research the quantitative. This article aims to expose these objectives, cutting out the positive and negative sides of self-affirmation.*

KEYWORDS: *Destructive self-assertion. Self-affirmation. Social insertion.*





INTRODUÇÃO

Esse artigo trata de vários ambientes sócias que são impostos regras de comportamento para que aquele meio aceite aquele indivíduo. Em busca de inserção social e vários outros motivos o sujeito desenvolve a necessidade de autoafirmação trazendo várias características citadas e aponta nesse artigo. Buscando pontos positivos e negativos dentro desse comportamento tem como objetivo a clareza e percepção de algo usado a muito tempo e que persiste até a atualidade.

Abordo quatro âmbitos sociais que a autoafirmação é utilizada e desenvolvida tentando demonstrar que ela pode ser um distúrbio psicológico ou um mecanismo de busca de autoestima.

A vida profissional, religiosa e acadêmica configura alguns âmbitos social que todo indivíduo frequenta e convive em sociedade. Tenho como objetivo demonstrar a busca de aceitação em cada um desses ambientes sociais.

1. AUTOAFIRMAÇÃO PROS E CONTRAS

A autoafirmação na medida certa não é sinal de nenhum distúrbio psicológico, apesar de ter uma conotação negativa, porém se faz necessária na vida de qualquer indivíduo com autoestima dentro da normalidade, segundo o site IBND é preciso conhecer e reafirmar os próprios propósitos para ter uma vida plena e estimulante. E na fase adulta, a autoafirmação se manifesta através de critérios da sociedade, uma pessoa se caracteriza por escolher uma forma de ser e planejar o seu comportamento. Auto afirmar uma personalidade é um processo psicológico que acontece através de aspectos sociais e pessoais da vida de cada um. Porém em excesso, pode trazer vários sinais que devem ser analisados com cuidado levando a autoafirmação destrutiva.

A autoafirmação destrutiva pode ser um distúrbio que demonstra carência afetiva. Segundo o site IBND esse distúrbio cria um ego exagerado responsável pela falta real de amor próprio e de aceitação de si mesmo, formando pessoas que necessitam sempre mostrar suas “qualidades” reforçadas a todo momento e para serem bem quistas socialmente, escondendo assim a falta de amor próprio.

O site psicologia do Brasil diz

A necessidade de autoafirmação patológica anda por um caminho destrutivo. É aquele que não desenvolve as nossas potencialidades. Mas degenera a psique, podendo provocar distúrbios, ou seja, uma deficiência psicológica com repercussão na área emocional e interpessoal.



A autoafirmação destrutiva se configura como uma enorme carência afetiva, que alguns sujeitos têm, de estar em evidência para ter suas qualidades reforçadas a todo o momento, escondendo a falta de amor-próprio. Isso significa a substituição instantânea do pensamento pela ação, onde não se consegue dominar o caráter impulsivo, gerando a incapacidade de raciocinar. Ela transforma-se em uma manifestação neurótica de se destacar diante dos outros, para ser respeitado, aprovado e enaltecido.

Quando um indivíduo, dentro deste perfil, deseja se inserir em determinado grupo social que trará status ele age objetivando mostrar que é melhor que os demais, buscando aceitação daquele grupo social. Esse indivíduo leva essa busca para vários âmbitos sociais de sua vida como por exemplo o profissional, o pessoal, o acadêmico entre outros.

Diante de um consumo desenfreado a sociedade impõe a ideia de que apenas os mais bem sucedidos podem alcançar o sucesso fazendo com que se venda a autoafirmação porém desencadeando consequências perigosas como a angústia como resposta a um perigo real ou imaginário, sendo resultado de um fluxo incontrolável de excitações de origem interna ou externa prejudicando suas próprias vidas em todos os sentidos.

1.1 AUTOAFIRMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Nos dias atuais temos o ambiente das redes sociais para a perpetuação da auto estima destrutiva, a exposição da vida que antes era privada se tornou pública através de um simples click. A busca incessante por curtidas e visualizações traz a auto afirmação desmedida em um mar de membros que são íntimos/desconhecidos para dentro da vida perfeita e ideal desse indivíduo sem personalidade, sem autoconhecimento e sedento por aceitação, chamados de influenciadores digitais.

Com tanta exposição e seguidores os influenciadores digitais não precisam ter nenhuma profissão ou habilidade para conseguir arrecadar recursos cada vez mais altos e exorbitantes. Tornando um meio de vida rentável e proporcionando a si mesmo a classificação de milionários, pois na indústria do consumo e a venda do falso sucesso faz com que a ideia de realização pessoal é aquela vida perfeita, porém irreal e inalcançável.

Este distúrbio acontece através de fotos, selfies e vídeos em busca de aprovação dos internautas através de ativação de notificação, compartilhamento ou seguidores. Enganado a si próprio esses youtubers não cansam de postar consumo de objetos de desejos de todos, como viagens, comidas refinadas, roupas caríssimas, corpos ideais e tantas outras coisas. Estamos em um patamar que se uma pessoa buscar conhecer ou se relacionar com alguém é só stalking a rede social do outro, ou baixar algum aplicativo de relacionamento.

Pessoas que desenvolvem esse distúrbio, segundo o site psicologia do Brasil são pessoas

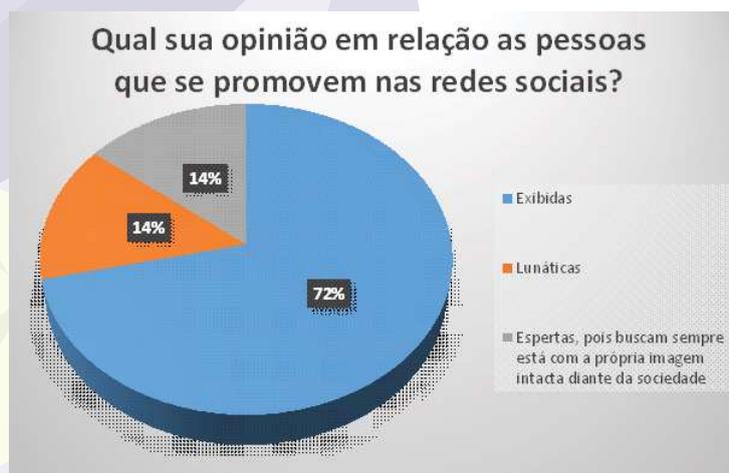


alienadas do mundo, tendo como objetivo agradar a si mesmo e aos outros. É um recurso que o inconsciente desses indivíduos utiliza para compensar o seu medo de perder espaço na vida pessoal e social. Aliás, espaço que nem eles mesmos sabem qual é.

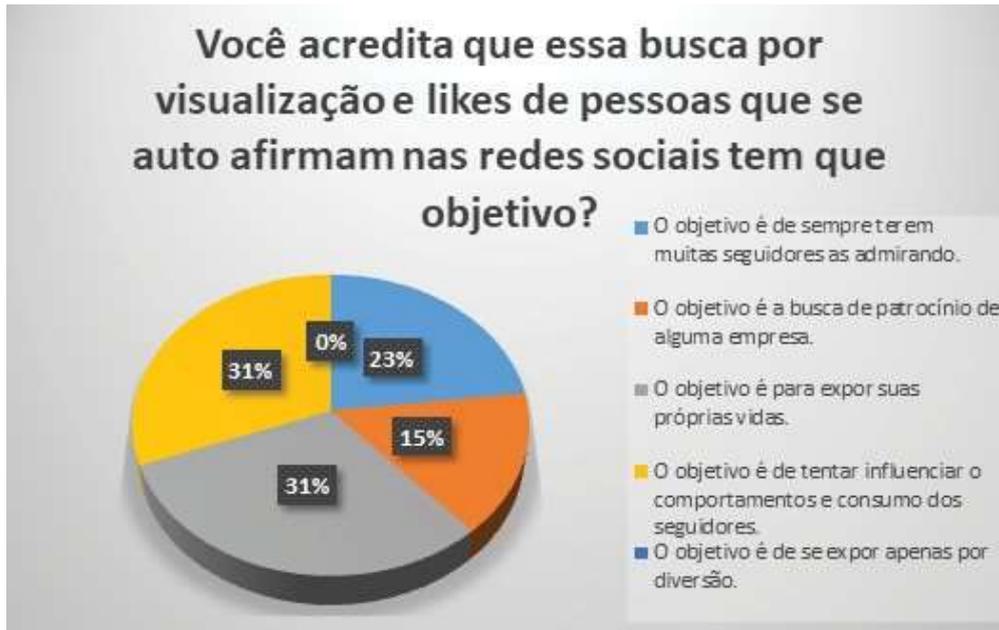
Esses indivíduos estão fragmentando suas personalidades, expondo suas vidas, intimidades e assim se tornando vulgar e fazendo que seus seguidores desejem metas inalcançáveis e objetos super modernos transformando o desejo em vício.

A revista Super Interessante diz que a metade do planeta está nas redes sociais, somando mais de 3,5 milhões de usuários entre 16 à 34 anos, representando a maior fatia desse bolo. Causando impacto profundo aos jovens que estão apenas construindo a própria identidade as redes sociais demonstram fatos irreais e ilusórios de vidas perfeitas e autoafirmação de influenciadores sem filtros, que os levam a desejar cenários enganosos, os conduzindo ao afastamento de suas famílias e as suas referências primárias os deixando mais expostos e vulneráveis. Esse jovens “compram” imagens de influenciadores que só vedem o que tem de melhor em suas vidas reais ou inventadas.

Realizando uma pesquisa quantitativa com o objetivo de levantar essa pauta sobre auto afirmação nas redes sócias, questionei a um grupo de pessoas entre vinte e vinte cinco anos, estudantes ou trabalhadores, sobre a utilização das redes sociais e se nessas redes sociais utilizadas pelos mesmo possuem influenciadores ou yotubers que praticam a auto afirmação e 100% deles nos dois casos responderam que sim. Também questionei a opinião de cada um deles sobre as pessoas que se provem nas redes sociais e quais os objetivos dessas pessoas. Eles responderam o seguinte:



Grande parte dos entrevistados que estão em 72% acreditam que as pessoas que se promovem nas redes sociais são exibidas.



Conforme gráfico acima 31% dos entrevistados acreditam que o objetivo da busca por likes e visualizações é de expor suas próprias vidas e também 31% dos entrevistados acreditam que o objetivo é de tentar influenciar o comportamento e o consumo dos seguidores.

Assim, como podemos observar diante do resultado de minha pesquisa, os entrevistados dentro do perfil jovem e responsável consome redes sociais com a consciência de que os influenciadores tem como objetivo influenciar seus consumos e comportamentos e de também expor suas vidas perfeitas e inalcançáveis.

1.2 AUTOAFIRMAÇÃO NO AMBIENTE SOCIAL E RELIGIOS

O ambiente religioso é uma escolha de cada um desempenhando até um estilo de vida e comportamento de cada um. Dentro daquela realidade seus integrantes precisam desempenhar uma postura imposta por aquela sociedade, trazendo uma imagem para si de acordo com que se espera de todos daquele meio.

Com tantos critérios a serem seguidos e expectativas a serem realizadas o indivíduo retém o desejo de aceitação temendo a rejeição e se utilizam da autoafirmação de retidão, moral e civilidade. Com o discurso de que eu sou, eu tenho, desenvolvem cargos de liderança com influência e autoridade sob os demais integrantes daquela comunidade.

E importante relatar que nem todas as religiões e religiosidades são respeitadas perante a sociedade. Vítimas de preconceitos seus integrantes chegam a omitir que fazem parte delas e não se auto afirmam.

Me utilizando da metodologia de pesquisa quantitativa, questionei um público alvo com



perfil religioso atuante sobre auto afirmação social e 100% deles responderam que já presenciaram a prática de auto afirmação em seu ambiente social e os mesmos 100% de entrevistados disseram que estes mesmos praticantes de auto afirmação ou são colegas, ou amigo, ou vizinho, ou familiares.

Questionei também em relação ao sentimento deles e suas atitudes em relação a estes praticantes e eles responderam da seguinte forma:



Como podemos ver no gráfico acima, 60% das pessoas entrevistadas se sentem mal de escutar tanta auto afirmação, porém ficam constrangidas de sair de perto da pessoa.

Conforme os dados acima expostos a seguir, 50% dos entrevistados saem de perto quando a pessoa que pratica auto afirmação chega em seu ambiente social, pois falta paciência para tanta auto afirmação.



1.3 AUTOAFIRMAÇÃO PROFISSIONAL

A vida profissional de qualquer indivíduo tem extrema importância, pois traz a sensação de auto realização e em algumas situações leva o sujeito a cargos importantes dentro da organização, fazendo com que o este tenha poder e riqueza em relação aos demais componentes daquele ambiente social. Porém para alcançar tal posição nem todos se utilizam de competência profissional e sim de autoafirmação.

A possibilidade disto acontecer diz Stefania Giannoni, psicóloga, Executive Coach, Especialista em Desenvolvimento de Pessoas e diretora da SLG Consultoria Empresarial, a pessoa que quer parecer superior aos colegas, chamar a atenção para si, internamente pode denotar insegurança. “A pessoa precisa provar que é boa, que é melhor do que os outros, quando na realidade é possível que esta pessoa tenha baixa autoestima. Este tipo de comportamento pode ser resultado de um complexo de inferioridade, em alguns casos”, explica a psicóloga. “É normal quando a pessoa age assim em função do contexto onde quer se inserir. Uma questão de sobrevivência quando aparência e certo nível de status faz parte da persona necessária para o trabalho. É importante manter uma mente equilibrada para não se deixar envolver demais por esse tipo situação e não perder o controle da própria personalidade”, enfatiza a consultora.

Esse comportamento é muito encontrado nos ambientes corporativos e utilizados com vários objetivos além dos citados anteriormente.

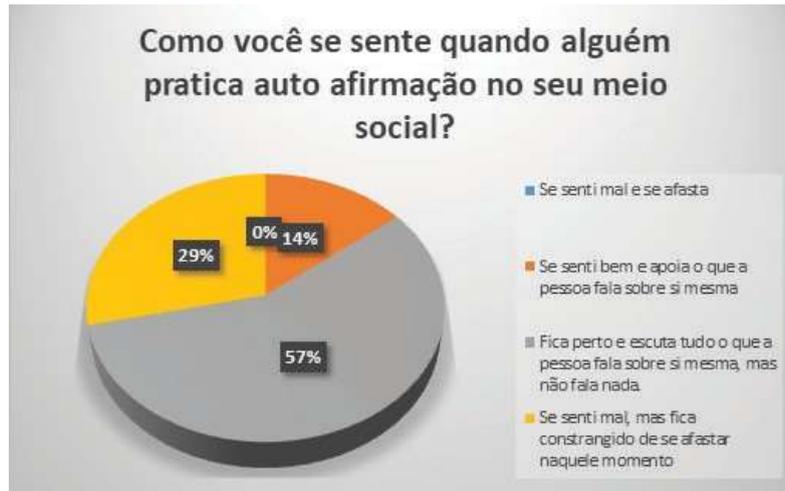


Realizei uma pesquisa quantitativa e questionei se os entrevistados convivem no ambiente profissional com pessoas que se utilizam de auto afirmação e 87% responderam que sim e apenas 13% disseram que não. Também questionei quais os ambientes que os entrevistados conviviam com pessoas que praticavam auto afirmação e 37% responderam no ambiente pessoal, 50% no ambiente profissional e 13% no ambiente acadêmico. Demonstrando que a maioria convive com este tipo de comportamento de colegas ou gestores diariamente no ambiente profissional.

Alguns de meus questionamentos na pesquisa foram em relação a opinião das pessoas sobre auto afirmação e os sentimentos em relação a essa prática, assim elaborei as seguintes perguntas: qual a opinião sobre pessoas que praticam auto afirmação e como o entrevistado se senti quando alguém pratica auto afirmação no seu meio social dela? As respostas foram as seguintes:



Como podemos constatar 38% dos entrevistados acreditam que pessoas que praticam auto afirmação tem como objetivo se promover e 57% deste escutam tudo, sem terem um bom ou um mal sentimento sobre a ação do praticante de auto afirmação e 29% tem um mal sentimento sobre esta mesma ação, porém ficam constrangidos de se afastar do ambiente conforme gráfico a seguir.



REFERÊNCIAS

BRASIL. R7 Tecnologia e Ciências Redes sociais são mais prejudiciais à saúde mental dos jovens. 2022a. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/redes-sociais-sao-mais-prejudiciais-a-saude-mental-dos-jovens-28032022>>. Acessado em 17 agosto 2022.

BRASIL. Super Abril. 2019a. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/tecnologia/metade-do-planeta-esta-nas-redes-sociais-que-ja-somam-35-bilhoes-de-usuarios/>> Acessado em 10 de agosto 2022.

BRASIL. Super Abril. 2018a Disponível em: <<https://www.psicanaliseclinica.com/o-que-e-superego-conceito-e-funcionamento/>> Acessado em 12 de agosto 2022.

BRASIL. IBND. 2020a. Disponível em: <<https://www.ibnd.com.br/blog/o-que-e-a-autoafirmacao-aprenda-a-lidar-positivamente-com-isso.html>>. Acessado em 12 de agosto 2022.

BRASIL. Psicologia do Brasil. 2022a. Disponível em: <<https://www.psicologiasdobrasil.com.br/o-ego-exagerado-necessidade-de-autoafirmacao>>. Acessado em 12 de agosto 2022.

BRASIL.. Carreira & Sucesso 2021a. Disponível em <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/uncategorized/a-autoafirmacao-em-excesso>> Acessado em 12 de agosto 2022.



ANEXO I - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUANTITATIVA DE AMBIENTES DIVERSOS.

Auto afirmação nas Redes Sociais

Você utiliza as redes sociais?

Sim

Não

Você se depara com muitas pessoas que se auto afirmam nas redes sociais?

Sim

Não

Qual sua opinião em relação as pessoas que se promovem nas redes sociais?

Exibidas

Lunáticas

Espertas, pois buscam sempre está com a própria imagem intacta diante da sociedade

Você acredita que essa busca por visualização e likes de pessoas que se auto afirmam nas redes sociais tem que objetivo?

O objetivo é de sempre terem muitos seguidores as admirando.

O objetivo é a busca de patrocínio de alguma empresa.

O objetivo é para expor suas próprias vidas.

O objetivo é de tentar influenciar o comportamentos e consumo dos seguidores.

O objetivo é de se expor apenas por diversão.

Autoafirmação no ambiente social

Você já presenciou alguém no seu ambiente social que praticam auto afirmação?

Sim

Não

Você possui algum amigo, vizinho, colega ou familiar que praticam auto afirmação



Sim

Não

Como você se sentiu quando alguém pratica auto afirmação próximo a você? Qual a sua atitude?

Mal e deixa a pessoa falando sozinha

Bem, fico perto da pessoa, pois gosto de ouvir alguém se auto afirmando

Mal, mas fico perto ouvindo tudo, pois fico constrangida de sair de perto

Nunca ninguém praticou auto afirmação próximo a mim

Você tem alguém em seu meio social que quando vai chegando perto, você pensa...

Adoro essa pessoa, vou ficar aqui perto só para ouvi ele se auto afirmar

Lá vem ele, vou sair enquanto é tempo, pois não tenho paciência pra tanta

Não penso em nada quando as pessoas chegam perto mim, mesmo que seja uma pessoa que goste de se auto afirmar

Auto afirmação no ambiente profissional

Você convive com alguém que prática auto afirmação?

Sim

Não

Qual o ambiente social que você convive com pessoas que praticam auto afirmação?

Pessoal

Profissional

Acadêmico

Redes sociais

Qual sua opinião sobre pessoas que praticam auto afirmação?

Pessoais inseguras.

Pessoas que querem se promove.

Pessoas que tem esse comportamento sem perceber o que praticam



Não tenho nenhuma opinião sobre o assunto

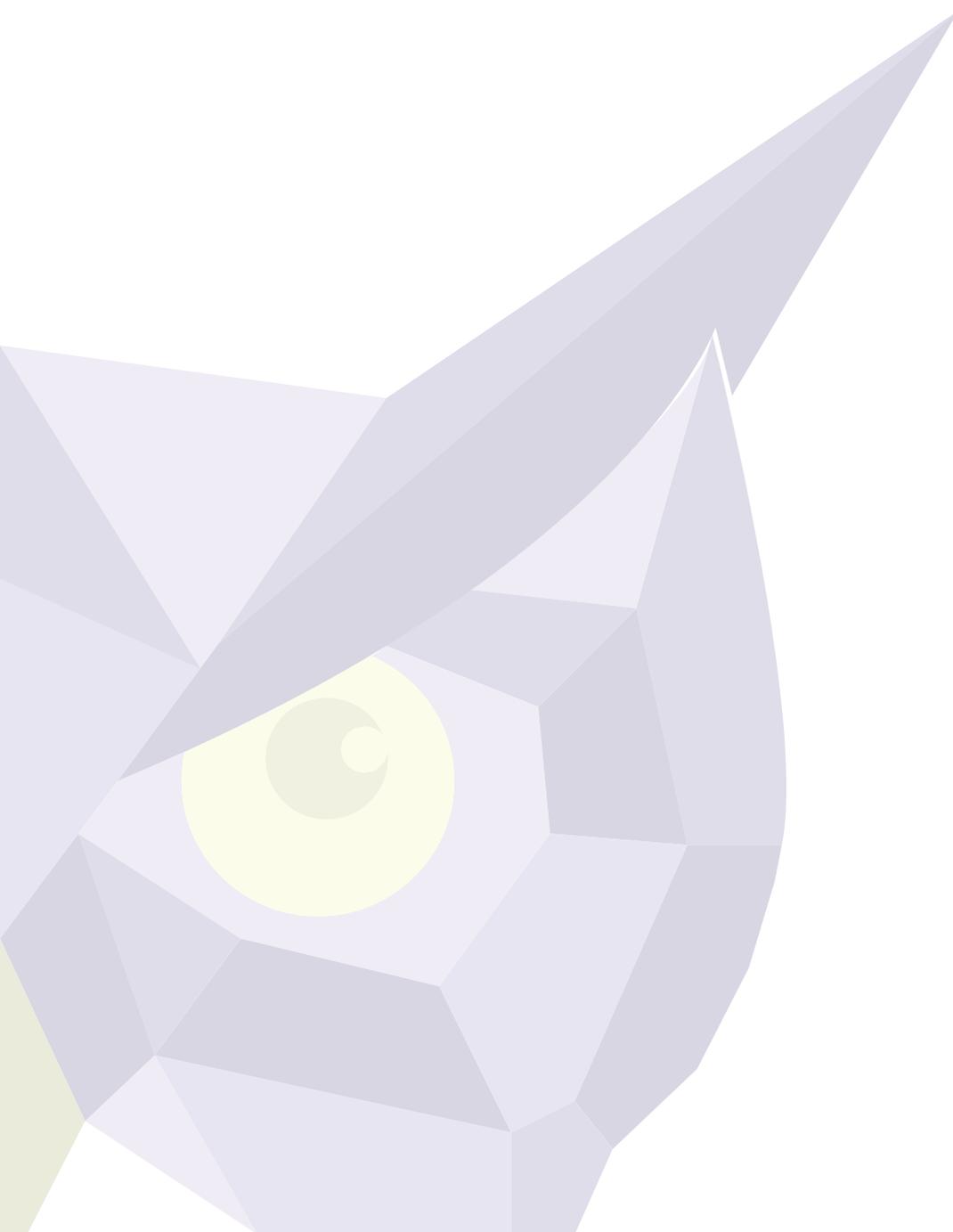
Como você se senti quando alguém pratica auto afirmação no seu meio social?

Se senti mal e se afasta.

Se senti bem e apoia o que a pessoa fala sobre si mesma.

Fica perto e escuta tudo o que a pessoa fala sobre si mesma, mas não fala nada.

Se senti mal, mas fica constrangido de se afastar naquele momento.





NEOLIBERALISMO: REFLEXOS E CONTRADIÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL(2020-2022)

MARCONDES FILHO⁷⁷

RESUMO: Busca-se neste trabalho analisar os reflexos e as contradições do projeto neoliberal imposto na sociedade brasileira sob contexto da pandemia da Covid-19. Este trabalho visa esclarecer essa relação a respeito da natureza social do neoliberalismo segundo o geógrafo David Harvey (2008) e a contextualização das problemáticas do mundo do trabalho no Brasil a partir de autores e obras contemporâneas à elaboração desta pesquisa. Para esse fim, serão aplicadas as contribuições de um grande teórico da geografia urbana, o supracitado Harvey; e um grande nome da sociologia do trabalho no Brasil, Ricardo Antunes (2000 e 2018), entre outros.

Palavras-Chaves: neoliberalismo; mundo do trabalho; pandemia; sociedade brasileira.

ABSTRACT: *The aim of this work is to analyze the reflections and contradictions of the neoliberal project imposed on Brazilian society in the context of the Covid-19 pandemic. This work aims to clarify this relationship regarding the social nature of neoliberalism according to the geographer David Harvey (2008) and the contextualization of the problems of the world of work in Brazil from authors and works contemporary to the elaboration of this research. To this end, the contributions of a great theorist of urban geography, the aforementioned Harvey; and a great name in the sociology of work in Brazil, Ricardo Antunes (2000 and 2018), among others.*

KEYWORDS: *neoliberalism; world of work; pandemic; Brazilian society.*

Introdução

No que tange o paradigma do mundo do trabalho na sociedade brasileira, para a sociologia, muito se tem pensado e discutido nos retrocessos que se tem passado, direitos civis que estão sendo cada vez mais coados a favor do sistema produtivo de acumulação de capital e de lucro. Mas afinal, por que tem se favorecido categorias estruturais do sistema de mercado em detrimento dos direitos civis da população? Quem ou qual classe, de fato, tem se favorecido? O que vem acontecendo com a sociedade brasileira conforme há o avanço do neoliberalismo presente nas medidas de flexibilização do trabalho? São perguntas que possuem diversas implicações e que requerem contextualização. Para tal fim, seremos

⁷⁷ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFRPE.



guiados por diversos autores que analisam o paradigma neoliberal da sociedade brasileira e a sua coexistência com a pandemia do coronavírus.

A pandemia do Covid-19, iniciada no Brasil em março de 2020, revelou diversas fragilidades de um sistema neoliberal que não consegue preservar os trabalhadores de sua sociedade e concomitantemente manter seu funcionamento. Diversas medidas de quarentena para o combate ao vírus foram necessárias tais quais: distanciamento social; exigência de evitar aglomerações; a permanência no domicílio; *lockdown*; exclusivo funcionamento de comércios *essenciais* (alimentação, saúde) etc. A população de baixa renda, trabalhadores informais, pequenos empresários e autônomos se viram sem condições de adquirir renda e muitos entraram em falência. A luta de grande parte da população se tornou sobreviver. O preço dos alimentos, o gás de cozinha, as passagens de transporte público aumentaram; o preço do combustível inflacionou, são gastos que se tornaram incompatíveis com o salário mínimo de grande parte da população brasileira. Ao mesmo tempo, a insegurança do trabalhador formal em manter seu emprego conforme houve a flexibilização dos contratos e a massa de indivíduos desempregados ou trabalhando informalmente são questões presentes no dia a dia da população brasileira. O resultado tem sido a população de renda baixa e média se esforçando para sobreviver, colocados em um estado de insegurança alimentar, sem direito a lazer e perspectivas de uma boa qualidade de vida. Uma política pública necessária foi o auxílio emergencial dado pelo governo federal para a população brasileira em 2020, que refletiu a extrema necessidade do país de ter um Estado forte e presente, revelando contradições do sistema neoliberal e a ilusão da auto regulação do livre mercado para todos os aspectos da vida humana. Porém, esta medida por si só não representou a solução da insegurança social das classes mais baixas da sociedade brasileira, o que nos coloca essa questão: qual(is) a(s) solução(ões)? Quem são os *agentes* para que ela(s) ocorra(m)?

O objetivo deste trabalho, pois, é realizar reflexões sobre as diversas temáticas que compõem o tema. E por fim, trazer as conclusões dessa discussão, através da revisão bibliográfica dos autores da economia política e da sociologia contemporânea. O trabalho levanta o caso concreto dos motoristas de aplicativos frente a neoliberalização da economia. E conclui, sociologicamente, que o mundo do trabalho brasileiro tal qual se encontra hoje é fruto dos longos processos históricos de neoliberalização, que no Brasil, se materializaram no governo Bolsonaro (2018-2022) a partir do golpe de Estado de 2016.

1. O neoliberalismo e a submissão do Estado brasileiro

Guiados por Harvey (2008), na busca pelo entendimento da natureza social do sistema capitalista e de seus desdobramento diante da neoliberalização hegemônica, podemos



compreender que o neoliberalismo é antes de tudo uma teoria das práticas político-econômicas que se baseiam no fato de que o bem estar social dos indivíduos é melhor desenvolvido a partir da liberação das liberdades capacidades empreendedoras individuais no espaço que se sobrepõe de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Compreende-se dessa fundamentação uma estrutura ideológica que valoriza antes de todos os outros direitos sociais e fundamentais previstos na Constituição Cidadã o direito à propriedade privada. Ainda para David Harvey (2008), nessa teoria política-econômica, o papel do Estado é o de produzir e preservar uma estrutura institucional que garanta essas práticas de liberdade:

O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.
(HARVEY, 2008, p.2)

O papel do Estado na teoria neoliberal vigente, ainda para Harvey (2008) é coado e sua legitimidade está apenas em garantir condições para o bom funcionamento dessas práticas políticas, sendo que essa ideologia não deve tentar funcionar além desse básico. Quando os mercados forem criados, as intervenções estatais tem que ser mínimas, pois conforme a teoria, o aparelho estatal sofre para atender minimamente as vontades do mercado, as políticas de preços, e ainda, apresenta a questão de que sempre existe a disputa de grupos de interesses nesses espaços públicos de deliberação estatal podendo desviá-lo a seu bel prazer em objetivo próprio e mais especificamente na forma de governo democrática.

Em um contexto de *crise estrutural de capital*, para Ricardo Antunes (2000), o sistema produtivo capitalista recentemente aumentou sua lógica destrutiva em resumidas contas dois aspectos importantes estão relacionados: o primeiro relaciona-se a crescente substituição do padrão de produção fordista e taylorista por outras formas de produção sem regulamentação e flexíveis, conhecidas como o toyotismo ou modelo do japonês e acumulação flexível, a título de exemplificação; e o segundo aspecto está relacionado a categoria de regulação da famosa social democracia, que dá base para as políticas de bem estar social, em diversos estados desenvolvidos, está desaparecendo com o avanço das políticas neoliberais, de pressão para as privatizações e contra a sociedade.

Quanto ao contexto atual, o Governo Bolsonaro (2018-2022) é o retrato do neoliberalismo, ainda com raras agendas que fujam dessa teoria e que favorecem a classe trabalhadora dos militares etc. O governo atual é o governo no qual essas medidas de acumulação flexível estiveram presentes em forma de exploração do trabalho, como uma alternativa



ao desemprego, mas que institucionalizaram uma classe trabalhadora sem direitos, algo que Antunes (2018) trabalha. Este governo nasce de uma crise na representação na democracia brasileira e do Golpe de 2016, na qual o eleitor já não acredita mais na política e nos seus representantes, desde o governo anterior. Bolsonaro representaria o herói militar que salvaria o país da corrupção de outrora.

Segundo Luana Rosário (2020), a agenda neoliberal em seu governo possui uma potente expressão ao engajar-se ao conservadorismo, fascismo, rascismo e cis-hetero-patriarcado, que se tornaram viáveis e foram potencializados a partir da fundação de um Estado de exceção que se fundamenta nos interesses de uma parteda sociedade. Nesta perspectiva, o golpe de Estado de 2016 possibilitou a chegada do governo bolsonaro, e evidenciou que sob o contexto da pandemia de Covid-19, “a realidade subjacente à produção da degradação dos indesejáveis em um projeto de poder e de sociedade em que algumas pessoas importam menos do que outras...” na qual a lógica mercadológica fundamentada anteriormente é a máxima prioridade estatal “para o enriquecimento daqueles que historicamente se beneficiam da exploração e do extermínio.” E sob este contexto de crise sanitária, social e política, Rosário nos informa que:

Bolsonaro sabe quantas pessoas podem morrer pelo Covid-19 não se importa. O capitalismo financeiro também não se importacom isso porque o que interessa a seus representantes é a realização das reformas ultraliberais com as quais Bolsonarose comprometeu. Enquanto os atores políticos tolerarem Bolsonaro em razão do projeto neoliberal, a democracia brasileira está sob grave risco.

(ROSÁRIO, 2020, p.2)

Em outra perspectiva, Harvey (2008) entende a necessidade de superar *a crise estrutural de capital* na passagem do século XX para o XXI como um movimento de neoliberalização que se deu sob o objetivo de restituir o poder das classes dominantes nos países ricos, especialmente nos EUA, e tais medidas estão diretamente ligadas com um processo de mudança e metamorfose no mundo do trabalho e na produção de capital em si. Guiados por Murray (1983) e Bihl (1998) conseguimos compreender a partir deles que as transformações inerentes ao próprio modo de produção se intensificaram, a partir do constante avanço das aparato tecnológico, característico do modelo da flexibilidade na sua acumulação e das formas que estão substituindo as de Taylor e Ford, como o toyotismo. E para eles, há dois pontos importantes nesses pontos nessas transformações que acabaram por abalar a classe trabalhadora e o seu aparelho sindical: a própria disputa dentro do próprio sistema de capital, e a constante necessidade de conter o movimento operário e a hostilidade entre os estratos sociais.

A necessidade máxima do mercado ainda continua sendo o capital, porém, mais e mais



incorporado aos desejos humanos e individuais dos trabalhadores. A linguagem universal é o lucro em detrimento dos direitos e necessidades básicas da população. Sujeitos cansados de sua atividade laboral não lutam por seus direitos; sujeitos satisfeitos e crentes de que suas realidades (*status quo*) só podem ser mudadas a partir da atividade laboral e não cientes de que sua realidade é consequente de uma superestrutura que domina os aspectos mais ínfimos do nosso ser.

Esse sentimento de satisfação generalizada de algo que o Branko Milanović analisa notavelmente em “*Capitalismo sem Rivais*” (2020) no qual ele compreende o domínio total do modo de produção capitalista sobre qualquer outro de modo tão incontestável quanto a perspectiva ideológica do dinheiro que tem de ser cortejado e que representa o objetivo principal na vida dos sujeitos que existem dentro desse sistema, e que esse estímulo monetário é compreendido por indivíduos de todo o globo e de todos os estratos sociais. O sistema se incorporou na essência humana a partir do valores da dignidade, do mérito e do progresso:

O capitalismo tem sido notavelmente bem-sucedido em inculcar nas pessoas os seus objetivos como sistema, induzindo-as ou persuadindo-as a adotarem suas metas e construindo, assim, uma convergência extraordinária entre o que o capitalismo necessita para sua expansão, de um lado, e as ideias, os anseios e os valores das pessoas, do outro. (MILANOVIĆ, 2020, p. 10).

Esses processos, acima descritos através de fundamentos e críticas, coexistiram e reinventaram quando uma nova fase (de crise) mundial começou em 2019. A crise sanitária mundial veio e a saúde da população foi a prioridade para o sistema da liberdade e do lucro? Veremos a seguir.

2. O Mundo do trabalho no Brasil e pandemia do covid-19

Em um contexto no qual já se discutia a reforma trabalhista, a doença chegou ao Brasil, o mercado por si só não iria salvar a vida das pessoas. A pandemia do coronavírus exigia o distanciamento social. Apenas o essencial poderia funcionar. O desemprego gerou um “exército de reserva”, Karl Marx reserva análise em “*O Capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital.*” (2012) que a:

[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser



explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2012, p. 707).

Isso só aumentou com os contratos de trabalhos cada vez mais flexíveis e os processos de terceirização em massa recentes após o governo Temer (2016-2018). A instabilidade, violência psicológica do desemprego e ameaça do despejo são fatores reais e presentes na vida da classe média e baixa da população brasileira. Os pequenos empreendedores estavam caminhando para a falência. Diversas atividades não essenciais ligadas à arte, a título de exemplo, foram sucateadas, e novamente, muitas caminharam à falência. Santana (2020) observou determinadamente o campo laboral e não laboral da forma em que se estabeleceu durante a pandemia, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19/20 e constatou que em 2020 o Brasil atingiu a casa dos 13,5 milhões que estão sem emprego formal, com propensão para aumento desses números, já que como vimos acima, as políticas de flexibilização do isolamento social contribuíram que mais pessoas estivessem à procura de emprego. Serviços laborais fecharam e em diversos graus, em diversos campos.

Além da questão estudantil, que afetou física e psicologicamente a maioria dos estudantes brasileiros:

A pandemia atuou ainda fortemente sobre os números de jovens que não estudam e nem trabalham. Esse já era um índice importante antes da crise sanitária, contudo, com suas especificidades, ela pressionou ainda mais contribuindo para “aumentar o contingente de jovens que interrompem seus estudos e param de buscar emprego, ampliando o grupo dos jovens nem-nem desengajados da força de trabalho. (SILVA; VAZ, 2021, p. 105)

O papel do Estado (mundialmente) nesse contexto se tornou máximo ao prever medidas, políticas públicas, de suporte financeiro como: auxílios emergenciais; auxílios específicos a artistas e a outras profissões específicas; auxílios desemprego; medidas protetivas contra cortes de iluminação e água caso haja falta de pagamento. Não diferentemente foi no Brasil. O mundo rumou para uma era em que o essencial se tornou regra e o mínimo previsto pelo Estado ainda manteve a população de classe média e baixa em regime de massacre: comer se tornou luxo, lazer se tornou crime. Cenas tais quais a foto abaixo revela voltaram acontecer e tornaram-se comuns a uma classe que no governo anterior, através de políticas de base e de bem-estar social, tinha feito milhões saírem da extrema pobreza:



Figura 01: O reflexo da fome no Brasil no Governo Bolsonaro.
Fonte: Revista Fórum, 2021.

Um dos temas mais concretos e presentes na nossa realidade é a *uberização* do trabalho a qual representa uma nova categoria do trabalho no Brasil e do mundo: o escravo digital. Antunes em “*O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*” (2018), ao buscar compreender a nova morfologia do trabalho apresenta diversos questionamentos quanto a essa problemática: “a nova morfologia da classe trabalhadora neste início de século em meio a uma sociedade dos adoecimentos, uma sociedade que tem a precarização como regra e é pautada pela terceirização total.” O escravo digital materializado nos motoristas de aplicativos se encontra explorado através de “mecanismos complexos de extração do mais-valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas atividades imateriais”. A constante desregulamentação e informalização do trabalho torna essencial o levantamento desse debate tal como Antunes e este trabalho. Embora alguns dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caracterizem queda na taxa média de desemprego no ano de 2019, a morosa recuperação do mercado trabalhista ainda possui forte influência do avanço da informalidade, que chegou em seu nível recorde neste ano de 2019.

Segundo a revista Correio Braziliense, ao analisar os dados do IBGE, “nada menos que 41,1% da população ocupada do Brasil, ou seja, 38,4 milhões de pessoas, se encontram no mercado informal. O número é o maior desde 2016. O avanço pode ser visto em um recorte feito pelo Correio, que analisa apenas o aumento de motoristas por conta própria de 2012 até 2019.” E os dados se tornam cada vez mais alarmantes para os trabalhadores que buscam um trabalho regulamentando e a estabilidade,



Os dados da Pesquisa Nacional de Empregados e Desempregados (Pnad) Contínua Trimestral mostram um aumento de 137,60% no número de motoristas que trabalham por conta própria, ao comparar os quatro trimestres dos anos de 2012 e 2019. Impulsionados pelo surgimento dos aplicativos de mobilidade, aproximadamente 666 mil novos motoristas por conta própria surgiram de um trimestre para outro. Só no Distrito Federal, o contingente pulou de 4 mil no quarto trimestre de 2012 para 20 mil no mesmo período de 2019.

A união entre o contexto da crise radical que acontecia no ano de 2019, somada a crise de Covid-19 e as mudanças estruturais no mercado de trabalho tiveram como consequência os dados supracitados. A situação trabalhada por Antunes (2018) na qual a *uberização* é um fator da escravidão digital, portanto, não é uma escolha do trabalhadores, mas uma consequência estrutural (institucional) e super-estrutural (política), uma válvula de escape para todo o contexto de crise fundamentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CRÍTICAS

Assim como neste trabalho, muito se tem discutido no campo acadêmico das ciências humanas as implicações e consequências que o mundo neoliberal, a flexibilização do trabalho, dos serviços e a nova ordem mundial têm afetado direta e indiretamente a vida da sociedade, para uns positiva, para outros negativamente. A vida dos indivíduos que “parecem que não existem”, os mais pobres, foi afetada e estes indivíduos são colocados em um processo coercitivo diário em busca de um salário mínimo inviável para suprir suas necessidades básicas, buscando mudar seu status quo através do seu trabalho. Apontamos como Harvey se dedica a aspectos estruturais, enquanto Antunes, à relação agente-estrutura e aos processos de coerção e alienação existentes nessa troca.

O foco dessas discussões deve ser o lado mais humano: ouvir o outro, buscando aprendê-lo e se possível propondo soluções para as suas vulnerabilidades sociais. A realidade factual do povo brasileiro é a descrita acima. É inegável que o brasileiro é um povo batalhador e que merece mais do que a ilusão de que a saída dos seus problemas está no seu trabalho, e da falácia de que a mudança do seu status quo está no mérito e na oportunidade que se “pega” acordando as 4-5 horas da manhã para ter o mínimo e “colocar o pão na mesa”. São reflexos de uma superestrutura (política) e estrutura (instituições) que põem todo o peso da responsabilidade nos indivíduos de sua sociedade, que não dialoga com seus cidadãos e que se perpetua por nomes de família.

Uma boa política vem da participação política da população, uma participação efetiva vem de uma boa política educacional, que vá além do aparelho escolar, e, esses são alguns exemplos de questões a serem levadas em conta em processos da gestão pública, e de



fato, caminhos para aqueles que pensam e projetam um Brasil politicamente voltado para sua sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000. p. 35-48.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em 15/04/2022.

BIHR, A. Da Grande Noite À Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise. São Paulo: Boitempo. 1998.

CARDIM, M. E. Número de motoristas por aplicativo cresceu 136% de 2012 a 2019. Correio braziliense.2020 Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/23/internas_economia,829826/numero-de-motoristas-por-aplicativo-cresceu-136-de-2012-a-2019.shtml. Acesso em: 22/05/2022

HARVEY, D. O neoliberalismo: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. p. 15-48.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

MILANOVIĆ, B. Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo. Nova York: Todavia. 2020.

MURRAY, F. The Decentralisation of Production: The Decline of the Mass-Collective Worker? Londres: Capital & Class. 1983.

ROSÁRIO, L. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. São Luís: Revista Rics. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15815/8390>. Acesso em: 22/05/2022.

SANTANA, M.; AURELIO, M. Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta. 2020. Disponível em: <https://www.e->



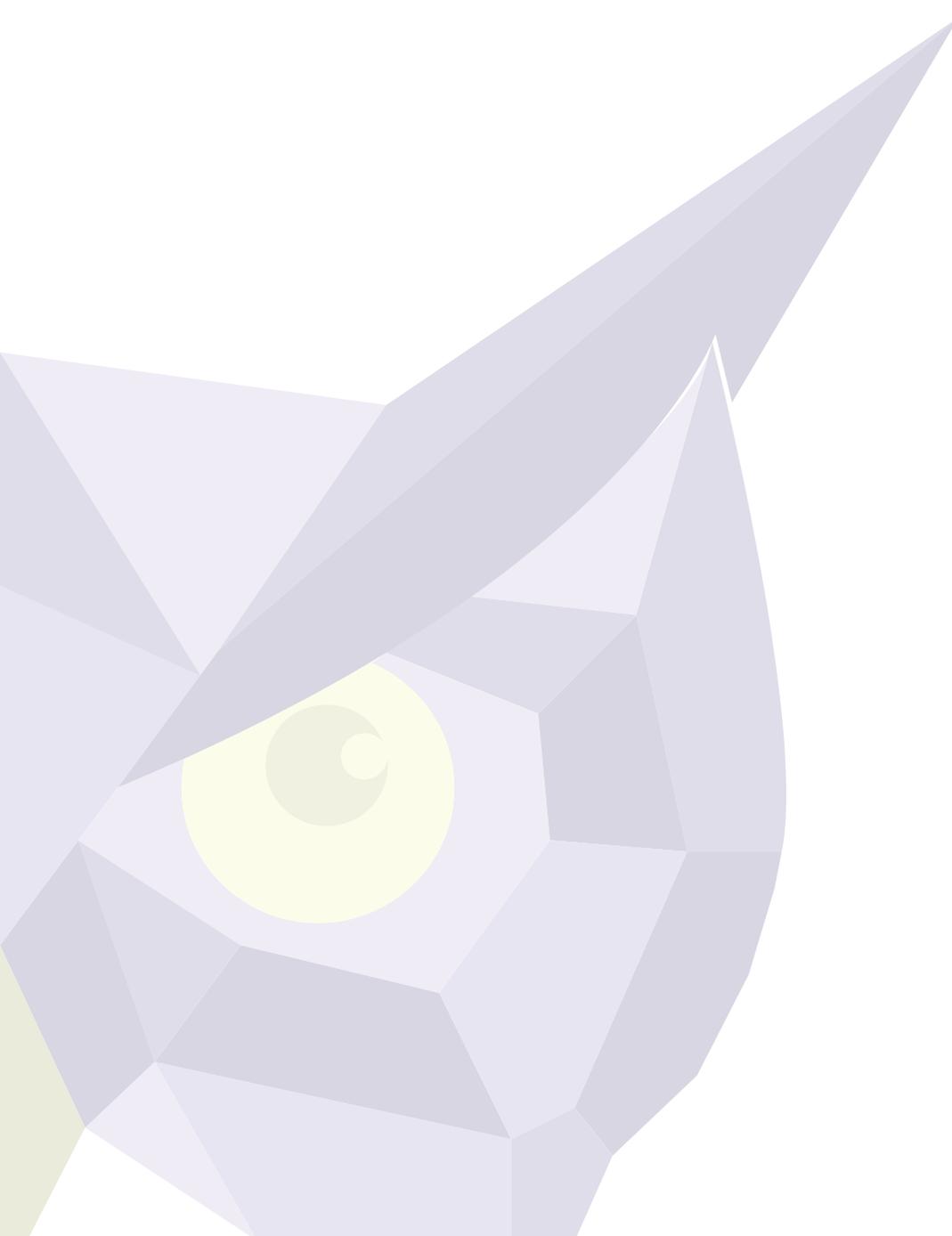
publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/60293/38407

. Acesso em: 18/04/2022.

SILVA, E. R. A. ; VAZ, F. M. **Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea. 2020.

Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10414/1/bmt_70_jovens_que_nao.pdf#:

~:text=Dos%2015%20aos%2017%20anos%2C%20a%20maioria%20dos,aqueles%20que%20n%C3%A3o%20estudam%20e%20s%C3%B3%20procuram%20trabalho. Acesso em: 25/04/2022.





O RECONHECIMENTO DO BREGA FUNK COMO MOVIMENTO CULTURAL DO RECIFE

JOÃO ANDRAD^{E78}

RESUMO: Este artigo visa trazer os elementos que fizeram com que o Brega Funk fosse reconhecido como um movimento cultural do Recife e os elementos que a partir dele trouxeram uma nova realidade para quem fazia parte do meio, os artistas que foram os precursores do movimento traziam em suas letras algo que outros ritmos não tinham e foi gradualmente se tornando algo que já poderia faltar nas festas. A importância do Brega Funk como movimento cultural é levantado quando a discussão e percepção sobre cultura que foi sendo formada a partir dos bailes idealizados como algo para ser somente um meio de interação com as pessoas dos bairros, acabar sendo maior que o esperado e tornar-se um espaço de comunicação e expressão social da comunidade.

PALAVRAS CHAVES: Cultura, Brega Funk, Expressão Social

ABSTRACT: *This article aims to bring the elements that made Brega Funk recognized as a cultural movement in Recife and the elements that from it brought a new reality to those who were part of the medium, the artists who were the precursors of the movement brought in his lyrics something that other rhythms didn't have and gradually became something that could already be missing from parties. The importance of Brega Funk as a cultural movement is raised when the discussion and perception about culture that was being formed from the balls idealized as something to be only a means of interaction with the people of the neighborhoods, ends up being bigger than expected and becoming a space of communication and social expression of the community.*

KEYWORDS: *Culture, Brega Funk, Social Expression*

INTRODUÇÃO

Ritmo que se iniciou nas periferias das comunidades do Recife com letras e batidas pelos MC 's e DJ' s que são uma junção do eletrobrega e o funk carioca. MC Leozinho um dos pioneiros para o movimento, participava de alguns bailes que aconteciam nas comunidades nos anos 1999 a 2000, um deles era o Baile da Rodoviário, com o lançamento do Rap da cyclone, a intenção era de unificar os diferentes grupos existentes nas comunidades do Recife, o efeito foi contrário e acabou gerando mais conflitos entre os bairros. Com a marginalização do funk, precisou se reinventar dentro do meio, e juntamente com DJ Serginho lançaram “Dois corações” com um som mais romantizado. No final de 2019 e iniciou de 2020 a canção “Surtada”, cantada por Tati Zaqui, OIK e Dadá Boladão, alcança 200 milhões de visualizações no Youtube e chega a um invejável pódio de canções mais ouvidas nas plataformas digitais no mês de dezembro (dados do Spotify e Deezer). Seguiram roteiro semelhante, as faixas “Hit Contagiate”, remix do cantor Felipe Original sobre canção de Kevin o Chris; “Sentadão”, de Pedro Sampaio, Felipe Original e JS o Mão de Ouro, chegando na consagração de “Tudo OK”, parceria de Thiaguinho MT, Mila e (mais uma vez) JS o Mão de Ouro. Mas a mudança foi depois do lançamento feito de forma muito simples se espalha para o Brasil inteiro, com a música “Envolvimento” MC loma e as gêmeas lacração, traz um novo cenário para o brega funk e o movimento ganhar mais força e novas proporções.

1. A CONCEPÇÃO DE CULTURA

A ideia de cultura na sociologia é de perceber em todos os seus aspectos sobre a vivência de uma determinada comunidade ou grupo em seu contato social que se desenvolve ao longo de sua experiência e seu convívio. O compartilhar entre diversos grupos de convívio traz diferentes percepções sobre as realidades sociais das pessoas que vivem em suas diferentes comunidades, tendo uma linguagem e seu modo de vestir em ocasiões específicas. São essas as características que podem determinar a uma cultura a sua função de cooperação e comunicação entre os grupos que fazem parte.

“Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade.” (GEERTZ, 1989)

É constante as mudanças que vão sendo adquiridos pelos integrantes de suas áreas, pelos acontecimentos e valores que já são de seu conhecimento e vai ter mudanças assim que novas percepções são adquiridas pelas novas gerações, a depender das novas necessidades que surgem, já que o mundo social não é algo estático. A mudança cultural produz colocar na sociedade um intensidade em nossa sociedade que é a tendência cultural e sua rápida evolução vivida pelos os convívios internos e externos a quem somos sujeitos diariamente.



O resultado da convivência e progresso atesta a grandeza das culturas que evoluem ao longo do tempo trazendo novos aspectos a uma sociedade. O contato das diversas culturas e estilos modificam os aspectos de nossa cultura, esse processo é a de aculturação, onde seria o absorve ou adota de certos aspectos do outro com o seu convívio ou contato com essa cultura, dada a essa percepção acabar tendo uma revisão por novas orientações de crenças e valores orientados pelos os grupos, com a criação de novas linguagens que orientam e dão resposta às questões de identidade do grupo.

2. DO BREGA AO BREGA FUNK

O surgimento do ritmo Brega Funk vem derivado de outros ritmos até chegar no ritmo que se denomina. O Brega vem do termo que era empregado nas camadas populares e periféricas, também ao prostíbulos nordestinos, a sua associação entre o termo e o estilo musical vem dos anos 80, transformando o que era cafona virou brega. O seu surgimento foi por volta da década de 40 a 50, tendo a presença do bolero e samba-canção. Nos anos 70, chega com demais estilos entre elas a MPB, ao mesmo tempo que o samba e o rock nacional. Nos anos 80, o termo brega passa a ser empregado, expandindo o estilo e o tornando conhecido, o cafona virou brega, como resultado de música de mau gosto feitas para as massas, com letras com ingenuidade excessiva ou drama. Foi na década de 90 que chega a consolidação da história da música brega com a composição de Reginaldo Rossi, Garçom que virou hit também no Sudeste, além do surgimento de grupos focados na regravação de sucessos brega, como a banda Vexame.

O funk teve origem nos Estados Unidos, com forte influência da black music, mas com características bem diferentes das que conhecemos atualmente. No Brasil, o gênero começou sua história na década de 70, e ganhou os bailes da Zona Sul do Rio de Janeiro. Com batidas e dança animadas, no anos 80, o funk que fazia sucesso no Brasil ainda se baseava no que vinha dos Estados Unidos, com músicas de batida acelerada e letras mais erotizadas, exclusivamente em inglês.

O produtor musical Fernando Luís Mattos da Matta, conhecido como DJ Marlboro, lançou seu primeiro álbum, o Funk Brasil e consolidou o funk nacional, suas produções inteiramente nacionais e letras em português que retratavam a realidade das favelas. A produtora Furacão 2000 popularizou o baile funk em todo o Brasil e lançou grandes nomes, como os grupos Gaiola das Popozudas e Os Hawaianos.

Os subgêneros do funk brasileiro foram surgindo, até hoje, o funk carioca permanece como o mais famoso do Brasil. Mas, com o passar dos anos, o som seguiu em evolução,



distanciando-se de suas origens e conquistando novos nichos. Principalmente, por ser um ritmo da periferia, com letras que falam, muitas vezes, de sexo e sensualidade, o funk deixou de ser apenas um ritmo e se tornou um movimento social que, que não só retrata a vida nas favelas, mas também dá voz a quem é constantemente silenciado e oportunidade aos excluídos.

Nesse contexto, nosso corpo guarda e cria a história que nos concebe como indivíduos da espécie humana, desde que nascemos. A espécie humana é universal, perpetuada graças à interação entre indivíduos de grupos diferentes, responsáveis pela diversidade individual e étnica. De acordo com a teoria da exogamia, a diversidade é fundamental para a manutenção dos seres humanos (LÉVI-STRAUSS, 1976).

O ritmo do tecnobrega surgiu do brega tradicional, produzido nas décadas de 1970 e 1980, quando se formou o movimento do gênero no Pará, na década de 1990, incorporando novos elementos à sua tradição, os artistas do estado começaram a produzir novos gêneros musicais, como o brega calypso, influenciados pelo estilo caribenho. Em 2011 dado às variações, na periferia de Pernambuco, surge o que hoje conhecemos como Brega funk. Trata-se de uma verdadeira mistura do funk carioca e o eletrobrega nordestino. Com a principal ideia de unir canções de funk com as batidas do eletrobrega sem a “sofrendência” contida no estilo musical brega. Por isso, esse é um estilo de música mais dançante e animado conhecido por Brega Funk.

3. BREGA FUNK

A mistura do Brega funk é uma mistura do Recife, quando MC's sentiram a necessidade de mudar a forma que eram realizados os bailes, pois se fazia muitas incitações à violência dentro desses espaços.

Apesar de toda a cultura dos bailes de corredor os MC's entendiam que a violência atravessava o caminhos deles e isso impossibilitava o futuro do funk para novos espaços. Uma nova perspectiva foi sendo enxergada para que as mudanças fossem acontecendo, já não se poderia fazer continuar somente para o bailes da comunidade, seria preciso aumentar o seu alcance para que sua expansão além da vizinhança pudesse acontecer de fato. MC Leozinho foi um dos que perceberam a necessidade de mudança.” Eu meio que não podia ir para todos os cantos, porque eu era do lado de cá (Maranguape, bairro de paulista) e tinha a rivalidade entre os demais bairros da região”.

A chegada com determinada roupagem no estilo da música nas casas de shows ainda não era realidade naquele momento, pois ainda se tinha uma visão muito deturpada devida a sua má fama.



Somando-se, enfim, à crescente disputa entre bairros e à violenta repressão policial, havia o problema de que o funk, com exceções, não rendia cachês aos MCs. O dinheiro estava nas casas de shows, mas os funkeiros, estigmatizados pela imagem violenta dos bailes de corredor, não conseguiam entrar no circuito.

(VICE, 2018).

Em 2000 o “Brega-pop” estava se fazendo bem presente nas casas noturnas de Recife e nesse momento que o MC Leozinho, a fim de entrar no mercado Brega, lançar a música “Dois corações”, que seguia o estilo de Brega pop. Logo após o sucesso de “Dois corações”, Leozinho iniciou a fusão entre o Brega e o funk com sua música “DNA”, colocando uma instrumentação do Brega com mixagem, cheia de batida e a aceleração do ritmo. Com o Brega funk a temática romântica não era algo presente nas letras, e foi sendo incorporado com influência do Funk o viés mais sexual, chamado de “putaria” como escreve MC elloco, em entrevista ao VICE, além de já evidenciar o “passinho” como característica dançante desse movimento.

Reginaldo Rossi foi a sofrência de um cara que gostava de uma mulher e ficava só insistindo naquela mulher, ficava cantando aquela voz de ‘tô sofrendo’. O brega funk é o contrário, é como se fosse a revolta do homem. O cara vai pra putaria ou vai pra outra mulher, é o passinho, ele tá na doidera e não quer nem saber. É mais pra cima, dançante, passinho (VICE, 2018)

O início da fama dessa junção entre os gêneros musicais ocorre no Recife, mas numa primeira recepção totalmente regional, se consegue atingir uma escala nacional. Sendo em 2018 quando Paloma Santos, mais conhecida popularmente como MC loma e suas amigas Marielly e Mirella, as “gêmeas lacração”, decide lançar de forma caseira seu clipe da música “Envolvimento” no Youtube. E a mudança aconteceu no cenário da música do Recife, quando o clipe alcançou mais de 40 milhões de visualizações e conseguiu colocar o Brega Funk no topo das playlists “As 50 mais ouvidas do Brasil” e “As 50 virais do mundo”.

Com a junção com os demais ritmos existentes ainda assim é muito característico o som do Brega Funk nas músicas que são produzidas, em sua entrevista, Dadá Boladão, em entrevista ao VICE (2018): “O funk é mais aquela batida seca, com teclado e um pontinho. É mais simples. O Brega funk já é mais acelerado e com mais instrumentos. É uma mistura de um monte de ritmo: tem funk, axé, misturado com brega, forró e pagode”.



4. PASSINHO DOS MALOKAS

O “Passinho dos malokas” ou somente “Passinho” também está ligado ao meio do Brega Funk por trazer passos coreografados e sincronizados pelas as batidas das músicas, inicialmente feitas pelos MC’s Shevchenko e Elloco, Mc Cego e Troinha dentro de seu clipes e shows. Dentro das comunidades, nas praças ou até em espaços maiores onde muitas vezes se tem as disputas, os participantes sempre possuem características marcantes para cada grupo é a forma como se apresentam, que são os cabelos descoloridos, as roupas com cores vibrantes e os óculos espelhados, o que seria algo somente para descontrair, acabou virando uma identidade.

O corpo humano, ao estar atado ao mundo em que vive, cria movimentos e, ao mover-se, cria sentidos, desequilibra, inverte. Sobre a relação entre corpo e mundo, o autor afirma: “Qualquer que seja o modo pela qual a compreendamos (a idealidade cultural), ela já brota e se espalha nas articulações do corpo estesiológico” (MERLEAU-PONTY, 1964, p. 197)

5. CULTURA E POLÍTICA

A comunidade na sua autenticidade feita na juventude das periferias vem na expressão do ritmo do Brega Funk e o movimento do passinho com uma mistura cultural, política e a comunicação do brega protesto. Aliando o ritmo e as coreografias que retratam as violações de direitos das pessoas que vivem nas periferias foi um jeito do Grupo Adolescer que atua nas comunidades do Recife que fizeram importantes atuações.

Comunidades como Caranguejo Tabaiaras, Ilha Santa Terezinha, Roda de Fogo e Santa Luzia. O planejamento do grupo é desenvolver ações para que fosse desenvolvidos meios que tivessem reduções da violência com crianças e adolescentes, onde o meio para fugir de um caminho das ruas seria justamente mostrar o protagonismo e a intervenção nos problemas que afetam cada comunidade.

O movimento da Caranguejo Tabaiaras em julho de 2019 após o decreto municipal nº32.680 onde foi feita a retirada das famílias do local para uma obra de revitalização do Canal do Prado. Com o embasamento jurídico e a mobilização dos moradores, ações foram desenvolvidas para dar visibilidade ao caso e manter os moradores no mesmo local. O Brega Protesto “Sem Nutrição” é uma produção feita pelos adolescentes da comunidade, para que fosse explicado a importância do local para as pessoas que moram ali e mostrar como vai ser o despejo, e fazer com que as famílias possam se organizar para se manter no local.



Foi a partir da vontade de mostrar os problemas sociais e mostrar o jeito que a comunidade tinha de luta e daí surgiu o Brega Protesto. Em 18 de outubro, ocorreu a revogação do decreto de despejo pelo Diário Oficial e as famílias conseguiram ficar no local.

As letras feitas para ser abordados os problemas como o preconceito e a violência policial, com o exemplo do Brega Protesto "Respeita a Favela" Segundo Igor luan, o morador de Caranguejo Tabaiaras " Nas comunidades, isso está se expandindo, porque quem deveria no proteger não está protegendo. A violência policial vem ferindo não só as pessoas, mas também o nosso direito".

O ritmo que nasceu das comunidades vem sendo um destaque nos lugares de onde antes não se imaginaria e conseguindo a partir dele trazer jovem de uma realidade violenta ou muito humilde oportunidades que outros caminhos não trariam para ele. Ainda que a importância do ritmo seja algo sem muita relevância para alguns públicos ou até poderia ser invés de pessoas da comunidades que estivesse dançando nas ruas, fossem jovens da elite a percepção pelo movimento poderia ser diferente aos olhos de quem está vendo.

Protocolado na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) um projeto de lei que proíbe dança ou qualquer manifestação cultural ligada ao passinho nas escolas de todo o estado. Um argumento colocado pela parlamentar, Clarissa Tércio (PSC) "o ambiente de aprendizagem precisa ser respeitado". Um movimento por parte dos grupos de danças e os artistas do estado se colocaram diante dessa ação com "Passinho não é crime" da dupla Shevchenko e Elloco. Tal mobilidade sobre o assunto faz com que as pessoas sejam colocadas numa posição de reflexão para que uma ação que tem ajudado tantas pessoas, está sendo colocado numa posição interferência, onde deveria está sendo usado meio de cativar o jovem a está engajado não só culturalmente, mas também socialmente para o estado. Para Lévi-Strauss " Há uma necessidade de se perpetuar essa diversidade das culturas. É estar pronto para encarar sem surpresa o que estas novas formas sociais têm a oferecer."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição das ideias colocadas neste artigo percebemos a proporção da força da internet em trazer resultados para determinadas áreas e como plataformas têm um papel importante para o compartilhamento das produções feitas pelos artistas. Tendo em vista as vertentes da diversidade da cultura brasileira e construções sociais que realçar as diferentes arranjos socioeconômicos e desigualdade que tem sobre eles, ainda assim, se tem o enriquecimento de dentro das comunidades cultural contra uma sistema que tentar limitá-los de alguma forma colocando em espaço de violência e balbúrdia nos ambientes



de comunidade, e desses espaços se tem uma resistência pela sua forma de expressão. Apesar dos impasses existentes, se tem um florescimento das manifestações artísticas do Brega, Brega Funk sendo transmitidas pelo Brasil por artistas que fazem jus à cultura local e sua propagação como movimento cultural do Recife dentro e fora do Estado.

REFÊRENCIAS

.RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Cultura**. <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/conceito-cultura.htm>>

CONCEIÇÃO, José Henrique. **O “passinho dos maloka” de Recife: Um grito de identidade e visibilidade**. < <https://medium.com/neworder/o-passinho-dos-maloka-de-recife-um-grito-de-identidade-e-visibilidade-acfa72d77198> >

ALBUQUERQUE, GG. **O nascimento do bregafunk é a história de sobrevivência dos MCs do Recife**.

< <https://www.vice.com/pt/article/vbxkk3/historia-bregafunk-parte-1> >

JACINTO, Felipe de Oliveira. **“Povo verdadeiro, Povo autêntico” : vivendo entre os xavante de Parabubure, Mato Grosso, Brasil**. 28 de dezembro, 2018 < <https://iberoamericasocial.com/povo-verdadeiro-povo-autentico-vivendo-entre-os-xavante-de-parabubure-mato-grosso-brasil/#:~:text=Segundo%20Geertz%20> >

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza. NÓBREGA, Terezinha Petrucia. **Cultura De Movimento: Reflexões A Partir Da Relação Entre Corpo, Natureza E Cultura1**.

< <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/6135/4981> >

COSTA, Laryssa. **História Da Música Brega: Saiba Mais E Apaixone-Se Pelo Estilo**. 21 de Setembro de 2021 < <https://www.cifraclub.com.br/blog/historia-da-musica-brega/#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20m%C3%BAsica%20brega,estilo%20jovem%20dos%20anos%2060.> >

PONTES, Márcio Miranda. **Funk: sua história e evolução ao longo dos anos**. 25 de novembro de 2020. < <https://www.sabra.org.br/site/funk/> >

FUNK. **Batalha. Brega Funk: Entenda O Que É E Como Este Estilo Surgiu No Brasil**. 02 de agosto de 2021 < <https://batalhafunk.com/brega-funk/> >

Gonzaga, Vanessa. Lamir, Daniel. **Aliando cultura e política, “brega protesto” levanta problemas sociais das periferias**. 01 de novembro de 2019 < <https://www.brasildefatope.com.br/2019/11/01/aliando-cultura-e-politica-brega-protesto-levanta-problemas-sociais-das-periferias> >



Dias, Rodrigo. **Resenha de Raça e História, de Claude Lévi-Strauss**. 20 de Abril de 2012 <
http://sociologiaeantropologia.blogspot.com/2012/04/normal-0-21-false-false-false_20.html >





